

BRUNO HENRIQUE BATISTA TEIXEIRA

**AS (RE)CONFIGURAÇÕES DA GUERRA CULTURAL
NO BRASIL A PARTIR DA REFUSÃO NO PROCESSO
DA COMUNICAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

PUC-Campinas

2020

BRUNO HENRIQUE BATISTA TEIXEIRA

**AS (RE)CONFIGURAÇÕES DA GUERRA CULTURAL NO
BRASIL A PARTIR DA REFUSÃO NO PROCESSO DA
COMUNICAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

Dissertação de mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação Stricto Sensu em
Linguagens, Mídia e Arte da
Pontifícia Universidade Católica
de Campinas.

Orientação Prof^a Dr^a Márcia
Eliane Rosa (até 19 de dezembro
de 2019)

**PUC-Campinas
2020**

Ficha catalográfica elaborada por Talita Andrade Rodrigues CRB 8/9675
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

301.14 T266r	<p>Teixeira, Bruno Henrique Batista</p> <p>As (re)configurações da Guerra Cultural no Brasil a partir da refusão no processo de comunicação contemporânea / Bruno Henrique Batista Teixeira. - Campinas: PUC-Campinas, 2020.</p> <p>114 f.: il.</p> <p>Orientador: Márcia Eliane Rosa.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Linguagens, Mídia e Arte) - Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Mídia e Arte, Centro de Linguagem e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Comunicação - aspectos sociais. 2. Cultura - Brasil. 3. Opinião pública. I. Rosa, Márcia Eliane. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Linguagem e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Mídia e Arte. III. Título.</p>
-----------------	--

CDD - 18 ed. 301.14

BRUNO HENRIQUE BATISTA TEIXEIRA

**"AS (RE)CONFIGURAÇÕES DA GUERRA CULTURAL NO BRASIL A PARTIR DA
REFUSÃO NO PROCESSO DA COMUNICAÇÃO CONTEMPORÂNEA"**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Linguagens, Mídia e Arte da PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

APROVADA: 28 de fevereiro de 2020.



Prof. Dr. Tarcísio Torres Silva
(Presidente da Banca - PUC-CAMPINAS)



Prof. Dr. Rogério Eduardo Rodrigues Bazi
(PUC-CAMPINAS)



Prof.ª Dr.ª Mara Rovida Martini
(UNISO)

As diferentes verdades cardeais nem colidem nem se fundem. Ninguém é invalidado mas ninguém está certo. Nem mesmo a seleção natural pode ocorrer aqui. O mundo vai se afogando em verdade.

Hideo Kojima (2001)

Agradecimentos

À Profª Drª Marcia Eliane Rosa, pela orientação crítica e cuidadosa dessa dissertação. Sua influência se estende para muito além da correção textual e análise conceitual, tendo intervenção direta no início de minha formação acadêmica, materializada em longos debates extremamente produtivos, amparados por conversas fraternas e, em retrospecto, essenciais para a conclusão do trabalho. Obrigado pelo pão.

A meus pais, Elaine e Erick, pelo apoio irrestrito, paciência e suporte inesgotável, não só no período de produção do texto, como nos críticos momentos que o antecederam.

À Camila Leal pela insistente transformação de inércia em ímpeto de movimento. Pela aceleração necessária, pelos freios dos quais eu facilmente negligenciaria. Pelo amor, cuidado e carinho que sempre me foram uma constante.

Aos camaradas de trajetória, em especial Robson Caramano, Ágatha Moraes, Renata Galdino e Talita Bristotti por desbravar tantos caminhos. Assim como aos amigos que sempre me rodearam ininterruptamente. Aproveito para agradecer aos novos amigos formados no corpo docente e administrativo do Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Mídia e Arte.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela concessão de fomento na forma de bolsa de estudos para a realização do curso de mestrado, e da qual a defesa e manutenção se faz cada vez mais necessária em nome da promoção desta dissertação e de milhares de outros esforços científicos no país.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a entender o modo no qual a discussão sobre questões culturais se articulou no cenário brasileiro do período imediatamente posterior às eleições de Jair Bolsonaro para a presidência do país, até seus primeiros meses de governo. Essa análise é realizada à partir do ponto de vista da opinião pública, em especial aquela materializada nos artigos de opinião veiculados na imprensa nacional, durante o espaço temporal estudado. Para isso, valendo-se da metodologia de Análise de Conteúdo, utilizam-se como elementos analíticos textos opinativos, veiculados no periódico Folha de S.Paulo filtrados à partir da ocorrência de palavras-chave ligadas às questões da cultura, observados qualitativamente, objetivando entender a maneira como questões de gênero e sexualidade, secularidade e religiosidade, costumes e moral, e conflitos dicotômicos articularam-se no debate público do período. Ademais, a pesquisa ainda considera a tendência horizontal e pulverizada da comunicação contemporânea, portanto dedica-se também a compreender como cada texto analisado é influenciado por informações anteriores e potencialmente influencia discussões posteriores; nesta dissertação, a este movimento da comunicação dá-se o nome de refusão. Como resultado da investigação, é constatada a proeminência de um debate dicotômico, deflagrando aparente conexão entre discussões relacionadas à sexualidade e à moralidade, apontando ainda para pouca separação entre um debate exclusivamente cultural ou exclusivamente político.

Palavras-chave: comunicação, cultura, guerra cultural, opinião pública

ABSTRACT

This research aims to understand how the discussion of cultural matters has been articulated in Brazil in the aftermath of Jair Bolsonaro's presidential election victory until his first four months in office. This analysis originates from the perspective of public opinion, materialized in opinion pieces published in the Brazilian press throughout the observed time frame. In order to achieve this Content Analysis methodology was applied to opinion articles published in Folha de S.Paulo newspaper, filtered by the occurrence of keywords related to cultural matters. Those articles, were qualitatively studied, proposing to understand how topics of gender and sexuality, secularity and religiosity, moral and customs and dichotomic conflicts were articulated in the public debate. Furthermore, the research takes into consideration the horizontal and pulverized tendencies of contemporary communication, dedicating itself to also comprehend how each analyzed text is influenced by previous information and potentially shapes later discussions. In this dissertation said cycle is named refusion. As a result, this analysis led to the observation of a dichotomic debate, exposing a connection between discussions related to sexuality and those related to morality, finally, pointing towards little separation between a cultural debate and a political one.

Keywords: communication, culture, culture war, public opinion

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. A GUERRA CULTURAL PELO SENTIDO DE CULTURA	19
1.1. UNIDADE E PLURALIDADE	21
1.2. CULTURA EM CONFLITO	27
1.3. GUERRA (POLÍTICO-)CULTURAL	30
2. NOTÍCIAS DO <i>FRONT</i>: A OPINIÃO PÚBLICA COMO <i>LOCUS</i> DA GUERRA CULTURAL	37
2.1. DA OPINIÃO PÚBLICA AO JORNALISMO OPINATIVO	48
2.2. A CONFIGURAÇÃO DAS CATEGORIAS INFORMATIVAS E OPINATIVAS	49
2.3. NARRATIVAS MUDIÁTICAS EM REFUSÃO	56
3. MÉTODO E OBJETO	65
3.1. OBTENÇÃO DO <i>CORPUS</i>	67
3.2. CODIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO	74
3.3. COLETA DE DADOS	78
4. ANÁLISE DE DADOS	81
4.1. PALAVRAS-CHAVE.....	81
4.2. CATEGORIA MENSAGEM.....	84
4.3. CATEGORIA FLUXO	87
4.4. EPISÓDIOS-GATILHO: O POLÍTICO-CULTURAL.....	89
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
APÊNDICE A – Fichas Catalográficas.....	97

Lista de Ilustrações

Figura 1 - Demonstração de delimitação da análise de Fluxos	77
Figura 2 - Percentual de incidência de palavra-chave	82
Figura 3 – Volume de distribuição de palavra-chave por autor	83
Figura 4 - Comparação de conteúdo de mensagens por autor	86
Figura 5 - Destaque da comparação de temas de mensagens por autor	87

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Ranking de autores por publicação da temática Guerra Cultural	71
Tabela 2 - Seleção final de colunistas analisados.....	73
Tabela 3 - Ocorrência de palavra-chave por autor selecionado	81
Tabela 4 - Ocorrência de tema de mensagem por autor selecionado	84
Tabela 5 - Mapa de calor de incidência de temas por autor	85
Tabela 6 - Volume de tipos de fluxo por autor.....	88

INTRODUÇÃO

O texto que segue, desenvolvido como dissertação para a titulação de mestrado em Linguagens, Mídia e Arte emerge, primeiramente, de uma inquietação. Elaborado desde o início do ano 2018, a pesquisa aqui relatada se insere, cronologicamente, em um período conturbado do Brasil: as eleições presidenciais que sucederam o processo bem sucedido de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff.

A inquietação da qual faz-se referência, porém, vai além daquela presente no conteúdo de uma disputa política polarizada, na qual falou-se exaustivamente de direita e esquerda, conservadorismo e progressismo. Essa inquietação tem raiz também na forma da disputa. A emergência e consolidação de um fenômeno que popularmente ganha o nome de *Fake News*, ou simplesmente notícias falsas, apresentou um cenário em que o debate eleitoral viu-se permeado por informações cuja factualidade era constantemente colocada em cheque. Quando não reduzida a indicadores de verdade ou de mentira, porém, as informações eram novamente relativizadas quanto à sua interpretação, ou seja, na disputa política de 2018 não bastou avaliar se este ou aquele dado condizia com a realidade, sendo também necessário observar se a interpretação de determinada informação, por este ou aquele interlocutor, condizia com uma realidade plausível.

A título de ilustração, pode-se mencionar o caso no qual o guru político Olavo de Carvalho¹ utiliza-se de seu perfil em rede social para criticar o então candidato Fernando Haddad, dizendo que este teria preocupando-se em escrever um livro embasado por pensadores da Escola de Frankfurt, escola de pensamento que, segundo Carvalho, tratava de questões como o erotismo entre pais e filhos (CERIONI, 2018). Uma visão reducionista de factualidade, de *sim* e *não*, poderia apontar para a declaração do guru político como verdadeira. Por outro lado, porém, a leitura de determinados interlocutores aponta que a questão do *eros* abordada pelos Teóricos Críticos tem origem na psicanálise e pouco versa sobre uma pretensa sexualização da relação familiar (MANDELBAUM, 2012).

¹ Olavo de Carvalho é considerado guru político da campanha de Jair Bolsonaro, sendo referido como influência na composição do corpo ministerial do presidente. Sem vínculos diretos com o meio acadêmico, exerce a atividade intelectual como filósofo e autor de livros como *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* e *O imbecil coletivo* (COLLETA, 2018).

Esta sim é a inquietação mencionada nas primeiras linhas desta dissertação. Uma inquietação não por entender quais mensagens são falsas, ou porque esses dados falseados encontram repercussão no debate público, mas sim por compreender como quaisquer informações parecem passíveis de serem operacionalizadas por diferentes interlocutores no debate. Num período em que busca-se interpretar cada vez mais dados, o dado em si pode trazer para o debate cada vez mais interlocutores determinados a interpretá-los e ressignificá-los. A mera presença desses interlocutores no debate, por sua vez, é responsável pela geração de novos dados passíveis de, novamente, serem reinterpretados por novos – ou os mesmos – interlocutores, criando um fluxo informacional constante e autorreferente, cujo início ou fim é virtualmente impossível de ser determinado.

O processo, chamado de *refusão* nesta dissertação é organizado da seguinte maneira: informação *a* integra o fluxo da comunicação. Informação *a* tem a possibilidade de engajar diferentes interlocutores. Em caso positivo de engajamento, informação *a* é alterada pelos interlocutores, dividindo-se em informação original (*a*) e nova informação (*b*). Ambas, informações *a* e *b*, retornam ao fluxo comunicacional, e seguem submetidas ao mesmo processo.

Sob a ótica inicial de que a discussão política de 2018 encontrava-se em processo de *refusão*, ainda outra inquietação se fez latente. Como no caso ilustrativo reportado anteriormente, e em outros a serem apresentados posteriormente, a *refusão* na disputa eleitoral se fez pouco por meio de reinterpretações de dados econômicos ou sociais, mas sim tendo temáticas de cultura, meio no qual o debate é pautado por abordagens sobre costumes, sexualidade e moralidade.

A retórica do *anti-establishment*, do *contra tudo isso que está aí*, solidificada nas manifestações de junho de 2013² (SADER, 2019) parece apontar para uma separação

² Em Junho de 2013 uma série de manifestações pelas ruas do país marcaram o que, mais tarde, ficou conhecido como “Jornadas de Junho”. No dia 13, após o anúncio do aumento no valor da passagem do transporte público em São Paulo, passando de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, um grupo de aproximadamente mil manifestantes se reuniram na Avenida Paulista, região central da cidade. As palavras de ordem que, mais tarde se tornariam simbólicas dos protestos, eram “não é só por 20 centavos”. A manifestação teve forte repressão policial, culminando em 150 manifestantes feridos. As imagens do conflito foram exibidas pela imprensa e atraíram a solidariedade de parte da população que atendeu a convocatória. No dia 20 de junho foram contabilizados 1,25 milhão de pessoas em 130 cidades do país. A esta altura, a pauta dos 20 centavos já havia sido diluída, e o protestos adotaram a requisição por uma multiplicidade de agendas, incluindo o pedido pela renúncia da então presidenta Dilma Rousseff (FLORESTI, 2018). Três anos mais tarde, em 2016, Rousseff sofreria *impeachment*.

entre sociedade civil e a classe política. Em contrapartida, a associação cada vez mais presente de membros da sociedade civil a este ou aquele ideário político, seja direita ou esquerda, conservador ou progressista, também parece retórica presente no debate público.

Nos Estados Unidos fala-se de *cura da divisão*³(ZOGBY, 2017) em meio à opinião pública. Esse discurso advoga pelo apaziguamento de hostilidades presentes no campo do social, marcado por conflitos étnicos, demográficos e ideológicos na vida cotidiana. Dessa conjuntura é possível ressaltar a eminência de tópicos de discussão que mais dão conta dos aspectos culturais, comportamentais e identitários de determinada sociedade, do que, propriamente, os indicadores político-econômicos, de assistencialismo ou liberalismo mercadológico.

Em tradução de artigo do jornal *The New York Times*, publicada no periódico brasileiro *Folha de S. Paulo*, o colunista Paul Krugman (2018) traça um paralelo direto entre a filiação partidária dos políticos norte-americanos republicanos e o identificador moral do conservadorismo. Ao comentar uma decisão de um juiz de costumes conservadores, barrando uma proposta de lei de acesso à saúde, apontou que, quando a decisão era deslocada para o campo político havia consenso. Segundo o colunista, tanto entre especialistas da direita e da esquerda, a sensação era de que postura do juiz era incoerente. No campo cultural, porém, entre conservadores e progressistas, seguia a disputa (KRUGMAN, 2018).

O processo eleitoral no Brasil, na segunda metade de 2018⁴, aponta para paralelos entre a política internacional e o cenário nacional. Jair Bolsonaro recebeu 55,1% dos votos válidos. Autodeclarado como político à direita do espectro político, o resultado marca a saída definitiva do PT, partido de esquerda, da presidência, após vitórias no pleito

³ No inglês *Heal the Divide*. A ideia da divisão na política americana diz respeito à polarização opinativa, medida por critérios eleitorais, mas de maneira geral, se referindo a pontos de vista, costumes e ideologias distintas no público do país. Trata-se também de uma situação de rejeição ao partido adversário do que, necessariamente, adesão aos ideais do próprio partido (DIMOCK et al., 2014).

⁴ Em 7 de outubro de 2018 foi realizado o primeiro turno do processo eleitoral presidencial brasileiro. O pleito marcava as primeiras eleições após o impedimento da presidenta Dilma Rousseff e a subsequente substituição por seu vice Michel Temer. 13 candidatos disputaram pelo cargo na primeira votação. Neste momento, Jair Bolsonaro do PSL registrou 46% dos votos válidos. Não tendo alcançado a maioria absoluta, disputou o segundo turno com o candidato do PT Fernando Haddad. O segundo turno, realizado em 28 de outubro confirmou a vitória de Bolsonaro com 49 milhões de votos (55,13%) contra 31 milhões de votos para Haddad (44,87%)(MAZUI, 2018).

nacional desde 2002. Pablo Ortellado, articulista de *Folha de S.Paulo* menciona, do mesmo modo que Krugman (2018), um contexto de operacionalização política em função da cultura. Em artigo de abril de 2019 opina que “Desde a campanha, Jair Bolsonaro dá prioridade para os temas morais. O governo Bolsonaro é um governo conservador que utiliza de maneira acessória e até mesmo oportunista a agenda liberal —e não o contrário” (ORTELLADO, 2019).

Todo esse cenário parece apontar para uma situação na qual a problemática cultural pauta – ao mesmo tempo em que é pautada – pelo conflito político. Exemplo disso é o discurso de posse presidencial, proferido em 1º de Janeiro de 2019 no Congresso Nacional, no qual Bolsonaro fala em prol da manutenção de tradição judaico-cristã e respeito ao que chamou de valores, ainda que sem especificá-los (LEIA, 2019).

Assim, compreender a influência do cultural no fazer político contemporâneo, *a priori* pareceria ser o arcabouço necessário para discutir os elementos sujeitos à refusão no debate público nacional. Entretanto, o aprofundamento do debate sobre cultura na pesquisa aqui reportada, aponta em outra direção, não uma direção entre cultura e política como elementos separados, mas, pelo contrário, como indicadores indissociáveis sujeitos à refusão, discussão e reinterpretação junto à opinião pública.

Se Ortellado e Krugmann criticam uma primazia do cultural por sobre o estritamente político na disputa eleitoral, autores como Eagleton(2011), Canclini (1996) e Coelho (2000, 2008) pouco se preocupam em debater, entre política e cultura, quem operacionaliza quem. A disputa simbólica por uma identidade nacional, a defesa, ou combate, a um tradicionalismo, ou a um progressismo são as disputas, por excelência da própria questão da cultura. É a cultura, porém, que não pode ser dissociada da política como ideia contrária. Cultura e política, segundo os pesquisadores, formam e alteram uma a outra de maneira que separá-las parece pouco produtivo.

A ideia de cultura é ressignificada vez após outra através da história (EAGLETON, 2011). O termo aparece por vezes como fator unificador e por outras como ideal de pluralidade das sociedades, mas, de maneira geral, em constante tensão entre esses dois vieses: de um lado uma cultura que unifica, de outro uma cultura que diferencia. Postula-se a dúvida, a cultura é algo do qual todos os indivíduos devem aspirar integrar? Ou a cultura é algo que emerge justamente da multiplicidade de indivíduos únicos entre si?

Talvez, a grande problemática do conceito amplo de cultura seja aquela pontuada em *A Ideia de Cultura* (2011), onde propõe-se que “é difícil escapar à conclusão de que a palavra “cultura” é ao mesmo tempo ampla demais e restrita demais [...]” (EAGLETON, 2011, p. 51). Independente de buscar delimitar-se por um entendimento de cultura, nesta dissertação procura-se observar justamente essa relação contraditória para compreender de que se fala quando diz-se que há uma discussão política pautada por tópicos culturais.

Na escola sociológica norte-americana há um possível entendimento para a relação cultura e política à partir do conceito de Guerra Cultural. Proposto por Hunter (1991), o termo denotaria uma disputa localizada, justamente no debate público, objetificada por um lado em manifestações e protestos, e por outro em projetos de lei e decretos. A Guerra Cultural de Hunter (1991) conceitua um modelo democrático no qual a temática moral é a primeira a integrar o debate político, só num segundo momento as disputas clássicas do campo da política entram em jogo, essas sim subjugadas à cultura e às pautas morais. Como sumarizam Gallego, Ortellado e Moretto:

A relação entre discurso moral e político não é nova. No final do século XIX e início do XX, os liberais já utilizavam um discurso moral que justificava a miséria dos trabalhadores pela indolência. Antes, porém, o discurso moral era instrumentalizado pelo político, e agora parece que ocorre o contrário (GALLEGO; ORTELLADO; MORETTO, 2017, p. 38).

Na política - e por que não na cultura - nacional, alguns autores analisam a emergência de guerras culturais, baseada no modelo norte-americano de pautas morais operacionalizando o debate estritamente político, durante a história nacional. É o caso de Williams (2001), que foca as disputas simbólicas durante o governo Vargas, Grün (2005, 2013, 2015, 2017, 2018) ao longo dos governos FHC, Lula e Dilma Rousseff, e mais atualmente Gallego, Ortellado e Moretto (2017), no período imediatamente anterior e posterior ao impeachment de Rousseff em 2016.

Hunter (2006a) afirma que a guerra cultural não nasce como subproduto de um coletivo psicológico e alinha-se, majoritadamente, à ideia de uma cultura reproduzida estruturalmente na sociedade. Ou seja, para o autor, a disputa cultural dificilmente seria observável em pesquisas de opinião com a sociedade civil, em vez disso ela seria flagrante em instituições que promulgam sistemas simbólicos e articulam debates. Entre essas instituições está a imprensa.

É a partir desta colocação de Hunter (2006a) que torna-se possível desvelar um caminho de investigação sobre guerras culturais que se desloca da cultura, da política e da sociologia, focando, em vez disso, nos processos comunicacionais, campo do qual, como o próprio autor pontua, é responsável pela institucionalização das disputas no debate público.

Assim, a presente pesquisa objetiva entender como as questões da cultura são tensionadas no debate público, por meio do jornalismo de opinião.

Em termos mais específicos, trata-se de investigar debates públicos pautados por questões conflituosas, de gênero, religiosidade, conservadorismo e progressismo a partir da emergência de determinadas discussões na ágora jornalística (textos opinativos), segundo contextos de momento, buscando compreender como eventos-gatilho fomentam o debate público, tensionam e reconfiguram a discussão sobre a cultura em um processo de refusão.

Como estratégia para o alcance dos objetivos de pesquisa, buscou-se na opinião pública, por meio de colunistas com publicação recorrente na plataforma online do periódico *Folha de S. Paulo* sinais e sintomas de um cenário de Guerra Cultural. Para tanto, baseado na metodologia da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), foram determinadas dez palavras-chave, elaboradas a partir de temas recorrentes na literatura sobre cultura e conflitos culturais, das quais foram utilizadas como filtro em uma base de dados de 2255 textos opinativos, publicados entre novembro de 2018 e maio de 2019.

Ao todo, foram coletados 73 textos contendo uma ou mais palavras-chave em contexto análogo ao das questões culturais em seu título ou subtítulo. Os autores cuja produção filtrada somava pelo menos 15% de seu total de produção no período analisado tiveram seus textos analisados em busca de eixos temáticos de conteúdo. Esses temas devem refletir os tensionamentos da cultura no debate público. Além disso, foram analisadas as maneiras como esse debate se reconfigurou em refusão, ao integrar o fluxo da comunicação à partir da discussão deste ou daquele autor.

A dissertação se estrutura da seguinte maneira: no capítulo 1 serão aprofundadas as discussões teóricas acerca da ideia de cultura, seus constates conflitos constitutivos através da história, sua influência nos campos da antropologia, da constituição de modelos sociais e da política, bem como descreve os preceitos das *Culture Wars*, a partir de casos contemporâneos e locais ao autor estadunidense.

No capítulo 2 é introduzida a discussão acerca da opinião pública, partindo desde o processo de formação da chamada esfera pública, sua constante reconfiguração no curso histórico, culminando na constituição contemporânea do termo, que agrega tensões presentes entre forças como a sociedade civil, o Estado e a imprensa (HABERMAS, 2014). Ainda este capítulo discute brevemente a prática do jornalismo opinativo, enquanto força presente nas disputas da esfera pública, analisando as particularidades do articulista, seja ele jornalista ou não, no processo de formação da opinião pública.

Ainda no segundo capítulo explora-se a questão da comunicação. Discute processos que culminaram na passagem de um comunicacional vertical para os debates horizontais das redes sociais e as consequências para a formação de opinião e de verdades na ágora digital e utiliza-se desse arcabouço para conceituar o termo *refusão*.

O terceiro capítulo detalha o processo metodológico de obtenção do *corpus*, além de trazer dados volumétricos da produção textual de colunas opinativas de *Folha de S. Paulo*, bem como o volume de produções capturadas nos filtros semânticos desenvolvidos. Apresenta, ainda, o *ranking* de colunistas com a maior quantidade de artigos dentro da temática de Guerras Culturais em relação aos seus totais de produção. Além disso, apresenta parte de análise qualitativa em desenvolvimento, discriminando a temática e a contextualização de cada texto selecionado através do filtro de palavras-chave.

O capítulo 4 reporta o processo de análise qualitativa dos dados obtidos, identificando o contexto de cada texto analisado e buscando a localização de *episódios-gatilho* para o debate da *Guerra Cultural*.

O processo de pesquisa e elaboração da presente dissertação conta, inevitavelmente, com um processo de seleção do arcabouço teórico. Autores como Di Felice (2012, 2013), Hunter (1991; 2006), Habermas(2014), Eagleton (2011), Canclini (1996) e Coelho (2000, 2008), são alguns dos quais as colaborações teóricas figuram de maneira mais proeminente no texto que segue. Apesar disso, é necessário apontar as vozes subjacentes de demais teóricos que colaboram na estruturação de pensamentos e conceitos que são discutidos de maneira mais pormenorizada nos próximos capítulos.

Deste rol de autores, cuja presença direta é reduzida, ou por vezes não mencionada diretamente, na construção deste relatório de pesquisa, é possível destacar as teorizações seminais sobre o processo de culturalização das relações em rede de Levy (2000, 2007) e

Lemos (2009), além das análises das consequências sociológicas de um processo de ubiquidade das redes estudada por Castells (2009). No campo das Guerras Culturais, serviram como ponto de partida de pesquisa trabalhos pregressos sobre o tema, em especial no Brasil, assinados por Grun (2013, 2018) e Williams (2011), além de importantes contrapontos aos conceitos de Hunter (1991, 2006) sobre o tema, propostos por Wolfe (1998), Morris, Fiorina e Abrams (2008). O processo de organização metodológica da pesquisa, conta com contribuições indiretas, também, de Fonseca Junior (2005) e Krippendorff. (2013).

1. A GUERRA CULTURAL PELO SENTIDO DE CULTURA

O termo cultura aparece como temática central nas discussões que norteiam essa dissertação. Configura-se, atualmente, uma disputa política travada no debate público cujos tópicos em discussão são, antes de medidas de administração pública, medidas de favorecimento ou mitigação de certos indicadores como progressismo, conservadorismo e diversidade, além de todo um campo de debate em particular relacionado às questões de sexualidade e de gênero. A gênese e o desenvolvimento do próprio conceito de cultura, porém, caminham em direção oposta a essa ideia: a cultura, na retórica contemporânea, não teria preferência em detrimento ao político, a cultura, desde sua conceituação mais abstrata, e a política, até sua aplicação mais prática, tratar-se-iam, em vez disso, de questões inseparáveis uma da outra.

Desde sua raiz etimológica, cultura e natureza se imbricam, sendo a primeira uma desinência do termo utilizado para descrever atividades como a de lavoura ou cultivo agrícola (EAGLETON, 2011, p. 9). Daí inicia-se, segundo o autor, a primeira relação de contenção/antítese das categorias. O cultivo instrumentaliza a natureza para a satisfação de uma vontade que foge aos desígnios de um ecossistema virgem, ou seja, a cultura é a antítese da natureza. Em oposição, todos os agentes que operacionalizam essa mesma natureza, que se engajam em práticas de cultivo, são por sua vez parte do mesmo ecossistema, natural por excelência. Ou seja, a cultura é parte, está contida, no natural. Nas palavras de Eagleton (2011) “a natureza mesma produz os meios de sua própria transcendência” (EAGLETON, 2011, p. 11).

Num segundo marco histórico importante, desta vez com foco mais claro nas questões do social, há a circularidade dos conceitos de cultura e civilização. Inicialmente tidos como sinônimos, ambos os termos denotavam um “processo geral de progresso intelectual, espiritual e material” (EAGLETON, 2011, p. 19).

Por volta do Século XVII, cultura e civilização passam por um processo de separação conceitual. No pensamento alemão, a *Kultur* territorializava a civilização. Se a civilização descrevia um processo geral do progresso humano, a cultura denotava justamente a particularidade do povo germânico. Seu gênio nacional específico, norteador pelo geográfico. Em outras palavras, tratar-se-ia do modo particularmente alemão de

alcançar esse progresso (COELHO, 2008, p. 21). Neste momento, a cultura parece traçar, diretamente, seus primeiros paralelos com uma ideia de identidade nacional.

Posteriormente, porém, esses termos, cultura e civilização, passam à condição de antônimos diretos. A ideia de civilização ganha traços valorativos, *a priori*, positivados. A sociedade civilizada seria aquela dotada de desenvolvimento político, vida prioritariamente urbana, além de aplicações tecnológicas e artísticas. Como consequência dessa valoração, surge também seu oposto de caráter negativo. Os povos cujos nomes variavam entre “bárbaros” e “primitivos”, e suas culturas particulares, cumpriam essa função.

Neste passo da história, a ideia de cultura passa a ser incorporada por pensadores que contestam a valoração negativa dos povos “não-civilizados”, assim, passa-se a atribuir às características de determinado grupo ou comunidade divergente do *status quo* civilizado o nome de cultura (EAGLETON, 2011, p. 25). Quando a cultura torna-se o significante de povos antes tido como bárbaros, o termo ganha caráter crítico.

Ao inverter a relação com a barbárie, parece agora que cultura age como seu oposto fundamental. Se antes, salvo no conceito alemão da *Kultur*, a cultura era o modo de existência do bárbaro, agora tudo leva a crer que o barbarismo é cultural, e seu oposto é que passa a condição de diminuição, limitação do espírito humano. Cultura passa à ser o oposto da barbárie. Coelho (2008), porém, trata essa concepção como uma armadilha, pois culminaria em um processo que chama de *domesticação da cultura*, um processo que relega ao cultural apenas aquilo de valoração positiva, não mais em nome de um elitismo civilizatório, mas em nome de uma pluralidade exclusivamente progressista.

Em todo o contexto humano há elementos de cultura e elementos de barbárie, que não necessariamente entram num jogo dialético do qual resulta uma eventual síntese superadora de uma e outra na direção de uma terceira entidade: o mais provável é que ambos tipos de elemento justaponham-se, ombriem-se e dêem origem às consequências que podem gerar (COELHO, 2008, p. 20).

Resgatando Eagleton (2011) para contextualizarmos essa fala, trata-se não da relação de oposição, como a do homem que transforma a natureza, mas sim de contenção, como na natureza que gera seu transformador. Cultura e barbárie não se opõem, necessariamente, mas se contém uma na outra em suas características positivadas e negativas.

Se cultura e barbárie só podem ser colocadas como opostos sob o risco de domesticar o cultural como conceito integralmente positivado, o movimento entre cultura e civilização perdura, esse sim, com características antitéticas. Esse movimento dos conceitos é sumarizado por Eagleton.

Nascido no coração do iluminismo, o conceito de cultura lutava agora com ferocidade edipiana contra os seus progenitores. A civilização era abstrata, alienada, fragmentada, mecanicista, utilitária, escrava de uma crença obtusa no progresso material; a cultura era holística, orgânica, sensível, autotélica, recordável. O conflito entre cultura e civilização, assim, fazia parte de uma intensa querela entre tradição e modernidade (EAGLETON, 2011, p. 23).

Esta descrição de Eagleton (2011), serve, ainda, como introdução a uma problemáticas centrais na discussão sobre *cultura* e *Guerras Culturais*: um conflito maior no qual a dialética do conceito se faz presente; o conflito entre unidade e pluralidade. Se por um lado, a civilização busca normatizar comportamentos e práticas de valoração supostamente positiva, a cultura busca validar a pluralidade de comportamentos e práticas, rejeitando uma valoração negativa, tendendo a transcender a própria valoração.

1.1. UNIDADE E PLURALIDADE

Entre os séculos XIX e XX, o conceito de cultura passaria por uma nova metamorfose. Na visão de Eagleton (2011, p.42), a cultura começa a tomar os traços de seu entendimento contemporâneo a partir do estabelecimento de regimes nacionalistas e colonialistas na e para além da Europa. O nacionalismo partiria de uma ideologia que busca unir traços primordiais de um Estado-nação, seja por meio de território ou povo, às lógicas de uma sociedade moderna. As particularidades de território e povo, porém, não são observadas por sua historicidade, mas sim como denotativas de uma pretensa cultura étnica dos povos sob regime nacionalista. Essa conjuntura marca a cultura como instrumento de unificação social, como explana o autor.

À medida que a nação pré-moderna dá lugar ao Estado-nação moderno, a estrutura de papéis tradicionais já não pode manter a sociedade unida, e é a cultura, no sentido de ter em comum uma linguagem, herança, sistema educacional, valores compartilhados etc., que intervém como princípio da unidade social (EAGLETON, 2011, p. 42).

Sob essas condições a cultura viria a unir algumas questões importantes na discussão do termo na contemporaneidade: a coesão social, seu lastro étnico e é claro, suas potencialidades na promoção e manutenção política.

É sob esse regime de associação estreita entre cultura e Estado que este último passa a ter normalizado, em suas funções, os papéis de “alimentador, controlador e dispensador universal da cultura no interior de seu território” (COELHO, 2008, p. 42).

O próprio conceito de Estado-nação, em sua grafia hifenizada, parece ao mesmo tempo alienar, e unir política e cultura. Talvez, a hifenização marque justamente a conjunção separada dos dois termos. A ideia de cultura no Estado-nação surge quase como mal necessário.

O Estado, em busca de unidade política, se pretende a incorporar as questões culturais, não ser incorporado por elas. Seria papel do Estado garantir coesão, e por consequência, repressão às culturas subjugadas à sua porção territorial. É o estado que legitima certos aspectos culturais como categorias intrínsecas à personalidade, costumes e tradições de seus constituintes. Ao legitimar determinados aspectos, de certo, reprime outros;

Eis porque, ao menos para o nacionalismo romântico, cada população étnica tem direito ao seu próprio Estado simplesmente em virtude de ser uma população distinta, já que o Estado é a forma suprema pela qual sua identidade étnica pode ser realizada. Um Estado que contivesse mais de uma cultura, assim, iria inevitavelmente fracassar ao fazer justiça a todas elas (EAGLETON, 2011, p. 90).

A nação, essencialmente cultural, funciona como o fiel da balança entre a unidade política do estado e as tensões com a cultura. Trata-se de relação, como foi dito, de mal necessário. E se apresentado dessa maneira, parece lógico pressupor que o cultural, ou a nação, é instrumentalizado pelo político, o Estado. Para Eagleton (2011, p.92) a probabilidade maior de que a população proteste, manifeste, mate e morra é pela nação, pela cultura que a constitui, em detrimento do Estado político que a regimenta. Por esse motivo, a cultura serve à política como instrumento de controle, na mesma medida que a questão política se vê ameaçada pelo engajamento apaixonado que emana do cultural.

Os entendimentos de Estado, Nação, ou Estado-Nação, e sua relação estreita com este ou aquele sentido de cultura, como propostos por Eagleton (2011) não abarcam as nuances do debate do conceito presente em disciplinas como, por exemplo a antropologia. Relativização importante do escopo de alcance do termo é proposta por Appadurai(1997)

ao pontuar que para a realidade e a construção individual da relação entre o sujeito e o espaço que habita, seja ele parte ou não do chamado Estado-Nação, pareceriam amplas demais para serem abarcadas pelo conceito

[...]porque a memória e as ligações que os sujeitos locais mantêm com sua vizinhança e nomes das ruas, seus caminhos e cenários urbanos preferidos, momentos e lugares para congregação e divertimento estão sempre em conflito com as necessidades do Estado-nação de regular a vida pública (APPADURAI, 1997, p. 34).

Mesmo para os debates da cultura, e do processo cíclico de definição desse conceito, ora como elemento agregador, ora como elemento isolador, a ressalva de Appadurai (1997) se faz relevante, uma vez que também concede ao sujeito algum nível de agência frente às regulações do Estado-Nação, ou seja, coloca os indivíduos por onde uma das ideias de cultura (aquela que pluraliza) transita como uma força independente contra as instâncias superiores – a institucionalização do Estado Nacional - na qual o outro sentido de cultura (aquele que agrega) parece se fortalecer.

Essa relação entre sujeito e espaço, traçada pelo indivíduo, pouco obedecendo os ditames do Estado-Nação, *a priori* parece dar conta de movimento libertador, de criação de uma cultura plural. Ainda que, em seu cerne esses movimentos pareçam conter em si uma potência, como justificado pelo estabelecimento de culturas e identidades lastreados pela vida comum em guetos e campos de refugiados (APPADURAI, 1997, p. 35), por outro lado a resistência ao caráter agregador da cultura do Estado-Nação, deságua em situações de opressão e segregação, situação sumarizada por Appadurai (1997) ao referir-se ao conflito Israel-Palestina.

[...] na ideologia cultural do Estado-nação, a realidade do pensamento etnoterritorial demanda discriminação entre diferentes categorias de cidadãos, ainda que todos ocupem o mesmo território. O status (ou não-status) civil dos palestinos com relação ao Estado israelense é apenas o exemplo extremo desta contradição. Estes princípios conflitantes levam cada vez mais a um processo violento e incivilizado (APPADURAI, 1997, p. 49).

Na dicotomia Estado-Nação, mesmo a ideia civilizatória vê-se novamente confrontada com a cultura. A civilização, tomada pela visão do civilizador, tende à imposição de seus valores como aqueles pelos quais haverá o progresso do espírito humano. Esse esforço, alienado da cultura, porém, parece em vão. Para Coelho (2008), a

imposição civilizatória é possível, por si só, até um breve momento. A imposição forçada de um modelo civilizatório poderia garantir este ou aquele princípio. Porém sua fruição completa só se daria quando da proposição de tal civilização enquanto modelo desejável,

[...] isto é, se as pessoas encontrarem em seus traços, e a seu ver, as condições de preparação de uma vida mais adequada, com mais qualidades, que lhes permita um maior ou melhor desenvolvimento de suas capacidades e uma resposta mais adequada a suas necessidades e desejos (COELHO, 2008, p. 38).

A satisfação desses desejos encontra-se antes no campo do cultural do que do campo político, civilizatório. É o caso do Brasil, que nas primeiras décadas do século XX aderiu à cultura francesa como modelo, não de cultura, mas sim de civilização. (COELHO, 2008, p. 38).

Também no Brasil, nos últimos anos século XX, a cultura passa ao centro da disputa política. Com o recrudescimento da política nacionalista, marcada pelo período de ditadura militar, e sua oposição reprimida, a questão da cultura no país, aponta Coelho (2008), parece se assemelhar àquela de um navio atracado em um porto. A cultura, a partir de 1964, era fixa, monolítica, estanque. Imposta, sim, pelos militares, porém mesmo sua oposição não parecia agir em contraposição à rigidez cultural. Enquanto a situação buscava definir o cultural do país por sua ligação com Portugal, a oposição buscava uma definição de Brasil pela via de seus traços populares. Ambas as disputas, como propõe Coelho (2008) aconteceriam nos porões do rígido navio da cultura, mas independente do vitorioso, pouco fariam para movê-lo.

É somente durante o processo de redemocratização que o estanque navio da cultura volta a se mover. Movimento esse que, no primeiro momento, é limitado. Há ainda uma âncora, uma referência central que limita movimento do navio. O navio da cultura, porém, apresenta-se muito mais dinâmico, podendo girar sobre seu próprio eixo, subir e descer segundo a vontade das ondas, e em alguns casos aproximar-se ou afastar-se mais de sua âncora. “Nesta situação, se as raízes não são, elas mesmas, dinâmicas, o *enraizamento* sem dúvida o é. E o navio flutua” (COELHO, 2008, p. 61).

Se é marcante a presença do fator cultural nas políticas nacionalistas, o mesmo ainda pode ser dito das políticas populistas. Talvez um dos modelos nacionais mais proeminentes na história recente da América Latina, enquanto o nacionalismo trata de articular um sistema simbólico cultural que para o qual é imposta a identidade nacional

de determinada população, o populismo busca a seleção de identificadores culturais específicos, que são posteriormente legitimados no discurso público. Valores tradicionais de determinado povo são personificados na figura de uma personagem política carismática, ou no próprio Estado (CANCLINI, 1996, p. 191).

Seja uma cultura imposta da nação para o povo, no caso do nacionalismo, seja uma cultura do povo selecionada e personificada pelo Estado. A cultura parece não se desvencilhar da política.

O advento do pós-colonialismo, como oposição às políticas expansionistas da Europa dá, ainda, um novo tom da relação entre política e cultura. Para Eagleton, é nesse movimento político que há o distanciamento da articulação entre política e cultura no projeto das nações, em favor de um campo de disputas pautado unicamente pelo cultural,

[O pós-colonialismo] é, portanto, cronologicamente falando pós-nacionalista, pós-revolucionário, e até mesmo, às vezes, pós ideológico e pós-político. Mas esse fato cronológico pelo qual a teoria própria pós-colonialista dificilmente pode ser responsabilizada, pode combinar-se convenientemente com sua própria predileção por questões de identidades cultural em vez de questões de política radical, quando um Norte pós-histórico encontra-se com um Sul pós-colonial. A cultura, em resumo, pode vir a expulsar a política com a qual ela previamente estava tão estreitamente aliada (EAGLETON, 2011, p.95, grifo nosso).

Nesse sentido, como será tratado mais adiante, encontra-se a principal crítica de Eagleton (2011) em relação ao papel da cultura. Para o autor, sua alienação da articulação política é prejudicial, jogando nos braços da cultura a responsabilidade por disputas em campos que, não necessariamente, a concernem. A afirmação vai de encontro à constatação inicial de Coelho (2008, p.17): “Cultura não é o todo. Nem tudo é cultura. Cultura é uma parte do todo e nem mesmo a maior parte do todo – hoje”.

No centro da problemática entre cultura e política, encontra-se não a figura do Estado, em sua multiplicidade de lógicas e sistemas. Seja o nacionalismo, seja o populismo ou o pós-colonialismo, a relação entre cultura e política perpassa, operacionaliza, e é operacionalizada pela sociedade civil. Como mencionado anteriormente, é por questões de âmbito cultural que tendem a acontecer protestos e mobilizações, mas estes emanam materialmente do povo. É a sociedade civil que, nos

últimos 50 anos têm se colocado na linha de frente da disputa, seja ela política, cultural, ou político-cultural. Organizados por etnias, orientações sexuais e de gênero, projetos sociais e meta comuns (COELHO, 2008, p. 44), a sociedade civil busca ações diretas no campo social.

Como aponta Canclini (2000), sociedade civil e governo traçam relações muito particulares em sua relação com a cultura, relações essas que contextualizam as disputas por uma, ou várias culturas, seja nacional, civilizacional, unificadora, ou seja identitária, cultural, plural.

Enquanto governos entendem suas políticas em termos de proteção do patrimônio histórico, iniciativas inovadoras permanecem nas mãos da sociedade civil, especificamente daqueles com poder econômico para financiar o risco. Ambos buscam dois tipos de produção simbólica na arte: Estados buscam legitimação e consenso ao aparecerem como representantes da história nacional; corporações buscam a obtenção de dinheiro e, através de uma alta e renovável cultura, buscam construir uma imagem “desinteressada” de sua expansão econômica⁵ (CANCLINI, 1996, p. 59).

Observar o campo da cultura como um campo no qual se faz recorrente uma disputa entre ideais de unidade e pluralidade nos provê pistas para entender a complexa polaridade dos tópicos em evidência no debate público contemporâneo.

Quando há discordâncias entre grupos com visões díspares, por exemplo, da questão de gênero, é possível observar, espelhada, as mesmas contendas do conceito de cultura: Gênero é um conceito de ordem biológica, determinístico, sob os quais todos os indivíduos devem se encaixar (unidade)? Ou gênero é um construto social, cujos limites estão sujeitos às nuances comportamentais e de auto identificação de cada indivíduo (pluralidade)?

Na próxima seção será abordada a questão da cultura em função de sua circulação com os agentes da sociedade civil, observando a participação desses indivíduos na construção e reprodução de modelos de cultura.

⁵ No Original: “While governments understand their policies in terms of protection and preservation of the historical patrimony, innovative initiatives remain in the hands of civil society, especially of those with the economic power to finance risk. Both seek two types of symbolic yield in art: states seek legitimacy and consensus in appearing as representatives of national history; corporations seek to obtain money and, through high, revonating culture, to construct a “disinterested” image of their economic expansion.”

1.2. CULTURA EM CONFLITO

Com os movimentos da conceituação de cultura, sua divisão funcional, de unidade e pluralidade, antes rachados no conflito entre civilização, unitarista, e cultura, pluralista, agora encontra-se incorporada em uma única questão: a questão da cultura. Por este motivo, Eagleton (2011, p. 50) virá a propor que, da mesma maneira que a natureza cria os meios de sua própria transcendência, a cultura surge na contramão, como solução de uma divisão criada, pela própria cultura.

A cultura em sentido próximo aos estudos antropológicos contempla uma multiplicidade de temas culturais, sejam eles sexuais, de gênero, etnia ou religião, que não tendem necessariamente a uma coexistência pacífica, mas sim a um campo de disputas constantes. Uma vez que cada grupo cultural vê-se oprimido por um grupo cultural outro, a questão da cultura se afasta do sujeito universal, e se aproxima dos embates políticos, tornando-se a própria cultura, ela mesma, “parte do próprio léxico do conflito político” (EAGLETON, 2011, p. 61).

Neste momento, então, é passível recuperar alguns dos caminhos pelos quais a questão da cultura foi tratada. Sua definição e seu peso na experiência social passam por um processo de metamorfose transdisciplinar através da história. Desde sua origem etimológica, no sentido de cultivo agrícola, até sua relação com a política em regimes nacionalistas e pós-colonialistas.

No centro dessa cronologia, há um movimento constante de autorreferência, autonegação, e autotranscendência. Se a natureza tem um agir independente e autônomo, é só através da natureza que surgem aqueles que a cultivam, aqueles que promovem sua cultura. Se a cultura surge como sinônimo de progresso humano, mais tarde ela perde essa conotação. O progresso humano passa a pertencer aos civilizados. À cultura relega-se a descrição de costumes primitivos, bárbaros.

Em rebote, a cultura volta à disputa com a civilização, negando a valoração positiva do último, em favor de uma suposta pluralidade neutra da primeira. A cultura age em favor do múltiplo, a civilização em favor do uno.

Se então, a cultura era plural, é a própria cultura, por seu viés estético, que a tenta tornar unitarista. A cultura das artes almeja o sujeito universal, e a cultura antropológica almeja o individual.

Mesmo a cultura que organiza sistemas simbólicos, costumes e tradições para grupos ou comunidades pulverizadas da existência humana não está livre das tensões. Seu principal polo opositor, trabalhado nesta pesquisa, é a política. Por vezes a cultura integra o discurso político, como lastro para disputas de ordem de gênero, sexualidade, etnia e religião. Por vezes, é só a mobilização cultural que pode engajar e reforçar os paradigmas políticos Estatais. Por vezes, a mobilização cultural é ameaça à esses próprios paradigmas. Por vezes, ainda, a cultura parece inflar a ponto de negar a própria funcionalidade da política.

Entre todas essas alterações e reconfigurações da questão da cultura, parece haver uma certa volatilidade, ou pelo menos uma situação inquieta de movimento constante. Coelho (2008), resgatando a origem etimológica de cultura em sua relação com o trabalho rural, marca a questão da cultura como uma questão dotada de dinamismo. Expandindo uma fala de Francis Bacon, na qual a cultura é tratada como adubo do espírito, Coelho(2008) propõe que nesta visão, da cultura como esterco, há subjacente a ideia da cultura dinâmica, não-estaque, da cultura como processo e não objeto.

O estrume é o elemento afinal ativo, mas ele mesmo em si não é nada, ele mesmo é outra coisa, e outra coisa resultante de um processo cujas partes têm todas a mesma natureza verificada no conjunto: a cultura como processo, não como um objeto, mas como uma *atividade*, essa é a ideia chave (COELHO, 2008, p. 19).

Se a cultura é, por excelência, dinâmica, como todo o vai-e-vem conceitual parece ter apontado até aqui, é também propriedade desse conceito seu movimento conflituoso. Como um debate, ou uma longa conversa, a cultura deveria ser oposta à imposição de palavras de ordem (COELHO, 2008, p. 56). A cultura dinâmica, enquanto debate e não imposição, torna-se terreno fértil para antagonismos, que ocorrem no interior de culturas e entre culturas.

Apesar de *Guerra Cultural* ser um termo utilizado, em grande parte para denotar a escola de pensamento norte-americana que prega uma operacionalização da política pelo cultural, como será tratado na próxima seção, as guerras em sentido estrito, em sentido bélico, para Coelho (2000), contém em si um tanto de caráter cultural, suficientes para serem chamadas, também, de guerras culturais.

No campo do cotidiano, aponta Coelho (2000), a guerra, marcada pela violência urbana, impulsionada por uma falência no sistema de valores, é em escala micro, também

uma guerra cultural. Essa ubiquidade da cultura no conflito aponta, de certo modo, para a constatação de que “A única guerra que existe é de fato a guerra cultural”(COELHO, 2000, p. 10).

Como já apontado, porém, cultura e barbárie parecem, no jogo da história, contidas uma na outra. Se há um componente barbarizante nos conflitos da cultura, há também espaço para o desenvolvimento do espírito humano. Esse desenvolvimento, porém, caminha no sentido contrário de uma superação do conflito, de uma *pax cultural*, de uma cultura sem conflito, homogeneizada.

[...] essa *pax cultural* “em sentido estrito”, resultante da homogeneidade globalizada, dificilmente será, além de possível, desejável. A rede de representação que o ser humano faz e refaz para dar sentido a sua existência exige contínuas reformulações e inovações – e nesse caso as guerras culturais, ou as guerras pelo sentido cultural das representações, serão inevitáveis (COELHO, 2000, p. 15)

Na próxima seção será discutida a Guerra Cultural pela escola norte-americana, a *Culture War*, cujas implicações parecem muito mais limitadas em relação às propostas de Coelho. As trincheiras das *Culture Wars* parecem muito mais arraigadas numa política cotidiana, ligada às pautas de direitos legais e legitimação de comportamentos, do que as consequências catastróficas do conflito cultural para o extermínio de judeus ou o início da segunda guerra mundial. Trata-se, porém, de notar aqui justamente a relação entre unidade e pluralidade da cultura. Se o termo pode ser aplicado para questões amplas, que unem em si as causas e consequências do maior conflito militar da história da humanidade, a mesma cultura pode ser pulverizada, pluralizada, utilizada como armamento e como campo de disputas de questões como direito básicos para determinados estamentos sociais, e promoção de igualdade.

Em tomando-se como verdadeira a afirmação de Coelho (2000) de que a Guerra Cultural é a única guerra que há, poder-se-ia propor que as *Culture Wars* trata-se de guerra por procuração. Da mesma maneira que o Vietnã do Norte e Vietnã do Sul combateram, cada um como representação do bloco capitalista e socialista, talvez a disputa entre progressistas e conservadores, debatida a seguir, seja representação das disputas centrais entre uma cultura volátil no seu papel unificador e pluralizador.

1.3. GUERRA (POLÍTICO-)CULTURAL

A ideia de Guerra Cultural, enquanto um conceito delimitado, passa a integrar a literatura sócio-científica em dois momentos historicamente distintos. O primeiro deles se dá ainda ao final do século XIX na Alemanha. A *Kulturkampf* alemã será, então, metamorfoseada na problemática das *Culture Wars* norte-americanas apenas ao final da década de 1980, marcando a segunda emergência histórica do termo na produção científica.

A *Kulturkampf* encontra-se enraizada no processo de unificação germânico, sendo o termo utilizado para descrever a campanha encabeçada pelo então chanceler do império germânico Otto Von Bismarck, baseada na promoção de secularização política, consolidação nacionalista e repelência da influência católica nas esferas públicas e privadas do país (QUADROS, 2015).

A Guerra Cultural tratada nesta dissertação, porém, segue tendências de aplicação do termo que guardam apenas referências longínquas com sua origem germânica (GRÜN, 2017), em vez disso fazendo uso da apropriação *Culture War* presente na literatura estadunidense dos últimos anos da década de 1980, trabalhada mais expressivamente por James Davison Hunter (1991). Há, porém, um relato que deflagra a emergência do conceito alemão no debate político dos Estados Unidos justamente na última metade do século XX. Em um memorando de 1970, o conselheiro da presidência dos Estados Unidos, Daniel Moynihan, relata ao então chefe do executivo, Richard Nixon, o que acreditaria se tratar de uma *Kulturkampf* empregada pelo aparato midiático, pela academia, artistas, fundações e até mesmo alguns setores do governo, contra o que chamou de “América Tradicional” (HARTMAN, 2015, p. 51).

A *Culture War* sobre a qual se dedica o presente capítulo tem origem na literatura dos Estados Unidos. Em 1987 o termo figura pela primeira vez em um artigo do periódico diário *The New York Times*. A publicação menciona uma “guerra civil cultural” e posteriormente uma “guerra cultural” em torno da figura do juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, Douglas H. Ginsburg, e sua substituição após a descoberta do uso de maconha pelo magistrado. O texto critica um suposto embate entre setores sociais chamados de modernizadores e tradicionalistas à partir da emergência de pautas surgidas na década de 1960 como o movimento dos direitos civis, movimentos por direitos das

mulheres e de comunidades gays, lutas pela descriminalização das drogas, erotismo público e erradicação de tabus sociais (GITLIN; ROSEN, 1987).

A tese central que norteia a teoria da Guerra Cultural de Hunter está calcada num movimento que o autor identifica como um movimento de superação e cisão de categorias balizadoras do debate político, e sua posterior substituição por novas categorias. As categorias que, segundo Hunter, já não abarcam mais o debate político são aquelas fundadas nas questões econômicas e de classe: as categorias de direita e esquerda. Segundo essa interpretação, direita e esquerda:

[...] eram úteis na medida em que refletiam os eixos dominantes de tensão política. Porém, com o colapso do socialismo de estado internacionalmente e o desarranjo do movimento trabalhista, o marxismo filosófico na academia e o keynesianismo no lar, o poder explanatório dessas categorias enfraqueceram, para dizer o mínimo⁶ (HUNTER, 2006a, p. 13).

A superação dessas categorias, porém, não anunciava um momento de pacificação no discurso público, pelo contrário, surgiam ainda no cenário norte-americano do início dos anos 1990 discussões sobre financiamento público da arte, colocando em cheque o próprio significado e validação do termo arte, emanavam discussões sobre o currículo educacional do país e sua capacidade de promover os chamados “valores americanos”, emergiam disputas sobre os direitos legais de gays e lésbicas que, por sua vez, inflamavam discussões sobre a natureza do conceito de família e de sexualidade. (HUNTER, 2006a, p. 14)

Subjacentes a todas essas questões, porém, não se encontraria mais um *front* marcado pelas políticas de direita ou pela legislação de esquerda, tampouco marcado necessariamente pelo desejo deste ou daquele partido. Estaria em jogo, então, as ideologias, “os símbolos públicos, os mitos, seus discursos, [isso tudo] através das estruturas institucionais que geram e sustentam a cultura pública”⁷ (HUNTER, 2006, p. 13. Tradução nossa).

⁶ No original: “[...] were useful as long as they reflected the dominant axis of political tension. But with the collapse of state socialism abroad and the disarray of the labor movement, philosophical Marxism in the academy, and Keynesianism at home, the explanatory power of those categories had weakened, to say the least.”

⁷ No original: “[...] in its public symbols, its myths, its discourse, and through the institutional structures that generate and sustain public culture.”

Se todas essas disputas das quais introduzem o moral e o cultural na discussão política, a própria política não parece se esvaír da conceituação, por que, então, a Guerra Cultural firma-se como conceito próprio em detrimento de ser apenas subproduto da disputa? A resposta para essa pergunta parece presente na síntese de Gallego, Ortellado e Moretto (2017):

A relação entre discurso moral e político não é nova. No final do século XIX e início do XX, os liberais já utilizavam um discurso moral que justificava a miséria dos trabalhadores pela indolência. Antes, porém, o discurso moral era instrumentalizado pelo político, e agora parece que ocorre o contrário (GALLEGO; ORTELLADO; MORETTO, 2017, p. 38).

A Guerra Cultural trata, portanto, de um cenário de disputa do campo cultural, não excluindo o campo político, em vez disso, instrumentalizando-o não sob identificadores clássicos de espectros políticos, direita e esquerda, mas sim à luz de uma miríade de filiações guiadas por um norte moral.

Desde o início desta seção, porém, fala-se em superação das categorias direita e esquerda, não sua aniquilação. A exponencialidade de ontologias ligadas aos mais diversos cenários culturais, deveria, portanto excluir, ao menos, a relação dicotômica dos rótulos anteriores. Este, porém, não é o caso. Na avaliação de Hunter (2006), no momento em que a disputa cultural integra o discurso público acontece um processo de simplificação que reduz as nuances culturais, novamente, às tendências antagonistas.

Para compreender essa relação, novamente dicotômica, Hunter (2006) delimita dois definidores centrais. Os tradicionalistas ou ortodoxos e os progressistas.

Sobre os tradicionalistas, faz-se a importante ressalva de não se tratar meramente de um espectro retrógrado e reacionário. Trata-se, em vez disso, de uma visão de ordem social pautada pela continuidade deliberada de princípios passados objetivando uma restauração de ideais chamados de nobres da experiência civilizatória (HUNTER, 2006a, p. 14).

No outro lado do campo de batalha da Guerra Cultural encontram-se os progressistas. O autor descreve este campo como um de ambivalência em relação ao legado passado, ora utilizado como ponto de referência, ora visto como ferramenta de opressão. São os progressistas que, a despeito do que Hunter chama de sinais de um idealismo utópico, buscariam inovação e mudança de conjunturas da atualidade,

objetivando emancipação humana e consolidação de uma sociedade tolerante (HUNTER, 2006a, p. 15).

Entre outros fenômenos de manifestação da Guerra Cultural delimitados por Hunter (2006) pode-se citar uma espécie de aderência transidentitária a algumas causas disputadas no campo da moral e da política. Um exemplo específico dá conta de protestos pró e contra desarmamento nuclear e por (ou contra) direitos às comunidades LGBT encontrando afiliados em comum em ambos os tópicos. Em ambos os casos, as técnicas retóricas dos manifestantes seriam similares, a “divisão de lados” dos partidários pró e contra cada causa seria simétrica, bem como o registro de igualdade no padrão de engajamento entre tópicos (HUNTER, 2006a). Ou seja, se o mesmo grupo de indivíduos tende a se posicionar da mesma maneira em tópicos tão distintos, pressupõe-se, como dita a teoria da Guerra Cultural, que o fator subjacente de identificação destes indivíduos é capaz de englobar temáticas extremamente amplas, que na tradição política estariam distantes umas das outras, sendo portanto, esse fator subjacente, algo para além da política.

A disputa entre cultura e política, descrita tanto em Eagleton (2011) quanto em Hunter (2006), encontra-se novamente em antítese de conceitos. Ao mencionar a potência de mobilização dos aspectos culturais, engendrados na disputa política, Eagleton (2011) parte de uma ressalva que permeia sua obra, não apenas como constatação, mas também como manifesto. Para o autor, a cultura deveria ter em si, contida, as potencialidades do cultural, criticando a utilização de seu conceito para a concretização das disputas de cunho político.

No centro da crítica encontram-se as políticas de identidade, categoria que chama de “inutilmente amorfa” (EAGLETON, 2011, p. 67), conceituada pelo movimento de articulação social motivado unicamente pela questão cultural, completamente separado dos processos de dominação classista da política. Segundo o autor, ao separar as querelas culturais de sua superestrutura política, ignora-se a capacidade de cooptação desses militantes culturais por quaisquer um dos lados da disputa econômica e social, reduzindo o cultural à mera instrumentação ocasional de disputa por poder.

As políticas de identidade funcionariam, simultaneamente como causa e consequência do modo político da pós-modernidade. Uma vez que se apresentam como,

por um lado a tipificação predileta de engajamento político contemporâneo, e por outro a única tipificação possível. Nesta seara o autor critica:

Existem muitas outras contendas políticas – greves, campanhas anticorrupção, protestos antiguerra – para as quais a cultura é muito menos importante, o que não quer dizer que seja irrelevante. Ainda assim, um pós-modernismo que supostamente tudo abrange tem muito pouco a dizer sobre a maioria delas (EAGLETON, 2011, p. 67).

Hunter (2006b) também ataca essa problemática ao diferenciar dois conceitos que chama de contraditórios: a política da cultura e a cultura da política⁸. A política da cultura denota a disputa travada, em regimes democráticos, acerca de legislações que versam sobre questões culturais. A cultura da política, em contrapartida, aborda o ambiente simbólico no qual se insere o estamento político, constituindo uma “estrutura de sentidos que torna um determinado arranjo político compreensível ou incompreensível, desejado ou repreensível”⁹ (HUNTER, 2006b, p. 91).

Para o autor, isso significa dizer que a concretização, por exemplo, da declaração de direitos humanos, pode ter emergido de uma atividade de política da cultura, mas que seu conteúdo, o contato com a realidade descrita ali, só poder ter surgido de uma relação profunda com a cultura da política. Como mesmo o autor afirma, sua hipótese de *Guerra Cultural*, existe pela perspectiva da cultura da política.

Hunter (2006b) chega a postular, de maneira completamente contraditória à Eagleton (2011) que a cultura, na maioria dos casos, instrumentaliza a política, e não o caminho inverso. O proponente das *Guerras Culturais* critica, ainda, a situação contrária. Segundo ele, há uma preferência social pela política da cultura, originada na lógica de vitoriosos e perdedores, de disputa bipartidária, típica da política clássica, com ramificações que vão da mídia, à academia, passando pela educação, ciências e artes (HUNTER, 2006b, p. 94).

A solução para esse conflito posto entre a teorização dos autores-chave dessa pesquisa parece estar na constatação de encerramento de Eagleton (2011). Ao afirmar que “A cultura não é apenas aquilo de que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para que o vivemos” (EAGLETON, 2011, p. 184), o autor faz referência à questão

⁸ No original: politics of culture e culture of politics respectivamente.

⁹ No original: frameworks of meaning that make particular political arrangements understandable or incomprehensible, desirable or reprehensible.

histórica e cronológica que marca a metamorfose da ideia de cultura. O presente esforço de pesquisa trata, então, não de advogar por esta ou aquela tese, mas analisar a *Guerra Cultural*, marcada pela instrumentalização do político pelo cultural, como um momento contemporâneo da cultura, não seu absoluto, tampouco seu fim.

A concretização e revisão do arcabouço teórico sobre a *Guerra Cultural* aponta direcionamentos para a identificação, tanto do conflito, quanto de suas características constitutivas no debate público. Assim, à partir da literatura discutida neste capítulo determinou-se, para a consolidação de estratégias metodológicas, uma lista de 10 denominadores conotativos das disputas de cultura e seus pormenores em jogo.

Essa lista de palavras-chave dos conflitos é composta pelos itens: **Cultura e Guerra Cultural**, ambas descrições nominais, tanto do campo de disputa, quanto da disputa em si. O termo **Civilização** integra a lista como representante ora antitética ora complementar da cultura (EAGLETON, 2011), a ideia de civilização translada de uma potência definidora do espírito humano único, a uma potência opressora da diversidade de subjetividades, Até por isso, também **Diversidade** compõe a lista de denominadores das guerras culturais. A questão da diversidade, em especial a repulsa dirigida a ela nos encaminha para o termo **Ódio**, força motriz dos discursos de ódio aplicados contra este ou aquele lado do campo de batalhas da *Guerra Cultural*.

No campo das temáticas sobre as quais o conflito cultural se apresenta, em especial no meio político (HUNTER 2006b), identificam-se ideias de **Gênero e Valores**, reproduzindo elas mesmas o conflito unidade-pluralidade da cultura. Valores apontam para um universal absoluto, buscam incorporar o sujeito em um ideal de elevação e retidão moral e espiritual externo. Gênero, em relação à performance de gênero que não necessariamente condiz com o sexo biológico de um indivíduo, é um conceito que busca abarcar uma multiplicidades de auto-identificações. Este argumento nos aponta, então, também o termo **Identidade** como questão em jogo na guerra cultural.

Por fim há que se abordar as articulações da política e pela política dos conflitos culturais. Seguindo a proposição de Hunter (1991), em vez de adotar identificadores clássicos de direita e esquerda, na guerra político-cultural parecem forças mais significativas os rótulos de **Conservadorismo e Progressismo**.

Todas essas palavras chaves integram o procedimento investigativo descrito no capítulo 3 desta dissertação, não intentam, porém, ao esgotamento das categorias

possíveis, sob a premissa de que a observação do campo, em vez da literatura, se faça ver identificadores diversos.

2. NOTÍCIAS DO *FRONT*: A OPINIÃO PÚBLICA COMO *LOCUS* DA GUERRA CULTURAL

As análises de Hunter (2006a) acerca da Guerra Cultural não se apresentam de maneira incosteste na literatura científica, em especial, na sociologia estadunidense. Entre as principais obras críticas às análises de Hunter (1991), é possível destacar *One Nation, After All* (WOLFE, 1998), cujo título traduz-se - *Uma Nação, afinal de contas*, em tradução nossa - como uma conclusão oposta à separação cultural preconizada em *Culture Wars: The Struggle to Define America* (HUNTER, 1991).

Himmelfarb (2006), observa e relata a disputa argumentativa entre ambos os autores. A historiadora sumariza as críticas de Wolfe (1998) às ideias de *Culture War* na medida em que as pesquisas de Wolfe (1998) não refletiriam uma divisão observável empiricamente entre a população norte-americana de maneira geral.

Eram, primeiramente, ‘intelectuais’ que travavam aquela guerra ([No ensaio de Wolfe], a guerra existiria, majoritariamente, nas ‘mentes de jornalistas e ativistas políticos’) A maioria dos americanos, americanos ordinários, [Wolfe] argumenta, não estão envolvidas numa guerra cultural pois, ao contrário desses intelectuais, eles ‘não-julgam’, compartilham os mesmos valores morais e conduzem suas vidas de maneiras bastante similares¹⁰ (HIMMELFARB, 2006, p.74, tradução nossa).

Em resposta a esses questionamentos, Hunter (2006) justifica a ausência de base empírica para sua proposição ao pontuar que, em vez de compreender a Guerra Cultural como algo consciênte e mensurável nos humores do indivíduo, os sintomas das disputas no campo da cultura seriam, em vez disso, simbólicos. Sendo a contenda travada, justamente, entre os intelectuais, formadores de opinião, militantes políticos ativos e a imprensa (HUNTER, 2006a, pp 20-21). Seus efeitos no público geral não seriam deflagrados, se constituindo portanto, de difícil mensuração. O resultante dessa guerra travada nos interlocutores centrais da retórica pública, segundo o autor, fazem com que

¹⁰ No original: it was primarily “intellectuals” who were fighting that war. (In his present essay, the war exists mainly in the “minds of journalists and political activists.”) Most Americans, ordinary Americans, he then argued, are not involved in a culture war because, unlike these intellectuals, they are “nonjudgmental,” share much the same moral values, and conduct their lives in very similar ways.

“o discurso público fique mais polarizado do que os americanos, enquanto povo, o são¹¹” (HUNTER, 2006a, p. 21, tradução nossa).

Trate-se a Guerra Cultural de pseudo-conflito existente apenas nas elites intelectuais, sem reflexão direta nas esferas sociais quotidianas, ou trate-se a Guerra Cultural de disputa simbólica direta pelo discurso público, travada nas instâncias de mediação social – o jornalista, o militante, o intelectual – objetivando a mobilização social “ainda que apenas pelo voto” (HUNTER, 2006a, p. 28), de qualquer modo desvela-se uma tendência do debate sobre o tema a resvalar nas forças de mediação entre os diferentes atores sociais.

Essa mesma dinâmica relacional, entre diversos atores - sejam eles a sociedade civil, o Estado, a imprensa, o intelectual – encontra-se no cerne da formação e da constituição da esfera pública e da opinião pública. Assim, as seções seguintes discutem a potência mobilizatória dessas forças do debate público através da história, objetivando investigar até que ponto pode, uma retórica pública contaminada de disputas culturais, vir a agir por sobre a própria sociedade civil, inserida numa esfera pública, em constante renegociação de sua opinião pública.

Habermas (2014) traça as configurações e reconfigurações da esfera pública moderna desde sua gênese, no século XVIII, até o início da década de 1960, período da publicação de *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (2014). Apesar de diversos entendimentos progressos através do curso histórico, a esfera pública, enquanto de seu significado contemporâneo, tido desde a segunda metade dos anos 1800, atua como mediadora entre estado e sociedade, sendo composta ela mesma pelos mesmos estado e sociedade civil, ampliando os espaços democráticos e inserindo diversos setores da população no debate público.

Em síntese, Habermas (2014) aponta as contradições entre o público e o privado que se estendem desde o período clássico das cidades-estados gregas. Se por um lado, a vida cotidiana do cidadão helênico era permeada pelo âmbito do *oikos*, ou seja, da economia particular, concernente apenas às questões de um núcleo individual, ou em caso mais largo, familiar, por outro lado, perpassavam aos gregos, também, as decisões

¹¹ No original: “In this way it explains how our public dis- course becomes more polarized than Americans as a people are.”

concernentes à *polis*, espaço de interação social no qual todos os homens - verdade seja dita apenas os livres - eram tidos como iguais em sua participação nas trocas mercadológicas e nos debates das assembleias abertas (WERLE, 2014). É preciso apontar, portanto, como característica principal desse modelo grego de esferas, pública e privada, seu componente individual, ou seja, no qual qualquer homem livre tem a potência de debater, apresentar, defender e refutar argumentos que influenciam diretamente nos espaços de interação daquela sociedade.

Em outro momento histórico, porém, é justamente esse componente individual que passa a ser dissolvido com a emergência de uma esfera pública de base representativa. Na Europa, no período medieval dos séculos XV e XVI, estabelece-se uma situação de mediação no cerne da esfera pública, que passa a tomar características de representação (WERLE, 2014, p. 19).

Marcado pelas formas de governo monárquicas, a sociedade europeia via a esfera pública representada na figura de seu governante, sendo sujeita à sua vontade. Baseado nas proposições habermasianas, Werle (2014), sumariza:

Estruturada para a representação do *status* atribuído às autoridades seculares e espirituais esfera pública tinha a função de tornar visíveis, em celebrações, rituais e cerimoniais festivos, a autoridade e a dominação diante de um público passivo e espectador. A publicidade era uma característica do monarca ou da dominação incorporada na pessoa ou personalidade do governante, e a vida pública é meramente representada para o povo, que toma parte dela apenas como espectador (WERLE, 2014, p. 19–20).

Com o processo de dissolução das sociedades monárquicas, em favor de uma organização mercantil, como a promovida na revolução burguesa ao fim do século XVII, as próprias esferas, pública e privada, passam também por reconfiguração. No campo do privado, há uma cisão entre os componentes de ordem subjetiva e íntima, e a administração da economia desse núcleo familiar, uma vez que a expansão capitalista nas cidades obrigaria a inserção da economia particular, ou seja, produção para consumo próprio e trocas, na economia da sociedade, ou seja, lógicas de concorrência e disputa de mercado (WERLE, 2014).

Ainda dotada de características representativas, a esfera pública deixa, então, de ser entendida como a manifestação da coesão social por meio de um monarca, e passa essa função a uma instituição impessoal, o Estado (WERLE, 2014, p. 21). Esse domínio da publicidade em uma instância de dominação, como o Estado, se assemelha pouco com os ideais burgueses de autodeterminação social e democracia burguesa, até por isso, no curso histórico, tão logo, o entendimento de esfera pública passa a incorporar, também, os cidadãos privados quando em ações de crítica e discussão da própria esfera Estatal. De certa maneira, a esfera pública burguesa, poder-se-ia dizer, trata do campo no qual encontram-se em disputa, o Estado representativo e os cidadãos privados que, juntos, compõem a sociedade.

Formada por um público de pessoas privadas, da administração pública e da regulação das atividades da sociedade civil, a esfera pública burguesa não visava à conquista direta do poder do Estado; antes, buscava a racionalização do poder político, procurando estabelecer novas bases de legitimação para sua origem e seu exercício: o consentimento racional entre pessoas autônomas, livres e iguais. Um certo público de pessoas privadas passa a se compreender não mais como mero objeto passivo da autoridade pública, mas como sujeitos autônomos que se opõem criticamente a ela (WERLE, 2014, p. 21).

Em suma, trata-se de uma relação travada entre indivíduo privado e a esfera pública burguesa que guarda uma diferença fundamental em relação à esfera pública grega, uma vez que na grega trata-se de um relacionamento de troca participativa direta de cada cidadão, enquanto no modelo burguês, não só adota-se o princípio representativo, como deixa-se de lado a função participativa em favor de uma “relação argumentativa polêmica e crítica em face do Estado” (WERLE, 2014).

É nesse campo recém estabelecido, da esfera pública burguesa, ainda incipiente, que começa-se o desenvolvimento de uma cultura pública, em oposição à uma cultura privada (HUNTER, 1991, p. 52). Esta última busca um arcabouço simbólico de um indivíduo perante outros indivíduos, ou seja, a cultura privada e sua pletora de símbolos e significantes pessoais, dão conta de definir a relação que um sujeito individual se relaciona com outros sujeitos individuais, o observando enquanto amigo, enquanto inimigo, familiar ou completo estranho. (HUNTER, 1991, p.54). Do advento da

publicidade da cultura é que o indivíduo deixa de relacionar-se, apenas com outrem, mas também passa a criar um sistema simbólico para interagir com conceitos abstratos da cultura, como a comunidade, o Estado-nação, a arte e a legislação (HUNTER, 1991, p. 55).

É no contexto da cultura pública, esta inserida nas relações ainda incipientes de esfera pública, mediando o aparelho estatal e a sociedade, que mais tarde seriam observadas as incursões da Guerra Cultural. Segundo Hunter (1991), o fator público da Guerra Cultural tem raízes em observações históricas. Segundo o autor, no curso histórico-social há constantes tensionamentos por esta ou aquela força que se coloca como voz legítima para a tarefa de moldar a cultura pública em si, e, ainda que numa sociedade na qual há pluralidade de vozes, historicamente a tendência é que haja uma voz dominante (HUNTER, 1991, p.56).

O campo da disputa pela cultura ou como Hunter (1991, p. 52) classifica, o campo pela definição da realidade, é o campo da Guerra Cultural e todos esses conflitos nascem da constituição da esfera pública. Para a consolidação dos conflitos, porém, é necessário ainda observar a evolução da esfera pública e da opinião pública. Para tanto, remete-se, novamente, ao curso histórico.

Com o desenvolvimento da sociedade burguesa, e da esfera pública enquanto local de disputas entre a administração estatal e o conjunto de indivíduos privados, a imprensa passa a exercer papel direto na articulação dessas contradições. Uma vez que a articulação dos meios de comunicação passa a ser moldada, em parte, pelas disputas da esfera pública, em um segundo momento, aponta Habermas (2014, p. 58), as mudanças da comunicação surtem, também, efeito na esfera da publicidade. Em especial, o movimento de massificação da comunicação e da imprensa.

Com uma rede de comunicação mais comercializada e condensada, com o crescimento dos custos do capital e com o aumento da escala organizacional das instituições editoriais, as vias de comunicação foram canalizadas de forma mais rígida e as oportunidades de acesso à comunicação pública ficaram sujeitas a uma pressão seletiva cada vez mais rigorosa (HABERMAS, 2014, p. 58).

Essa conjuntura teria como efeito o deslocamento de uma propriedade meramente mediadora da imprensa em relação às disputas públicas, passando em vez disso a alterá-

las, também, tornando-se ainda outro elemento constitutivo de uma esfera pública “permeada de relações de poder, na qual, [...] ocorre uma disputa não apenas em torno da influência, mas também sobre o controle que incide sobre os fluxos comunicativos[...]”(HABERMAS, 2014, p.58).

É desse cenário, no qual a esfera pública se compõe por tensionamentos entre Estado, pessoas privadas e forças como a imprensa que Habermas (2014) conceitua as formas de opinião pública, mais especificamente, a destrinchando em três categorias: A opinião não-pública, a opinião quase pública, e a opinião pública, efetivamente.

Habermas (2014, p. 503) exclui do campo público a opinião construída no âmbito íntimo. Formada por meio do que chamou de troca de gostos e inclinações, Habermas classifica esse tipo de opinião como não-pública, efêmera e artificial em função de, à época sua influência limitada sobre a estruturação representativa do modelo democrático burguês.

Em contrapartida, descreve a opinião quase pública como aquela que emana das organizações definíveis, em particular aquelas que possuem algum grau de potência de estruturação social, por isso entre os exemplos mencionados estão as agências e comitês governamentais, e a imprensa especificamente política (HABERMAS, 2014, p.505).

Curiosamente, porém, a idealização de uma opinião verdadeira pública em Habermas, que no tempo de sua análise dos meios de comunicação de massa, ainda não era materializada, parece se aproximar mais da lógica de redes de comunicação típica da contemporaneidade. Diz o autor que o alcance dessa opinião pública em sentido rigoroso depende da:

participação das pessoas privadas no processo de comunicação formal conduzido através da esfera pública interna das organizações (...) Enquanto tais organizações permitirem uma esfera pública interna não só no âmbito dos funcionários e dos administradores, mas tem todos os âmbitos, haverá a possibilidade de uma correspondência recíproca entre as opiniões políticas das pessoas privadas e aquela opinião quase pública” (HABERMAS, 2014, p. 506)

Partindo, então de uma leitura contemporânea da questão da formatação da opinião, Lemos (2009) relaciona essas novas potencialidades de criação desta opinião,

justamente ao fator conversacional promovido pela superação do modelo das mídias de massa. Para o autor, o modelo de comunicação típico da internet se distancia do arquétipo passivo da recepção sujeita à uma emissão televisiva e se aproxima dos ideais políticos e de ação política da praça pública.

Essa constatação, porém, da mesma maneira que é relativizada a potência horizontal da comunicação reticular, vem acompanhada de ressalvas que separam a natureza ideal e potencial das redes como condicional da existência de uma nova opinião pública e a realidade material dos fluxos informativos.

A função conversacional das mídias de função pós-massiva pode servir como fator privilegiado de resgate da coisa pública, embora não haja garantias. A participação, a colaboração e a conversação são as bases para uma ação política, mas não garantem a sua efetividade (LEMOS, 2009, p. 17).

Mesmo Habermas (2014), em prefácio à edição de 1990 de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, contemporizava certo ceticismo em relação às iniciativas horizontalizadas de discussão política. Propondo que, à época de sua obra original estava em curso uma disputa pelo próprio fluxo da informação, na medida em que o modelo hierárquico dos *media* proibia a inclusão de pontos de vista não controlados, mas propondo, também, que o ponto de vista advindo de um processo de horizontalização e autorregulação social era, ainda amparado por instituições fracas. (HABERMAS, 2014, p. 58).

Habermas(2014) realiza as análises acerca da constituição de uma opinião efetivamente pública, não pública ou quase pública, no começo da segunda metade do século XX. Quando postos à prova da conjuntura contemporânea, faz-se necessário buscar atualizações na potência de formação de cada um desses tipos de opinião.

Se até então, a constituição da esfera pública e seus discursos opinativos era perpassada por diversos fatores sociais historicamente marcados, ao analisarmos essas mesmas categorias no contexto da sociedade contemporânea, é possível vislumbrar configurações que, até a publicação de *Mudança Estrutural na Esfera Pública* não existiam, pelo menos não da maneira como se observa atualmente.

Com o advento de uma comunicação em redes mais amadurecida observa-se situações de escape à operacionalização dos fluxos informativos pelos meios massivos, promovidas justamente por um fortalecimento no amparo das articulações horizontais em

tempos de redes. Para este fim, traçamos a seguir um breve, e sem pretensões de completude, histórico bibliográfico da relação entre internet e construção da opinião pública.

Eisenberg (2003) partindo de uma análise pregressa ao estabelecimento das redes sociais digitais na forma como as entendemos hoje, no caso o *Orkut*, *Facebook* ou *Twitter* por exemplo, resgata por meio das ferramentas de troca de mensagens instantâneas online, as *chatrooms*, o potencial de reconfiguração da esfera pública baseado em Habermas. O autor destaca a baixa complexidade e o valor reduzido para difusão de mensagens na internet, em comparação ao meio televisivo e radiofônico. Essa facilidade seria responsável por uma multiplicidade de emissores que, engajados na discussão política, poderiam facilitar a formação de uma opinião pública mais próxima daquela idealizada por Habermas. Apesar disso, mesmo em 2003, Eisenberg(2003) levantava uma problemática relevante ainda hoje, na medida em que a pulverização de emissores poderia levar a uma seleção estreita da informação consumida, ao contrário da comunicação massiva que, segundo ele,

consiste precisamente em produzir essas informações e permitir os encontros inesperados, gerando, dessa forma, um caldo de informações e argumentos que estão igualmente disponíveis a todos os cidadãos, independente de suas redes particulares de interação social (EISENBERG, 2003, p. 508).

Na contemporaneidade, aliado justamente aos já citados filtros algorítmicos das plataformas sociais, frente à massividade de informações no fluxo, abre margem para toda uma outra seara de discussão baseada na formação de bolhas de interesse, limitando a absorção de conteúdos externos a essa bolha.

Malini (2007), ao analisar as eleições presidenciais no Brasil, aponta a superação de um modelo de círculos concêntricos, ou de pedra no lago, na formação da opinião pública em tempos de redes digitais. A ideia original se daria na eficácia propagação de opiniões a partir de um núcleo central, instruído e detentor de alguma legitimidade, se espalhando para os círculos mais externos, formados por pessoas pouco interessadas em questões políticas ou com pouca influência neste meio. (MALINI, 2007, p.3)

O autor propõe que, ao contrário, em 2006, a produção de conteúdo em meio digital por usuários desvinculados dos veículos de imprensa do país foi responsável pela

formação de uma opinião pública não mais advinda de um centro. O conceito seria o de uma opinião pública distribuída. (MALINI, 2007, p.3)

A opinião tornava-se distribuída porque blogueiros republicavam as ideias uns dos outros; os assinantes enviavam uma informação de uma lista de discussão a outra para argumentar ou contra-argumentar; os orkuteiros criavam comunidades anti ou pró candidatos; leitores inundavam de textos a seção de comentários dos principais blogs jornalísticos para assim ganhar mais atenção na grande audiência desses veículos; internautas de sites como Youtube, Dailymotion e Google Vídeo – que hospedam e exibem vídeos, bem comentários sobre eles – assistiram e distribuíram entre seus blogs, listas de discussões e comunidades do Orkut, vídeos que zombavam dos candidatos (MALINI, 2007, p.3).

À mudança observada no processo distributivo da opinião pública associa-se a disputa por espaços comunicacionais entre o aparato midiático tradicional e, interessadamente, a um processo de desconfiança e desprezo pelos veículos integrantes à essa lógica (MALINI, 2007, p.3). Vale resgatar que, na teoria Habermasiana, baseada numa conjuntura de massificação dos meios de comunicação, à opinião quase pública, advinda, dentre outros dos meios de comunicação, falta justamente uma inserção social desses círculos periféricos para sua concretização enquanto opinião pública.

Para além dos efeitos das comunicações em rede na estruturação de uma opinião pública na internet; opinião essa manifesta enquanto engajamento político aplicado às disputas eleitorais, podemos destacar também autores que lidam com o suporte das redes para a alteração das próprias estruturas de governo e de moldes democráticos.

May e Chadwick (2003) apontam três possibilidades para o que chamou de *e-government*, governo eletrônico em tradução livre, e para a maneira como as instituições estatais podem incorporar as arquiteturas reticulares de comunicação, adaptando-as aos processos burocráticos e decisórios da política, ou num campo idealizado, adaptando os processos burocráticos e decisórios à lógica da comunicação digital contemporânea.

O modelo de interação Gerencial¹² é construído em torno da ideia de comunicação unilinear mais veloz entre governo e cidadãos. Partindo de uma lógica vertical promove mecanismos como atualização de dados públicos via internet, declarações de impostos e

¹² *Managerial* no original, tradução nossa.

rescisões tributárias feitas por meio do computador, além de difusão de informações do Estado para o público e para a imprensa (MAY; CHADWICK, 2003, p.277).

A articulação feita pelo modelo Consultivo¹³ é estruturada para a promoção de votações online, transferindo o processo decisório das pautas políticas do âmbito físico para aquele realizado em meio digital. O autor pontua, porém, que trata-se ainda de um meio de comunicação verticalizado, permitindo aos cidadãos uma interação com o governo restrita às opções promovidas por este (MAY; CHADWICK, 2003, p.277).

O modelo Participativo¹⁴ propõe uma inversão na orientação comunicacional por meio das redes, tornando a interação cidadão-governo horizontalizada, promovendo mecanismos deliberativos pluralistas, como fóruns e listas de discussão, à potência de articulação de novas políticas, avançando o papel do cidadão para além de apenas utilizar as redes digitais como cédula eletrônica em um pleito representativo definido externamente, promovendo uma governança feita por cidadãos engajados no debate (MAY; CHADWICK, 2003, p.277).

A pesquisa realizada no começo da década de 2000 nos Estados Unidos e na União Europeia apontou para ausência de projetos governamentais que incorporassem os modelos Consultivo e Participativo na interação entre governo e cidadão.(MAY; CHADWICK, 2003 p. 293), p. Apesar disso, são estes os modelos reestruturantes da esfera pública, por meio da internet, que parecem se aproximar mais da potência de uma opinião integralmente pública em Habermas.

À parte das experiências contemporâneas que buscam levar à fruição a ideia de uma opinião integralmente pública, como proposta por Habermas (2014), há que se notar que é justamente em um cenário cujas vozes da cultura pública são mediadas, vozes distintas possuem mais ou menos forças dependendo de sua carga de legitimação, vozes disputam entre si os ditames da cultura do público, e porque não, da opinião pública, que se faz fértil um terreno de Guerra Cultural.

Apesar disso, há que se contemporizar características bastante particulares da comunicação contemporânea. Os próximos capítulos discutem, de maneira aprofundada, os modelos comunicacionais em uma sociedade interconectada por redes de informação.

¹³ *Consultative* no original, tradução nossa.

¹⁴ *Participatory* no original, tradução nossa.

Por ora, vale observar as consequências de uma sociedade em rede na inserção da esfera pública, os componentes que integram o *front* de disputas da Guerra Cultural, para tanto é promissor referenciar o *Manifesto pela Cidadania Digital* (DI FELICE et al., 2018), texto que propõe uma série de constatações acerca das mesmas forças que influenciam e constituem a esfera pública, isto é, sociedade civil, Estado e órgãos de comunicação, observadas sob a luz da sociedade contemporânea.

Talvez a constatação mais importante para a estruturação social proposta no texto, seja justamente a que o inicia:

O social não é mais composto somente por humanos. Algoritmos, data base, inteligências artificiais, florestas, emissões de CO₂, temperaturas, água - através de arquiteturas de interações de rede – tomaram a palavra, começaram a participar e a influenciar nossas ações (DI FELICE et al., 2018).

A primeira evidência de uma reestruturação na esfera pública, à luz da proposta do *Manifesto* é a superação da unidade humana. Unidade essa, ubíqua por toda a trajetória histórica da constituição da esfera pública, das disputas da cultura pública, e da formação da opinião pública. Ainda que por vezes a unidade do humano seja abstraída enquanto instituição – Estado, imprensa, sindicato, partido político – era até então o caráter humano que subjazia e objetificava as forças em disputa. Haveria agora, em vez disso, um componente tecnológico que, mais do que adotar função instrumental, também se insere enquanto força própria nas disputas do social.

Os próprios limites aos quais estão sujeitas as disputas do campo cultural se altera como reflexo do social em rede observado no *Manifesto* (2018). Trata-se da dissolução de unidades geográficas e nacionais em favor de uma vivência em rede, dada a ubiquidade das comunicações reticulares (DI FELICE et al., 2018, p. 5). É necessário destacar essa constatação e a potência de uma Guerra (Mundial) Cultural, na qual as disputas simbólicas pela representação da cultura pública perca o lastro nesta ou aquela cultura em favor de uma cultura global. Um *front* expandido para uma disputa de maiores proporções.

Mesmo as ideias clássicas das forças tensionadas na esfera pública ficam sujeitas à atualização, como propõe o trecho a seguir:

É necessário superar a ideia iluminista de cidadania e passar para um novo tipo de negociação, não apenas social e limitada aos seres humanos, mas estendida a tecnologias inteligentes,

biodiversidade, clima e tudo o que interage com redes digitais e fluxos de dados (DI FELICE et al., 2018, p. 5).

Assim, agrega-se ao arcabouço desta dissertação o papel da comunicação digital, em sua formatação contemporânea, no estabelecimento da opinião pública e nas disputas pela mesma, ao mesmo tempo que coloca-se em cheque a atualidade dessas forças clássicas na sociedade contemporânea, permeada – mas não superada em favor de – outras novas forças, em rede, digitais. Discutir-se-á, em capítulos subsequentes como a alteração em paradigmas comunicacionais confluiu no novo social alardeado no *Manifesto pela Cidadania Digital*(2018), bem como seu impacto nas disputas discursivas, e por consequência culturais, observadas nesta pesquisa. Antes disso é preciso, porém, observar em caráter seminal o papel de uma das forças presentes, através dos tempos, no cerne das disputas da esfera pública: a imprensa, em seu formato original, o formato de análise e opinião

2.1. DA OPINIÃO PÚBLICA AO JORNALISMO OPINATIVO

Se a ubiquidade da comunicação em redes possui uma potência transformadora na constituição da esfera pública, e por conseguinte na formação ou reconfiguração da opinião pública, também é necessário destacar que o cenário não representa uma superação completa dos elementos que as formavam segundo a proposição de Habermas (2014). Imprensa, sociedade civil e sua relação seguem como parte importante dessas constituições.

Ainda que, de maneira semântica as questões da estruturação da opinião pública pareça relegada ao que se chama de jornalismo opinativo, Melo (2003) aponta para a difusão de opinião como parte da gênese do jornalismo em si, enquanto suas características exclusivamente informativas descritivas, aparecem apenas num segundo momento histórico.

Assim como na passagem da esfera pública concentrada no monarca, para a esfera pública representativa do cidadão europeu (HABERMAS, 2014), a primeira grande reconfiguração do processo jornalístico acontece na superação do sistema de governo da corte, pela revolução burguesa. Anteriormente a esse período, a circulação de informação carecia de independência, sofrendo o que é descrito como censura prévia, por autoridades

dos Estados soberanos ou pressão da igreja em nações por ela regidas (MELO, 2003, p. 23).

Com a transferência do poder à burguesia nasce um jornalismo que, em revisão histórica, se assemelha muito mais ao que atualmente se entenderia enquanto jornalismo de opinião. As páginas dos periódicos eram ocupadas pela difusão de ideias, defesa de viés e disputa pelo poder político, ainda que pelo menos de maneira discursiva nos jornais. “Na medida em que a liberdade de imprensa beneficiava a todos, as diferentes correntes de pensamento ou os distintos grupos sociais se confrontavam através das páginas dos jornais que editavam” (MELO, 2003, p.23).

A emergência da prática opinativa no jornalismo, ou pelo menos naquela época, de jornalismo *per se*, levanta um movimento historicamente antitético, de embate por parte do Estado – figura central da crítica dos periódicos livres da censura prévia – que reflete justamente o processo de contradição e tensão entre sociedade civil, Estado e imprensa, que constitui o cerne da esfera pública proposta por Habermas (2014). Essa disputa de forças, porém, extrapola o campo argumentativo e traz consigo embates diretos entre Estado e imprensa, na forma de implantação de impostos sobre os veículos, e tomada de medidas legais contra opiniões, na forma de uma censura posterior. (MELO, 2003, p.23).

2.2. A CONFIGURAÇÃO DAS CATEGORIAS INFORMATIVAS E OPINATIVAS

É somente nesse momento que a função crítica do jornalismo deixa de ser sua *raison d'être* e passa à categoria delimitada como opinião. Retrato disso é a preferência pelo caráter essencialmente descritivo, informativo, adotado nas publicações britânicas, como maneira de adaptação às sanções econômicas impostas pelo Estado sobre as publicações. Sendo posteriormente categorizado como *News*, em oposição aos *Comments*, esse último contendo traços mais familiares de um jornalismo de leitura da conjuntura social e crítica opinativa. É esse modelo dividido que acaba por se popularizar nos Estados Unidos do século XIX, tornando-se mais tarde hegemônico, apesar da insistência por uma imprensa opinativa praticada na França. Esse, aponta Melo (2003) é o movimento histórico que solidifica o jornalismo como o campo da informação e da opinião, ambos como subcategorias divididas.

Evidentemente o *jornalismo opinativo* não desaparece. Na prática ele tem seu espaço reduzido, sua presença na superfície impressa circunscrita às páginas chamadas “editoriais”. No rádio e na televisão sua posição também se apresenta residual (MELO, 2003, p. 24)

Apesar da divisão que se apresenta como estabelecida entre as categorias de jornalismo informativo, marcada pelo saber o que acontece, e de jornalismo opinativo, marcada pelo saber o que se pensa sobre o que acontece (MELO, 2003, p.63), é preciso destacar que, ao considerar a imprensa como força constitutiva da esfera pública, Habermas (2014) pouco distinguia entre os gêneros, de opinião ou informação, em vez disso mencionava o jornalismo de modo geral. Assim, pareceria pouco lógico atribuir a capacidade de articulação da opinião pública à área informativa dos jornais, que, *a priori*, se limitariam a uma descrição de ocorrências em detrimento de uma valoração sobre elas. Sobre essa suposta contradição, Melo (2003) parece apresentar soluções.

Em recusa à ideia de objetividade, que segundo Melo (2003) teria sido mote das indústrias jornalísticas dos Estados Unidos, o autor entende a prática do jornalismo, mesmo o essencialmente informativo, como uma prática que funciona

influenciando pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades, dentro das contradições que marcam as sociedades. São, portanto, veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias em que existem (MELO, 2003, p. 73).

Assim, Melo (2003) aponta uma espécie de viés subjacente à toda a prática jornalística, viés esse que, apesar de segundo ele não corresponder à sanha marxista que prega a completa operacionalização manipuladora da imprensa (MELO, 2003, p. 73), mas que ao mesmo tempo não deixa de levar para o debate da esfera pública visões que são pautadas diretamente pelas condições econômicas, materiais e políticas de determinado veículo jornalístico. O jornalismo, mesmo informativo, aponta Melo (2003) trata sim de representação da verdade dos acontecimentos, porém contemporiza a disponibilidade da verdade como algo dependente diretamente da disponibilidade de fontes de informação para o jornalista, e da maneira como essa disponibilização é tratada por veículo com esta ou aquela linha editorial¹⁵.

¹⁵ O termo Linha Editorial trata de espécie de acordo comum entre a empresa jornalística e seus profissionais de imprensa, que rege, dentre outras questões, os critérios de seleção e tratamento de

Em paralelo às questões de ordenação ideológica de cada veículo de imprensa, há, como apresentado anteriormente, categorias jornalísticas nas quais o processo de valoração dos fatos reportados se apresenta de maneira clara, oposta ao enviesamento *velado*, na forma de um conjunto de práticas seletivas e filtros profissionais, dos quais, ao final do processo de reportagem, emerge um debate público de cunho informativo, mas pautado por lógicas internas das empresas de comunicação. Esse ambiente de valoração clara e irrestrita se dá nas páginas de jornalismo opinativo.

Apesar de representar, como discutido anteriormente, a gênese da prática jornalística europeia, o jornalismo opinativo, enquanto categoria própria da organização da imprensa, ressurgiu justamente em função dos momentos de crescimento das empresas de mídia. Nas origens do jornalismo brasileiro a opinião figurava de maneira proeminente em jornais produzidos por um único indivíduo, como nos exemplos resgatados por Melo (2003, p. 101) de *Correio Braziliense*, fundado em 1808 e produzido de modo solitário por Hipólito da Costa, *A Aurora Fluminense* de 1827 por Evaristo da Veiga e *O Censor Maranhense*, comandado exclusivamente por Garcia de Abranches entre 1825 e 1830.

Nas últimas décadas, seria justamente o volume elevado de profissionais nas redações que dá vida ao jornalismo de opinião, como propôs Melo (2003):

Desde o momento em que a imprensa deixou de ser empreendimento individual e se tomou instituição, assumindo o caráter de organização complexa, que conta com equipes de assalariados e colaboradores, a expressão da opinião fragmentou-se seguindo tendências diversas e até mesmo conflitantes. Isso é uma decorrência do processo de produção industrial, pois a realidade captada e relatada condiciona-se à perspectiva de observação dos diferentes núcleos emissores (MELO, 2003, p. 101–102)

Enquanto característica inerente às práticas jornalísticas contemporâneas, mas com sua posição demarcada no universo das práticas de um periódico, o jornalismo opinativo ganha então a classificação de gênero. A categoria gênero dá conta de um agrupamento baseado em dois fatores principais. A primeira é a capacidade de agregar, em si, formatos distintos entre si, porém com fatores subjacentes comuns entre todos eles. O classificador de gênero para o jornalismo opinativo também dá conta de sua função social, ou seja, a razão de ser pela qual se pauta o jornalismo, baseado em princípios

determinada informação. Em outras palavras, trata-se da ótica pela qual este ou aquele veículo interpreta o mundo e as informações que nele são reproduzidas, ou opinadas sobre (MELO, 2003, p.75).

estabelecidos pela prática jornalística nos quais definem-se as necessidades da sociedade civil de saber, ou conhecer, ou acompanhar. No caso específico do jornalismo opinativo, esse gênero cumpre a função social de apresentar à sociedade o estado do fórum de ideias corrente no meio social (MELO; ASSIS, 2016, p. 49–50).

Os formatos, por outro lado, dão conta de características no âmbito da produção técnica do texto jornalístico. São um conjunto de acordos estilísticos e textuais que “se dá em comum acordo com as normatizações que estabelecem parâmetros estruturais para cada forma, os quais incluem aspectos textuais e também procedimentos e particularidades relacionados ao *modus operandi* de cada unidade”(MELO; ASSIS, 2016, p. 50).

Essa organização entre gênero e formato, construída a partir de observações empíricas da prática jornalística brasileira dá origem à chamada *Classificação Marques de Melo*, uma esquematização ampla que compreende os principais gêneros jornalísticos praticados no país, bem como suas subdivisões de formatos (MELO; ASSIS, 2016, p. 51). No gênero de jornalismo opinativo, há a seguinte organização:

- ***Jornalismo Opinativo***

- *Editorial*
- *Comentário*
- *Artigo*
- *Resenha*
- *Coluna*
- *Caricatura*
- *Carta*
- *Crônica*

Apesar de cada formato dotar em si uma série de particularidades concernentes à organização e constituição de parte da opinião pública, ou pelo menos do debate na esfera pública, em acordo com o objeto desta análise, tornemos a atenção para os formatos de artigo e coluna.

Dentre os formatos opinativos, o artigo, em sentido estrito, talvez tenha a mais expressiva relação com as questões da configuração da esfera pública e a estruturação de seus meios de opinião. Trata-se de matéria jornalística assinada, redigida por jornalista

ou redator convidado, cujo conteúdo contém opinião de modo aberto (MELO, 2003, p. 121). A prática jornalística porém, aponta para o fato de que, na maioria dos casos os artigos são escritos por pessoas externas ao campo do jornalismo, valendo-se de análises de temas controversos pela ótica de seu repertório pessoal ou profissional (MELO; ASSIS, 2016).

A questão temporal também tem configuração própria no formato de artigo, enquanto via de regra o jornalismo informativo, e mesmo alguns formatos opinativos, como o comentário, se preocupam com ocorrências e desdobramentos recentes, o artigo ainda que pautado pela atualidade admite a análise de contextos em uma janela de tempo mais larga, por vezes debatida ainda sobre a ótica de um contexto mais generalista. Em outras palavras, enquanto outros formatos mais imediatistas preocupam-se com o momento temporal restrito, o artigo pauta-se pelo momento histórico (MELO, 2003, p. 123). Assim, o artigo firma-se como expressão do debate público com capacidade de reproduzir, ou mesmo de influenciar, o *zeitgeist* de uma sociedade em determinada conjuntura social.

Mesmo no cotidiano da prática de imprensa, nota-se uma tendência do artigo a refletir a disputa de forças e os tensionamentos presentes na esfera pública analisada por Habermas (2014), ao deslocar a discussão dos quadros funcionais das empresas de mídia, chancelando pela imprensa, as vozes da sociedade civil “que luta por se afirmar e reduzir a onipresença do aparelho estatal” (MELO, 2003, p. 127). Esse ideal de abertura do debate deve ser, porém, contemporizado em face das próprias questões subjacentes da prática jornalística que, de uma maneira ou de outra, acabam por moldar a discussão, como ressalva Melo (2003):

O artigo é o gênero que democratiza a opinião no jornalismo, tornando-a não um privilégio da instituição jornalística e dos seus profissionais, mas possibilitando seu acesso às lideranças emergentes na sociedade. É claro que essa democratização constitui uma decorrência do espírito de cada veículo: sua disposição para abrir-se à sociedade e instituir o debate permanente dos problemas nacionais (MELO, 2003, p. 127).

Ao debatermos o formato de coluna, por sua vez, esbarramos em algumas questões que entrecortam as teorizações acadêmicas do jornalismo e o cotidiano do profissional de

imprensa. Tida em senso estrito como qualquer seção fixa de um jornal, a coluna originalmente possuía caráter bastidorial, desvelando os *não-ditos* dos círculos políticos e do entretenimento. A coluna é categorizada, ainda, por texto curto, resvalando na linguagem informativa, contendo a opinião de maneira sutil. Como aponta Melo (2003), na taxonomia acadêmica, função social da coluna de afasta do ideal de fórum de ideias do jornalismo opinativo, cumprindo, em vez disso, a tarefa de dar aos leitores a sensação de inserção no círculo dos colunáveis – do poder e do estrelato – do qual não faz parte normalmente (MELO, 2003, p. 143).

Em termos práticos, porém, a terminologia de coluna, no jargão da imprensa abrange, também, os artigos, sejam dotados ou não de sazonalidade definida ou de recorrência programada. No caso de *Folha de S.Paulo*, articulistas como Contardo Calligaris, que opina sobre fatos do momento histórico partindo de seu repertório da psicanálise, repousam sobre o mesmo guarda-chuva de *Colunistas*, ao lado, por exemplo, de Mônica Bérnago, cuja produção se aproxima da coluna como formato teorizado, contando com textos curtos, ligados ao bastidor do poder político.

Sobre esse aparente descompasso teórico-prático, Melo e Assis (2016) propõem:

[...]não podemos desconsiderar o fato de que propomos uma taxionomia, uma classificação estabelecida conforme padrões científicos, muito embora atida à realidade do mercado. Ainda assim há embates evidentes, e não só entre os pares do meio acadêmico, como também quando comparamos o que pesquisamos ao que o senso comum e os jargões do mercado orientam. Um exemplo: é comum, ainda, que os cidadãos se refiram a todo texto jornalístico como “artigo”; ou, então, que no próprio ambiente profissional intitulem qualquer seção publicada regularmente como “coluna”. Há de se ponderar todas essas especulações, pois elas sinalizam descompassos a serem acertados (MELO; ASSIS, 2016, p. 53).

Mesmo em face dessas questões de cunho nominativo, resta destacar duas funções da coluna em sentido teórico que ainda nos apontam para sua importância na constituição do debate na esfera pública e na formação de alguma de suas opiniões: as funções de *câmara de eco* e de *balão de ensaio*.

A primeira dá conta de uma inserção dos debates pouco estruturados, pouco embasados, sob a chancela de debate da imprensa. A prática da publicação de rumores no espaço da coluna funciona então como método de se fazer ouvir as pequenas insinuações do cotidiano de seus colunáveis, alçando-os à potência de tópico de discussão por toda a sociedade civil.(MELO, 2003, p. 143)

Enquanto *balão de ensaio*, porém, a coluna deflagra o caráter de força na esfera pública tida pela imprensa. Mais do que reportar de maneira asséptica as contradições entre Estado e sujeitos privados, se insere também nessa disputa quando “insinua fatos, lança ideias, sugere insinuações, com a finalidade de avaliar as repercussões. [...] Da reação do público estimulada por essas informações sutis, depende muitas vezes a tomada de decisões empresariais, políticas”(MELO, 2003, p. 144).

Assim, compreende-se para os fins dessa análise, a influência exercida pela imprensa, em especial – ou pelo menos de maneira mais clara – pelo jornalismo opinativo, na constituição, alteração e reprodução dos embates discursivos na esfera pública. Não trata-se, a imprensa, de instituição superior ao Estado ou ao sujeito privado no debate cotidiano, trata-se em vez disso, de força paralela a cada um desses, com suas lógicas próprias na constituição daquilo que Habermas (2014) talvez chame apenas de opinião quase pública, mas que, dadas as potências democratizantes da comunicação em rede, podem culminar efetivamente na constituição da opinião, de fato, pública.

Propostas essas questões nos vemos diante de, talvez, uma das questões centrais da presente dissertação. Analisar a profusão e a refusão – termo que será discutido a seguir – no ecossistema midiático nacional é uma tarefa que se apresenta dotada de oportunidades e desafios.

No campo das oportunidades, a presença direta da imprensa como uma dos pilares por sobre os quais se apoiam o debate da esfera pública, torna o objeto de pesquisa relevante frente, diretamente, às formações e reconfigurações de uma opinião dita pública.

Em especial, parece profícuo analisar o jornalismo opinativo, em detrimento daquele exclusivamente informativo, uma vez que, mesmo como propõe a classificação Marque de Melo, é nele que se encontram figuras do debate público que fogem às restrições mercadológicas de um periódico, ampliando o debate para além dos produtores

da informação jornalística, levando ao *medium* imprensa, um reflexo da opinião pública, ainda que por meio de alguns potenciais formadores de opinião seletos.

A ideia de um debate que se faz público através do *medium* imprensa, é também a questão que apresenta obstáculos e exige ponderações no presente relato de pesquisa. Ainda que uma pluralidade de vozes alheias aos quadros funcionais dos grandes jornais, por meio de especialistas neste ou naquele assunto, possa ser notada, ou seja, ainda que a opinião (que é) pública de alguns formadores de opinião possa ser transmitida pelas páginas dos jornais, ainda são diversas as questões materiais e político-econômicas que definem e limitam o alcance dessas opiniões e sua capacidade de penetração, colocando em cheque a potência do jornal de reconfigurar a opinião verdadeiramente pública, aquela que, segundo Habermas (2014) necessita de níveis de inserção das vozes marginalizadas que ainda não parecem ter sido alcançadas pelo jornalismo opinativo.

Essas discussões todas, devem ainda, ser analisadas sob uma ótica que não ignora um processo que vai além da profusão de mensagens, ou seja, além de sua simples divulgação. É necessário analisar as potências de configuração e/ou reprodução da opinião pública em um sistema comunicacional que tende, cada vez mais, ao horizontalizado, cujas mensagens passam mais por um processo constante de reconfiguração, reprodução e refutação – ou seja, um processo de refusão - do que simples divulgação.

2.3. NARRATIVAS MIDIÁTICAS EM REFUSÃO

O fluxo de informações na comunicação está em constante reconfiguração. Se até finais do século passado o único modelo de comunicação estruturava-se de maneira vertical, com um emissor de informações bem definido e um receptor igualmente claro (leitores, ouvintes ou telespectadores), no cenário das práticas midiáticas contemporâneas este modelo se apresenta em fluxo vertical e horizontal. Na internet, usuários de redes sociais são dotados de capacidade de produção e difusão de informação equiparáveis, tecnicamente, aos meios tradicionais de comunicação (RECUERO, 2011). Assim, a informação produzida e reproduzida fora da esfera das grandes empresas de comunicação tende a tornar turva a relação, até então engessada, entre emissor e receptor, alcançando cada

usuário da rede à uma potencialidade de receptor, reproduzidor e mesmo emissor da informação.

Di Felice (2012) associa o processo de horizontalização e democratização na produção informacional à forma-rede da comunicação atual. Essa comunicação em redes refletiria a própria estruturação social contemporânea. Estruturação essa que reconfigura o processo de produção do conhecimento e interação dos indivíduos em sociedade, ao mesmo tempo em que é construída como reflexo da relação entre organismos em um ecossistema. Ou seja, a comunicação reflete o ecossistema e o social reflete a comunicação em rede.

Ao olhar para o atual processo comunicacional, o pesquisador Massimo Di Felice (2012) destaca a posição do produtor de informação no próprio fluxo de comunicação, ou seja, quem produz informação na rede é, também, parte da rede, e está constantemente permeado pelas outras informações que circulam ao seu redor. Di Felice destaca a integração do interlocutor ao próprio processo comunicacional.

De fato, o processo comunicativo reticular pressupõe um experienciar uma rede, isto é, estar inside, imerso nela, tornando-se parte integrante comunicativa – um comembro. Desse ponto de vista, não resulta possível pensar a arquitetura reticular como algo externo nem, conseqüentemente, parece possível a realização de uma observação holística e panóptica do conjunto da rede de redes (DI FELICE, 2012, p. 13).

Quanto à característica de reflexividade da comunicação em redes em relação às estruturas ecossistêmicas, essa se daria na medida em que organismos vivos tendem a responder a estímulos externos, alterando a si próprios, mudando seu comportamento e agindo, posteriormente, como estímulos externos à outros organismos que repetirão o processo numa lógica circular. Desta mesma maneira, se configuraria a comunicação em rede (DI FELICE, 2012, p. 15).

Nesta articulação de uma lógica orgânica que permeia a lógica comunicacional, e esta última que se imbrica por quase toda a vida social na contemporaneidade, Di Felice (2012) alerta para a emergência de um novo paradigma sob o aporte da internet e das redes sociais. Seria, portanto, um paradigma de fluxos voláteis de informação e de construção de uma realidade social.

Surge, assim, um social inédito, conectado e invisível, que se cria e se desconstrói e reconstrói continuamente alterado pelos

fluxos informativos e no qual as transformações dos seus contextos acontecem através de um conjunto de networks dos quais a Internet constitui o sistema operativo. O resultado de tal condição é que o social deixa de ser somente algo que está na nossa frente, observável e reconhecível, para, uma vez deslocado também nas redes, se tornar um conjunto infinito de informações a ser reconstituído e reinterpretado por nós (DI FELICE, 2012, p. 17)

A despeito dessas perspectivas amplamente otimistas em relação à potência de horizontalização, e mesmo democratização da comunicação em rede, é necessário, referenciar, ainda, a ampla literatura das ciências de comunicação que vão no caminho contrário das constatações de Di Felice (2011). É o caso de Wittel (2012), com a análise das explorações capitalistas da informação produzida voluntariamente por membros da rede comunicacional, e Castells (2007), ao apontar a cooptação da arquitetura e da lógica da comunicação em rede por parte dos grandes conglomerados midiáticos.

Para tanto, a perspectiva sob a qual essa pesquisa se dá apresenta-se, justamente, focada no viés técnico de produção de informação. Mesmo Recuero (2011), ao partir de um viés positivo da potência da comunicação em rede para um processo de nivelamento de forças no processo comunicacional, afirma tratar-se de uma *quase igualdade* no nível ferramental, técnico, e não, necessariamente simbólico, ou mesmo econômico das grandes corporações de mídia.

Wittel (2012) propõe a comparação entre os meios de produção da informação e seus meios de distribuição. Segundo ele, na era marcada pela mídia de massa, seus meios de produção eram, via de regra, caros e inacessíveis, desde a prensa até as impressoras e o ferramental televisivo-radiofônico. Em contrapartida, na contemporaneidade, que o autor chama de era da mídia distribuída:

[...] os meios de produção se tornaram mais democráticos. Usuários com acesso a um computador e acesso à internet (que já somam um bilhão de pessoas) e habilidades básicas de informática possuem os meios necessários para produzir conteúdo de mídia. O que eles não possuem, todavia, são os meios de distribuição e os meios de armazenamento online de conteúdos de mídia. Os meios de distribuição e os meios de armazenamento

permanecem nas mãos dos conglomerados. Eles controlam o fluxo de informação¹⁶ (WITTEL, 2012, p. 318, tradução nossa).

Trata-se então, de entender a comunicação reticular como aquela na qual, tanto grande imprensa quanto indivíduo do processo de comunicação compartilham um mesmo suporte, as redes de internet, sem a necessidade, *a priori*, de um ferramental de impressão e circulação limitado às redações dos jornais. Ressalvando ainda, nessa observação, que de todo modo, os meios tradicionais da imprensa possuem ainda capacidade superior de alcance, menos em função de características estritamente técnicas, mas também simbólicas e econômicas.

Di Felice (2013) observa uma estruturação social construída com base social em um modelo comunicacional em formato de redes. Historicamente, a concretização da comunicação em redes relaciona-se ao próprio processo de desenvolvimento material de uma rede informativa nos Estados Unidos. Desenvolvida no período da guerra fria, tal rede teria como finalidade a reestruturação e manutenção do fluxo comunicacional no evento de ataques bélicos a pontos que centralizavam o papel de difusão de informações (DI FELICE, 2013, p. 12).

À época, foram analisados três modelos: centralizado, descentralizado e distribuído. O modelo centralizado teria um nó principal responsável pelo repasse direto de informação aos outros pontos terminais da rede. O modelo descentralizado abarcava uma série de nós centrais responsáveis por comunicarem-se, cada um deles, diretamente com uma rede própria de terminais (DI FELICE, 2013, p. 12). No primeiro caso, o colapso do nó central limitaria a comunicação de todos os terminais. No segundo, o colapso, ainda que não completo, terminaria por isolar os terminais ligados diretamente ao nó afetado, afastando a manutenção absoluta do fluxo comunicacional.

O modelo que mais se assemelha à estrutura comunicacional contemporânea é, então, o modelo distribuído. Abandonando a ideia de nós centrais, garantindo a ligação direta entre os terminais da rede, cada um deles um potencial emissor e receptor, ligado

¹⁶ No original: [...] the means of production have become more democratic. Users with access to a computer and access to the Internet (which is more than one billion people) and some basic computer skills have the means necessary to produce media content. What they do not have however are the means of distribution and the means of online storage of media content. The means of distribution and the means of storage lie in the hands of few media conglomerates. They control the flows of information.

aos demais terminais de maneira mais ou menos direta, permitindo que o fluxo informacional siga por percursos paralelos mesmo no evento do colapso de alguns desses terminais (DI FELICE, 2013, p. 13).

A característica que marcava essa nova arquitetura informativa reticular era – além da ausência de centro e da superação da estrutura frontal (emissor-receptor), que marcou a história das interações comunicativas desde o teatro até a TV – a possibilidade para todos os membros de ter acesso a todas as informações, independentemente de suas localidades e posições (DI FELICE, 2013, p.13).

A ideia de uma comunicação democrática e horizontal parece ganhar força quando observamos a volumetria de usuários que fazem o uso de plataformas que seguem a arquitetura em formato de redes. Dados divulgados pelas próprias empresas mantenedoras dos serviços revelam que, apenas no Brasil, no primeiro trimestre de 2018, foram registrados 127 milhões de usuários mensais no *Facebook*. No *Whatsapp*, dos 1,5 bilhão de usuários ativos em todo o mundo, 120 milhões estão no Brasil (OLIVEIRA, 2018).

Um certo nível de cautela, porém, faz-se necessária, na medida em que a potência de descentralização da comunicação em rede existe, justamente, como potência. Como alertam Policarpo e Santaella (2018), a despeito da existência de um ferramental que permite a superação do modelo comunicacional verticalizado, numa estrutura de redes ainda não é possível constatar um nivelamento total dos discursos. Ou seja, nem toda informação que circula nas redes tem a mesma capacidade de engajamento, nem todos os emissores têm a mesma voz ou o mesmo alcance dessa voz.

Ao mesmo tempo que está aberta à participação, também é um modelo de negócio altamente rentável que não pode ser ignorado. Nossa interação na rede é pautada por tecnologias proprietárias e através da plataforma de empresas que detêm o domínio de uma significativa parcela do conteúdo que circula nos interstícios da web (POLICARPO; SANTAELLA, 2018, p. 42).

Para além disso, outra problemática advinda das perspectivas idealizadas de horizontalização total da comunicação (POLICARPO; SANTAELLA, 2018, p. 42), encontra-se na volumetria das informações na internet. Em importante ressalva, Santaella e Cardoso (2014) notam a relativa facilidade com a qual a rede de um único usuário do

Facebook alcança uma quantidade de conexões na casa do milhar. Propõem os autores que, juntamente à essa massificação da quantidade de informações, vem também a incapacidade do usuário de ter acesso ao todo dessas informações (SANTAELLA; CARDOSO, 2014, p. 762).

Um segundo tipo de filtragem, porém, acontece na integração humana do usuário ao sistema em redes. Na medida em que um usuário decide por sua atuação na rede enquanto emissor, receptor ou reproduzidor do conteúdo há uma mediação em efeito. Ou seja, o próprio ato de produzir, observar, ignorar ou compartilhar uma informação funciona como filtro orgânico das redes, com potencial de deflagrar tendências políticas e culturais da comunicação contemporânea, por meio de seus usuários (SANTAELLA; CARDOSO, 2014, p. 763).

A pesquisa debruça-se, principalmente, por sobre os aspectos técnicos da comunicação horizontalizada, ou seja, a capacidade inerente a cada usuário da rede, seja indivíduo, seja organização, de produzir conteúdo de informação para o fluxo comunicacional. Neste mesmo nível técnico, questões como a filtragem algorítmica discutida anteriormente se apresenta enquanto ressalva e, talvez, obstáculo técnico nesse ideal de comunicação horizontal proposto por autores como Di Felice e Santaella. É necessário, porém, analisar ainda implicações da comunicação em rede que extrapolam seus aspectos ferramentais, pois como aponta Castells (2007):

a tecnologia não é simplesmente uma ferramenta, é um meio, é um construto social, com suas próprias implicações. Além disso, o desenvolvimento da tecnologia de auto-comunicação [como das redes digitais] é também produto de nossa cultura, uma cultura que enfatiza a autonomia individual e a auto-construção do projeto do ator social¹⁷ (CASTELLS, 2007, p. 249, tradução nossa).

Se a ideia de uma nivelção da comunicação em rede para com a comunicação de um para muitos encontra em si os obstáculos propostos acima, há também que se destacar a ressalva de que comunicação um para muitos, por meio de grandes grupos de mídia, e

¹⁷ No original: technology is not simply a tool, it is a medium, it is a social construction, with its own implications. Furthermore, the development of the technology of self-communication is also the product of our culture, a culture that emphasizes individual autonomy, and the self-construction of the project of the social actor.

comunicação muitos para muitos, por meio de usuários individuais nas redes digitais, não existem, cada uma, em universos separados, por vezes imbricando-se uma na outra.

Segundo Castells (2007), o turvar das fronteiras pode ser notado em duas tendências. A primeira, de que empresários de mídia tendem a posicionar suas empresas de maneira intensiva nas redes “criando elos diretos com a rede de comunicação horizontal” (CASTELLS, 2007, p. 252). Por consequência, os conglomerados originários da mídia de massa incorporam características da comunicação *muitos para muitos*. A segunda tendência é de influência direta nos meios e plataformas da rede digital. No fim da década de 2000 Castells (2007, p. 253) apontou como exemplo a então recente compra da plataforma de exibição de vídeos *YouTube* pela gigante *Google*. Segundo o autor, o movimento tornaria possível um controle maior da grande organização midiática por sobre a plataforma de rede, pressionando, por exemplo, pela remoção de conteúdos sob proteção de direito autoral da rede.

Em uma análise mais recente, podemos nos apoiar no próprio Castells (2007, p. 250), ao mencionar a mídia de transmissão digital de áudio *Podcast* como, à época, típica das redes resistentes às corporações midiáticas. Em 2019, entretanto, o *Grupo Globo* lança em uma mesma semana, uma série de nove *Podcasts* (“Jornalismo da Globo lança novos podcasts”, 2019), seguindo a tendência de cooptação dos ideais horizontais por empresas de mídia massiva.

Apesar, então dessa série de ressalvas que relativizam opiniões de autores sobre a potencialidade democratiza e horizontalizante da comunicação em rede, Castells (2007) aponta para a direção de que, ainda que o meio digital mesmo revolucionário, não o seja a ponto de superar essas questões, é esse meio que “torna possível a diversidade ilimitada e a origem largamente autônoma da maioria dos fluxos de comunicação que constroem e reconstroem, a cada segundo, a produção de sentido global e local na mente do público” (CASTELLS, 2007, p. 248).

Este modelo difuso de emissão e recepção culmina em cenário de volatilidade na comunicação das práticas midiáticas contemporâneas, deflagrando informações e narrativas constantemente reestruturadas, perpassadas por filtros orgânicos e algorítmicos, em uma integração de processos.

Não cabe, entretanto, acreditar que a institucionalização do conflito cultural na imprensa nacional é suficiente para apontá-lo como absoluto na opinião pública. Parte

dessa problemática se encontra na constituição da comunicação no período posterior à popularidade das redes sociais digitais. Pesquisadores do campo comunicacional apontam para um cenário superação no modelo verticalizado de difusão da informação, com um jornalista, colunista, ou formador de opinião emitindo informações ou análises, e o público massivo com influência limitada no processo de reprodução, ou criação de novas informações ou análises (DI FELICE, 2012, 2013; POLICARPO; SANTAELLA, 2018; RECUERO, 2016; SANTAELLA, 2016), em vez disso tendendo a uma organização horizontal, na qual cada pretense receptor é, também, alçado à condição de possível emissor. Nas redes sociais um jornalista pode reportar ou analisar uma determinada situação, seus leitores podem receber esse dado de maneira passiva, reproduzi-lo, ressignificá-lo, refutá-lo, e difundir isso de volta a sua rede, com possibilidades de alcance virtualmente, mas não necessariamente materialmente, ilimitadas.

A multiplicidade de emissores, e o formato de redes da comunicação colaboram para um processo que, além de agregar mais vozes ao debate midiático, o torna mais sujeito às alterações rápidas, com mudanças de opinião e, até mesmo, mudanças rápidas daquilo que se entende como verdade (DI FELICE, 2012). Ao passo que a estrutura de redes gera aumento exponencial de vozes, estas estão sujeitas às próprias lógicas das redes, ou seja, podem ser novamente ressignificadas, reproduzidas e refutadas.

Em uma análise processual das trocas ocorridas na rede de informação pode-se resumi-las da seguinte forma: a informação adentra o fluxo da comunicação e o reconfigura, articulando este ou aquele emissor. Ou seja, quando um determinado receptor entra em contato com uma notícia, interpretação, análise ou dado, este mesmo receptor pode, a qualquer momento, e segundo seu interesse, passar à função de emissor, seja reproduzindo essa notícia, interpretação, análise ou dado, ou seja a alterando.

Desta fase do processo emerge uma nova informação, construída em função daquele dado inicial, mas não necessariamente segundo sua imagem e semelhança. Em suma, o fluxo comunicacional também altera a informação. Uma esquematização semântica dessa retroalimentação proporia que: a informação altera o fluxo da comunicação, o fluxo altera a informação, a nova informação altera o fluxo da comunicação e o jogo da retroalimentação segue em curso.

Não trata-se, portanto, de um simples processo de reconfiguração da informação, tampouco um mapeamento dos caminhos pelas quais informações diferentes circularam

até atingirem este ou aquele volume de difusão. Em vez disso, trata-se de uma relação constante entre informação e fluxo, como dois polos que orbitam um ao outro, cada qual com sua força gravitacional inconstante e, também, afetadas uma pela outra.

É neste universo de fluxo e refluxo da informação que utilizamos a palavra refusão. O termo é emprestado das ciências exatas, em especial da mecatrônica e da engenharia civil. As etapas produtivas de microchips e circuitos eletrônicos envolvem um procedimento de captura de componentes condutores de eletricidade em uma pasta, unidos temporariamente por meio de troca de calor, que, quando submetidos a um novo processo de aquecimento, se separam, e permitem a condução de eletricidade por meio dos caminhos criados nesse processo. A esse procedimento dá-se o nome de refusão (LEE, 2002).

Nesta pesquisa, o termo refusão é apropriado aplicando-o aos circuitos comunicacionais, segundo a seguinte lógica: componentes condutores (informação) se une temporariamente a uma pasta (fluxo comunicacional) por meio da troca de calor (inserção da informação no fluxo). Em seguida, uma nova troca de calor (circulação da informação pelo fluxo), separa componente condutor (informação) e pasta (fluxo comunicacional), pavimentando um novo circuito de troca energética, essencialmente reiniciando o ciclo e concretizando a refusão.

A despeito disso, é necessário apontar uma relação, à primeira vista, oximórica na escolha do termo refusão, haja visto que sua aplicação apropria-se de um contexto mecanicista, advindo das técnicas de produção de microchips para descrever uma relação essencialmente orgânica dos fluxos comunicacionais.

Para solucionar esse imbróglio, apoiamo-nos, novamente, na percepção de Di Felice (2013), quando este propõe que o nosso modelo social contemporâneo espelha o modelo descentralizado da comunicação em rede. Assim, mais do que entender a refusão como um processo de origem industrial, anti-orgânico, para a produção de microchips, trata-se de observar o fenômeno da comunicação em fluxo-refluxo como as rápidas trocas e reconfigurações de informação decorrentes no interior dessas placas de circuito, cuja existência depende, essencialmente, do processo mecânico da refusão.

3. MÉTODO E OBJETO

Para estruturar a investigação acerca das configurações dos conflitos culturais na opinião pública brasileira recente, institui-se como *corpus* da pesquisa as publicações de cunho opinativo, através de colunistas da *Folha de S. Paulo*, considerado um jornais de referência no periodismo diário nacional (ZAMIN, 2014) por sua posição de modelo e inspiração para publicações outras, investigando suas publicações durante um período de seis meses, entre novembro de 2018 e maio de 2019.

Dentre o universo de periódicos brasileiros sobre os quais podem ser postos o título de jornalismo de referência, a escolha de *Folha de S. Paulo* como fonte de colunas analisadas se deu em função do critérios de circulação. Em 2018, a *Folha de S. Paulo* se firmou como publicação com maior circulação, acumulando suas edições impressas e digitais distribuída por meio de assinaturas. Apenas em meio digital, durante o ano de 2018, foram registrados 194.855 assinaturas da publicação. Aproximadamente 21 mil a mais que o jornal *O Globo*, e 60 mil a mais que *Estadão* (SACCHITIELLO, 2019), ambos jornais que poderiam se encaixar no identificador “de referência”.

A presente dissertação se vale também do caráter heterogêneo dos colunistas de *Folha de S. Paulo* — sob a ressalva de que essa condição não é exclusiva a este periódico — tendo entre seus autores de opinião figuras que transitam por campos como a psicanálise, literatura, economia, sociologia, direito, artes e medicina, além de autores com passagens por cargos ministeriais e legislativos, presidência de órgãos estatais, ativistas de direitos humanos e feminismo.

Em função da articulação desses critérios, volume de circulação e pluralidade de opinião, a *Folha de S. Paulo* se apresenta como *locus* adequado para aplicação de estratégia metodológica que busca compreender a reconfiguração da guerra cultural contemporânea no país, sem excluir a possibilidade que, em esforços de pesquisa futuros, a análise de outras publicações poderia colaborar para a consolidação do arcabouço teórico e metodológico discutidos neste trabalho.

As colunas analisadas foram selecionadas através da filtragem realizada por critérios emergentes da literatura sobre cultura e guerras culturais, materializados nas palavras-chave: Guerra Cultural, Cultura, Civilização, Gênero, Identidade, Valores, Conservadorismo, Progressismo, Ódio e Diversidade. O processo de obtenção do *corpus*

foi balizado segundo preceitos da metodologia de Análise de Conteúdo (AC), segundo Bardin (2011), “agindo no domínio linguístico escrito, voltado ao estudo de grupo restrito” (BARDIN, 2011, p. 40).

A escolha da Análise de Conteúdo como fundamentação metodológica se dá por dois fatores que devem nortear o projeto de pesquisa: a sistematização e a inferência. Este método particular de análise é descrito como como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens” (BARDIN, 2011, p.48)

Objetivamente, o processo da Análise de Conteúdo idealizado por Bardin se estrutura em cinco etapas centrais. A organização da análise, a codificação, a categorização, a inferência e o tratamento informático (FONSECA JUNIOR, 2005, p. 288). O processo de obtenção e definição do *corpus* e de seus critérios identificadores perpassam os três processos iniciais. A organização da análise trata de identificação da recorrência do tema Guerras Culturais na literatura jornalístico-opinativa. A codificação qualitativa se completa na instituição de colunas, na forma de seu título e subtítulo, como unidades de análise. A realização da filtragem, através de palavras-chaves temáticas conclui o processo de categorização do tipo semântico (FONSECA JUNIOR, 2005, p. 298). O processo de inferência dá conta da observação qualitativa das unidades análise delimitadas, as colunas opinativas, buscando a existência ou não de padrões que apontem para uma configuração particular da guerra cultural, no Brasil pós eleições de 2018.

Uma etapa seguinte da investigação dá conta do levantamento de datas nas quais se concentram as publicações opinativas concernentes à guerra-cultural. Uma vez identificados esses períodos, realiza-se uma busca na imprensa e nas redes digitais com intuito de identificar quais episódios reportados ou discutidos possam ter servido como gatilhos o fomento do debate sobre a temática nas colunas opinativas. Todo o procedimento foi tabulado e organizado à partir de base de dados montada no *software Excel*, fazendo uso de suas ferramentas nativas de organização categórica e filtragem textual. A discriminação das etapas e seus procedimentos são descritos na próxima seção.

3.1. OBTENÇÃO DO *CORPUS*

Atualmente, a *Folha de S. Paulo* conta com 132 colunas cuja periodicidade varia entre publicações semanais, publicações realizadas duas, três ou quatro vezes na semana, publicações diárias e publicações sem periodicidade regular. As colunas encontram-se disponíveis para acesso através da página do jornal na internet, local de onde foram retirados os dados desta análise.

O procedimento analítico inicia-se à partir da promoção da leitura flutuante, conceito que permitiu ao pesquisador um contato inicial com o material, ou seja, com os artigos publicados nas 132 colunas de *Folha de S. Paulo*. Segundo Bardin(2011), é a partir desse processo que torna-se possível a emergência de hipóteses, em especial a hipótese de que jornalismo opinativo do periódico aponta direções para a compreensão dos tensionamentos da cultura no debate público nacional.

Ademais, estabelece-se, então, a escolha de documentos (BARDIN, 2011), iniciada a partir da exaustão do campo, ou seja, da compilação de todos os artigos publicados no recorte temporal analisado, desde que obedecessem ao critério de coluna opinativa. As etapas expostas à seguir descrevem o procedimento finalizado de obtenção do *corpus* de pesquisa, agregando em si, diferentes etapas do processo da análise de conteúdo.

A delimitação do *corpus* reduziu o universo de textos analisados de um total de 2255 publicações, para 73 publicações através de um processo em três etapas de caráter qualitativo e quantitativo. A seguir estão descritos os procedimentos adotados em cada etapa, bem como o resultado de sua aplicação.

- **Etapa 1 – Recorrência e conteúdo de colunistas**

- Critérios de inclusão**

- *Periodicidade mínima semanal*
 - *Conteúdo Opinativo*

- Critérios de exclusão**

- *Ausência de periodicidade regular*
 - *Conteúdo não opinativo (noticioso, serviços, etc..)*

A primeira etapa de delimitação do *corpus* de pesquisa foi realizada a partir da eliminação de colunistas sem periodicidade regular. Em busca do entendimento da questão das guerras culturais e sua eventual alteração através do período analisado, preferiu-se a limitação a autores que possibilitem uma análise cronológica constante do material produzido, levando em consideração eventuais períodos de férias dos colunistas ou hiatos não justificados nas publicações. Essa filtragem reduziu o número de colunistas analisados de 132 autores para 80 autores.

Atenta-se também para a diferença entre o volume de produção de cada autor, haja visto que, ao passo que a produção da maioria dos colunistas transcende o período analisado, em alguns casos, a primeira coluna de determinado autor é publicada somente após o início do período investigado, resultando num total menor de publicações.

Ainda na primeira etapa metodológica, aplicou-se o critério de balizamento do *corpus* apoiado na questão do gênero jornalístico. Apesar do formato de colunas assinadas ser o padrão entre todos o universo de análise, em casos específicos as publicações não tratavam de conteúdo de ordem opinativa, mas sim de ordem informativa ou de serviços. É o caso, por exemplo, das colunas (A)ventura na Cozinha, dedicada à publicação de receitas, Vaivém das Commodities, com notícias sobre tendências no mercado de commodities, Painel das Letras com foco em notícias do mercado literário, e da colunista Mônica Bérghamo, que utiliza o espaço para a publicação assinada de noticiário diário. Esse passo exclui um total de 7 colunistas da análise.

A conclusão da **etapa 1** limita a análise a um total de 73 autores, todos com publicação mínima semanal e de conteúdo opinativo.

- **Etapa 2 – Cronologia e temática de colunas**

- **Critérios de inclusão**

- *Publicada entre 14 de novembro de 2018 e 14 de maio de 2019*
- *Contém pelo menos uma de 10 palavras-chave em título e/ou subtítulo*

- **Critérios de exclusão**

- *Publicada em momento anterior a 14 de novembro de 2018 ou posterior a 14 de maio de 2019*
- *Não contém, em seu título ou subtítulo, nenhuma das 10 palavras-chave*

Na **etapa 2** foram levantadas todas as colunas publicadas entre o período de 14 de novembro de 2018 e 14 de maio de 2019 pelos 73 colunistas selecionados na **etapa 1**. O período selecionado busca compreender seis meses que representam as primeiras movimentações posteriores à eleição presidencial brasileira de 2018, o período de posse de governantes, a marca de 100 dias de governo e a iminência dos primeiros 6 meses de atuação dos novos membros do executivo e legislativo. No total, foram registradas 2255 colunas, catalogadas por seu título e subtítulo, publicadas no período delimitado.

O segundo passo da **etapa 2** compreende a restrição da análise aos colunistas que opinem sobre temáticas concernentes aos conflitos culturais. Para isso foram determinadas 10 palavras-chave, que funcionam como filtros, intencionadas a contemplar e sintetizar as disputas inerentes ao campo da cultura.

Esta etapa trata do processo inicial de codificação na metodologia de Análise de Conteúdo.

A codificação corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas - dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto (BARDIN, 2011, p. 133).

A concretização desse processo de recorte, na pesquisa aqui reportada, se dá através da definição de palavras-chave. A utilização de palavra-chave está compreendida em Bardin (2011) como método para obtenção de unidades de registro, ou seja, dados-base passíveis de quantificação e carentes de contextualização e de análises relacionais, questões que são abordadas nas etapas seguintes.

São as palavras-chave que compõem o procedimento inicial de codificação:

- **Guerra Cultural:** Utilizada, também no plural *Guerras Culturais*, pretende a observação de autores que admitam ou refutem nominalmente a existência de uma *Guerra Cultural* no cenário nacional.
- **Cultura e Civilização:** Definida com base nas análises de Eagleton (2011), que versam sobre a disputa na utilização de cada um desses termos para a definição de um sujeito universal ou plural nas sociedades contemporâneas.

- **Gênero, Identidade e Valores:** Essas palavras-chave foram selecionadas a partir da análise de Eagleton (2011), Coelho (2000) e Hunter (2006), tidas como definidores em constante disputa simbólica no campo do debate político e cultural.
- **Conservadorismo e Progressismo:** Admitidas no filtro com as variações *conservador* e *progressista*, dão conta dos identificadores que, segundo Hunter (1991) e Gallego, Ortellado e Moretto (2017) surgem para substituir os identificadores de *direita* e *esquerda* no debate político em períodos de Guerra Cultural.
- **Ódio:** Admitida a partir da identificação de *discursos de ódio* na retórica dos embates político-culturais.
- **Diversidade:** Utilizada como significante do conflito entre tendências unificadoras e pluralizantes, típicas da disputa cultural.

As 2255 colunas foram analisadas, através do *software Excel*, tendo seu título e subtítulos submetidos a cada uma das 10 palavras-chave. A identificação do resultado positivo, em qualquer um dos campos, seja título ou subtítulo qualificou a coluna para as etapas subsequentes.¹⁸

A aplicação desses filtros textuais retornou um total de 82 ocorrências, divididas entre 36 autores. A fim de organizar o *corpus* de pesquisa, com intuito de classificar volumetricamente os colunistas que tratam da Guerra Cultural de maneira recorrente, ou pelo menos significativa em relação ao seu total de produção, estabeleceu-se a razão percentual das produções relativas à guerra cultural e em relação ao total de textos publicados, como apresentado na fórmula:

$$\text{proporção (\%)} = \frac{\# \text{ de textos que continham as palavras chave } (c)}{\# \text{ de textos publicados pelo autor } x \text{ no período } (t)} \cdot 100\%$$

¹⁸ Durante este ponto do processo de filtragem foi determinada a inclusão de desinências das palavras-chave e a exclusão de falsos-positivos na forma de *palavras contidas em outras palavras*. Dois exemplos para clarificar essa situação: O retorno de um título ou subtítulo que contenha a palavra *valorizar*, desinência da palavra-chave *valor*, qualifica o registro para as etapas seguintes de análise. Por outro lado, o retorno de um título ou subtítulo que, devido à busca pelo termo *ódio*, tenha retornado a palavra *episódio* e nenhuma outra palavra-chave, desqualifica o registro e o exclui da análise.

Esse valor serve como base para a organização dos colunistas em um *ranking* com classificação descendente por porcentagem de textos ligados à temática da guerra cultural, culminando no resultado apresentado na tabela 1.

Tabela 1 - Ranking de autores por publicação da temática Guerra Cultural

Colunistas			
Nome	Total de Colunas	Ocorrências	%
Contardo Caligaris	25	8	32,0%
Pablo Ortellado	26	7	26,9%
Paul Krugman	22	5	22,7%
Thiago Amparo	6	1	16,7%
Antonio Delfim Neto	21	3	14,3%
Igor Gielow	16	2	12,5%
Mauricio Stycer	24	3	12,5%
Joel Pinheiro da Fonseca	26	3	11,5%
Fernanda Mena	10	1	10,0%
Marcelo Coelho	25	2	8,0%
Maria Inez Dolci	26	3	11,5%
Antonio Prata	26	2	7,7%
Samuel Pessoa	26	2	7,7%
Mariliz Pereira Jorge	47	2	4,3%
Bruno Boghossian	104	6	5,8%
Luciana Coelho	19	1	5,3%
Clóvis Rossi	108	5	4,6%
Roberto Dias	22	1	4,5%
Sergio Rodrigues	22	1	4,5%
Cláudia Colluci	23	1	4,3%
Elio Gaspari	48	2	4,2%
Mara Gama	24	1	4,2%
Marcelo Leite	25	1	4,0%
Celso Rocha de Barros	26	1	3,8%
Cláudia Costin	26	1	3,8%
Marcelo Viana	26	1	3,8%
Marcus André Melo	26	1	3,8%
Mário Sérgio Conti	26	1	3,8%
PVC	52	2	3,8%
Vera Iaconelli	26	1	3,8%
Vladimir Safatle	26	1	3,8%
Vinícius Torres Freire	95	3	3,2%
Nelson de Sá	71	2	2,8%

Ruy Castro	104	2	1,9%
Helio Schwartzman	120	2	1,7%
José Simão	60	1	1,7%

FONTE: Do autor

- **Etapa 3 – Análise contextual das palavras-chave e volume de produção**

Critérios de inclusão

- *Título ou subtítulo apresenta palavra-chave contextualmente relacionada com as disputas culturais*
- *Textos qualificados representam 15% ou mais da produção total do colunista no período analisado*

Critérios de exclusão

- *Título ou subtítulo apresenta palavra-chave manifestamente estranha ao contexto das disputas culturais*
- *Textos qualificados representam menos de 15% da produção total do colunista no período analisado*

Neste ponto, desloca-se a análise de caráter quantitativo, para análise qualitativa prévia, buscando aferir a contextualização dos termos, determinando se a ocorrência das palavras-chave encontram-se relacionadas com a temática de guerra cultural e disputas no campo cultural. Essa etapa é realizada através da leitura todos os 82 títulos e subtítulos levantados anteriormente.

O caráter contextual da análise, apesar de presente em maior parte nas etapas subsequentes da codificação do material, já exerce certa influência mesmo no recorte inicial das análises. Bardin (2011, p.137) exemplifica a importância dessa etapa ao afirmar que “no caso de análise de mensagens políticas, palavras como liberdade, ordem, progresso, democracia, sociedade, têm necessidade de contexto para serem compreendidas no seu verdadeiro sentido” (BARDIN, 2011, p.137). Este processo culmina na eliminação de alguns autores que utilizam os termos de maneira descontextualizadas para os critérios analisados. É o caso da utilização do termo gênero em *Dinheiro e seu rastro são tema de série da Amazon que dá cara pop à economia* (COELHO, 2019), situação na qual gênero figura em seu subtítulo – “O Monstro Gigante que É a Economia Global' consolida o subgênero entretenimento econômico” - como

denotativo de gênero televisivo, e não no sentido de gênero ligado às identificações biológicas, sociais e sexuais que se encontram no cerne de algumas disputas culturais. Essa apresentação do termo gênero, enquanto gênero televisivo, também se repete em duas colunas de Stycer (2019a, 2019b), gerando sua eliminação da listagem. Outros pontos que justificam a eliminação de elemento da listagem são: a utilização de cultura em sentido agrícola em Gama (2019), a utilização de identidade em relação ao documento de identidade (DOLCI, 2019), e valor, não em sentido abstrato moral, mas em sentido financeiro (FREIRE, 2019; PESSÔA, 2019).

Esse processo eliminatório, a partir da qualificação contextual dos termos nos títulos e subtítulos das colunas, reduz o escopo de análise para 73 textos, divididos entre 34 colunistas (*tabela*) de *Folha de S. Paulo*, durante seis meses. O total de produção desses 34 colunistas no período foi de 1362 textos, eliminando avisos de férias e de coluna não publicada. As temáticas de guerra cultural representam 5,4% de todos os textos produzidos por esses colunistas. Em relação ao total produzido entre todas as colunas opinativas recorrentes do jornal, entre novembro de 2018 e maio de 2019, a Guerra Cultural, por meio de suas palavras-chave, figura em 3,2% dos casos.

Tabela 2 Seleção final de colunistas analisados

Colunistas			
Nome	Total de Colunas	Ocorrências	%
Contardo Caligaris	25	8	32,0%
Pablo Ortellado	26	7	26,9%
Paul Krugman	22	5	22,7%
Thiago Amparo	6	1	16,7%
Antonio Delfim Neto	21	3	14,3%
Igor Gielow	16	2	12,5%
Joel Pinheiro da Fonseca	26	3	11,5%
Fernanda Mena	10	1	10,0%
Marcelo Coelho	25	2	8,0%
Antonio Prata	26	2	7,7%
Bruno Boghossian	104	6	5,8%
Clóvis Rossi	108	5	4,6%
Roberto Dias	22	1	4,5%
Sergio Rodrigues	22	1	4,5%
Cláudia Colluci	23	1	4,3%

Mariliz Pereira Jorge	47	2	4,3%
Mauricio Stycer	24	1	4,2%
Elio Gaspari	48	2	4,2%
Marcelo Leite	25	1	4,0%
Maria Inez Dolci	26	1	3,8%
Samuel Pessoa	26	1	3,8%
Celso Rocha de Barros	26	1	3,8%
Cláudia Costin	26	1	3,8%
Marcelo Viana	26	1	3,8%
Marcus André Melo	26	1	3,8%
Mário Sérgio Conti	26	1	3,8%
PVC	52	2	3,8%
Vera Iaconelli	26	1	3,8%
Vladimir Safatle	26	1	3,8%
Nelson de Sá	71	2	2,8%
Ruy Castro	104	2	1,9%
Helio Schwartzman	120	2	1,7%
José Simão	60	1	1,7%
Vinícius Torre Freire	95	1	1,1%

FONTE: Do autor

Neste momento restringe-se a análise aprofundada dos textos (**etapa 4**) apenas à produção de autores cuja temática das questões culturais compõe parte significativa de sua produção. O objetivo, neste passo da **etapa 3**, é evitar tomar como pista para a investigação do conflito cultural a posição de colunistas que tenham tocado no assunto apenas de maneira superficial, ou como ponto periférico do discurso contemporâneo, em vez disso, preferindo autores que denotam certa centralidade à essa guerra cultural na conjuntura contemporânea. Para isso, foi determinado do índice mínimo de 15% da produção ligada às temáticas de guerra cultural durante o período analisado.

A **etapa 3** finaliza o processo de dimensionamento qualitativo do *corpus* qualificando, para a análise qualitativa, 21 textos publicados por quatro colunistas. São eles Contardo Calligaris (8 textos), Pablo Ortellado (7 textos), Paul Krugman (5 textos) e Thiago Amparo (1 texto).

3.2. CODIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO

Uma vez delimitado o *corpus* de 21 textos divididos entre quatro autores, é iniciado, novamente, o processo de codificação, desta vez, do material delimitado. Neste

caso, para além das unidades de registro textuais, na forma de palavras-chave, analisa-se também o conteúdo dos textos estudados por seu conteúdo, de maneira contextual e temática. “O tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (BARDIN, 2011, p. 135).

Neste sentido, busca-se compreender, mesmo como propõe Bardin (2011) as motivações de opiniões e principalmente as tendências presentes no debate público acerca das questões da cultura. Assim, uma leitura dos textos analisados, guiados pela teoria sobre o tema, culminam na emergência de quatro núcleos temáticos, são eles:

- **Conflitos Dicotômicos:** Esse tema dá conta de conflitos que refletem a dicotomia no debate público. Seja entre denominadores morais como progressismo e conservadorismo, denominadores políticos como esquerda e direita, ou mesmo conceitos amplos como bem e mal, certo e errado.
- **Gênero e Sexualidade:** Núcleo temático que contempla os debates públicos lastreados pelas questões de gênero, seja ela no entendimento dicotômico de homem e mulher, seja ela no entendimento plural e fluido. Também agrega discussões que tem como base as questões de orientação sexual.
- **Secularidade e Religiosidade:** Agrega discussões que abordam tópicos de debate sobre óticas da religiosidade sobre o mundo, ou questões da religiosidade em contraponto a pontos de vista seculares. Discute ainda questões ligadas diretamente ao político, como a laicidade do Estado.
- **Costumes e Moral:** Tema que engloba discussões que analisam costumes sociais e a ideia de uma moral, seja afirmando algum tipo específico de costume/moral, seja advogando pela pluralidade de costumes e morais, seja relatando o embate entre ambas as concepções.

Agregados, esse conjunto de temas serve de base para a criação da categoria de *Mensagem*. O estabelecimento desse agrupamento de temas enquanto categoria propõe uma representação de dados brutos (BARDIN, 2011, p. 149), objetivando refletir justamente quais as questões (expressas pelos temas) da cultura que se encontram tensionadas no debate público contemporâneo, segundo as intenções da pesquisa.

Mencionar um tensionamento dessas questões culturais, porém, não aparece de uma maneira neutra. Essa tensão, segundo leitura do material, não se apresenta de maneira idêntica entre autores, tampouco entre textos desses mesmos autores. Por vezes debates do foro político-cultural são aprofundados, interpretadas e expandidas por determinado colunista, em outros casos a discussão de um tema da categoria *Mensagem* fomenta a

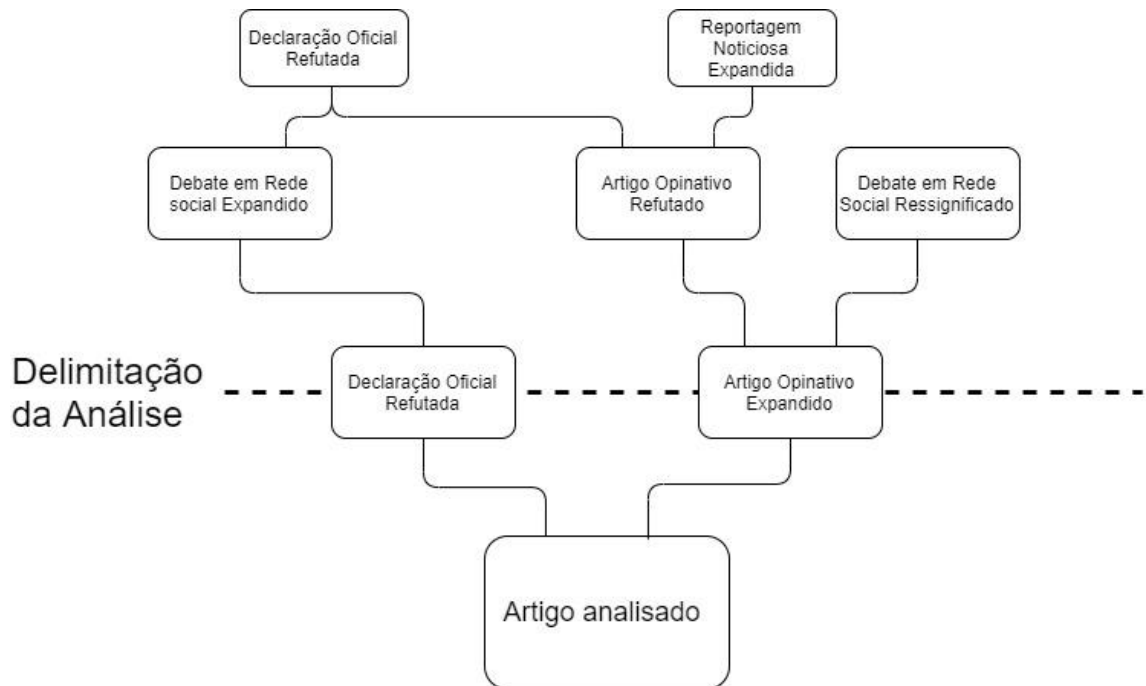
discussão de outro tema noutra unidade de análise, finalmente, nota-se ainda a negação, a refutação e a correção proposta a certos debates da política e da cultura, a partir de visões diferentes, mais ou menos embasadas por este ou aquele saber do meio político cultural.

Assim, para além de analisar o que do cultural é tensionado no debate público, também observa-se como cada uma dessas questões é tensionada, em especial quando tratamos de um ecossistema midiático permeado pela refusão de informações. Esses questionamentos fundamentam o estabelecimento da categoria *Fluxos*, que categoriza as unidades de análise, os textos opinativos, em função do modo como expandem/são expandidos, ressignificam/são ressignificados, refutam/são refutados por outras discussões, notícias ou mesmo outros textos opinativos. Os critérios da categoria *Fluxos* são:

- **Expansão:** Apropria-se de um debate do fluxo comunicacional, expandindo questões nele presentes, agregando novos pontos de vista ou base teórica/de dados/ideológica ao assunto em questão.
- **Ressignificação:** Absorve um tema amplo do debate surgido em alguma informação que já integra o fluxo de comunicação e a desloca a partir de um ou mais pontos, projetando a discussão para outro campo da sociedade.
- **Refutação:** Nega o discurso corrente em informações do fluxo comunicacional, apontando – ou não – dados que refutem a ideia anterior, ou buscando descrédito do interlocutor responsável pela transmissão da informação.

A análise desses critérios são aplicadas ao elemento imediatamente anterior do fluxo de informação, não representando o trajeto percorrido por um discurso em sua inteiridade. Ou seja, a análise é interrompida no texto, discussão ou tópico que influencia aquele texto da unidade de análise, sob o risco de uma quase infinita recursividade. Isto é, catalogar o material que influenciou o material influenciador tende ao infinito em um fluxo de comunicação constante. Um exemplo dessa delimitação proposital está expresso na figura 1. Por outro lado, parece lógico observar que a completude do trajeto de determinada informação seja composta da relação entre essas três categorias, em maior ou menor nível a depender do tema em questão.

Figura 1 - Demonstração de delimitação da análise de Fluxos



FONTE: Do autor

A organização dessas categorias para tratamento e observação dos dados brutos é organizado em uma ficha de codificação exemplificada na ficha abaixo.

Autor: Autor da Publicação Analisada Título: <i>Título do Artigo Analisado</i> Subtítulo: <i>Subtítulo do Artigo Analisado</i> Data: Data de Publicação do Artigo Filtro: Termo presente no título e/ou subtítulo responsável pela inserção do artigo no corpus			
Conteúdo: Sumário do conteúdo do artigo analisado		Episódio-Gatilho: Episódio ou discussão que fomenta ou motiva a redação do artigo segundo exposto pelo autor	
TIPO DE FLUXO			
EXPANSÃO () RESSIGNIFICAÇÃO (X) Quando presente, descrição do debate, texto ou declaração que influencia diretamente a redação do artigo analisado REFUTAÇÃO ()			
CONTEÚDO DA MENSAGEM			
Conflitos Dicotômicos (X) Quando presente, descrição da manifestação do tema no artigo analisado.	Gênero e Sexualidade (X) Quando presente, descrição da manifestação do tema no artigo analisado.	Costumes e Moral ()	Secularidade e Religiosidade ()
Observações: <i>Quando necessário, comentários do pesquisador sobre situações pormenorizadas que influenciam a codificação do artigo analisado.</i>			

3.3. COLETA DE DADOS

A consolidação do material analisado (*Apêndice A*) compreende a elaboração de 21 fichas catalográficas. Dada a possibilidade de uma única unidade de análise (artigo) agregar mais de um, e até mesmo, todos os critérios de conteúdo de mensagens, foram obtidas 36 ocorrências de temáticas centrais, distribuídas entre os textos analisados.

A observação dos episódios-gatilho, cuja baixa coerência interna impede a categorização coesa do tópico. Apesar disso, em análise individual é possível observar a temática ampla que rodeia a vitória de Jair Bolsonaro no pleito de 2018. Apesar disso há pouca coincidência específica entre os tópicos. Ou seja, apesar da eleição, eleitores, apoiadores e corpo ministerial de Bolsonaro como tema do episódio-gatilho em 11 das 21 unidades de análise. Os únicos episódios que acumulam mais de um texto dedicados à debate-lo são:

- **Menino veste azul e menina veste rosa (3 de Janeiro de 2019)**

Durante uma fala na cerimônia de transmissão de cargo, a recém-empossada ministra da pasta de Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, advogada e pastora evangélica, afirmou que, da instituição do novo governo, trataria-se então de uma “nova era”, na qual meninas se vestiriam com a cor rosa e meninos com a cor azul. A declaração gerou repercussão em redes sociais, levando a ministra a afirmar que a associação seria metafórica, traçando paralelos com datas de conscientização como o outubro rosa e novembro azul. Apesar disso, reiterou um desejo pelo respeito das características biológicas das crianças, escalando a situação, associando meninos à figura de príncipes e meninas a princesas. A ministra criticou, ainda figuras que chamou de teólogos de gênero (MENINO,2019).

Este episódio serve como gatilho para uma publicação de Contardo Calligaris, e uma publicação de Pablo Ortellado.

- **O presidente e o *golden shower* (4 de março de 2019)**

Durante um bloco de rua do carnaval paulistano, dois homens foram gravados protagonizando uma cena de cunho erótico. Após subirem em um ponto de ônibus, um dos homens começou a estimular o próprio ânus, enquanto o outro urinava em seu cabelo. A filmagem repercutiu através das redes sociais, sendo reproduzida também pelo presidente Jair Bolsonaro. Através do *Twitter*, o líder do executivo sugeriu que a cena seria comum no carnaval brasileiro (SETO, 2019).

Na mesma semana, os homens filmados durante o ato afirmaram tratar-se de um ato político-artístico, mencionaram militância contra o conservadorismo e a regulação de corpos e práticas sexuais (BALLOUSSIER, 2019).

A discussão girou, também em torno de um *tweet* enviado pelo presidente, após o início da divulgação do referido vídeo, no qual Bolsonaro pergunta o que viria a ser *golden shower* (FERNANDES, 2019), nome em inglês dado à prática da urofilia, fetiche que envolve urinar ao lado de ou no parceiro sexual.

Este caso serve de gatilho para uma publicação de Contardo Calligaris e uma publicação de Pablo Ortellado.

Ademais, os outros dados coletados, discriminados no Apêndice A, possuem coesão suficiente para organização gráfica. A compilação dessas informações estão descritas na seção seguinte.

4. ANÁLISE DE DADOS

4.1. PALAVRAS-CHAVE

A análise dos dados utilizados para a recuperação de material utilizado na análise, ou seja, as palavras-chave aplicadas sobre a base de dados de títulos e subtítulos, aponta para algumas constatações destarte.

Entre os 10 filtros textuais utilizados na seleção de artigos, sendo eles *Guerra Cultural*, *Cultura*, *Civilização*, *Identidade*, *Valores*, *Conservadorismo*, *Progressismo*, *Ódio* e *Diversidade*, durante o período analisado, nove destes retornam resultados.

As palavras-chave *Cultura*, *Gênero* e *Valores* retornam o maior número de resultados, com quatro ocorrências cada. *Progressismo* conta com três ocorrências, *Guerra Cultural* e *Ódio* ambas apresentam duas ocorrências. *Valores*, *Identidade* e *Diversidade* figuram com uma ocorrência cada. A palavra-chave *Civilização* não é retornada em nenhuma ocasião. (Tabela 3)

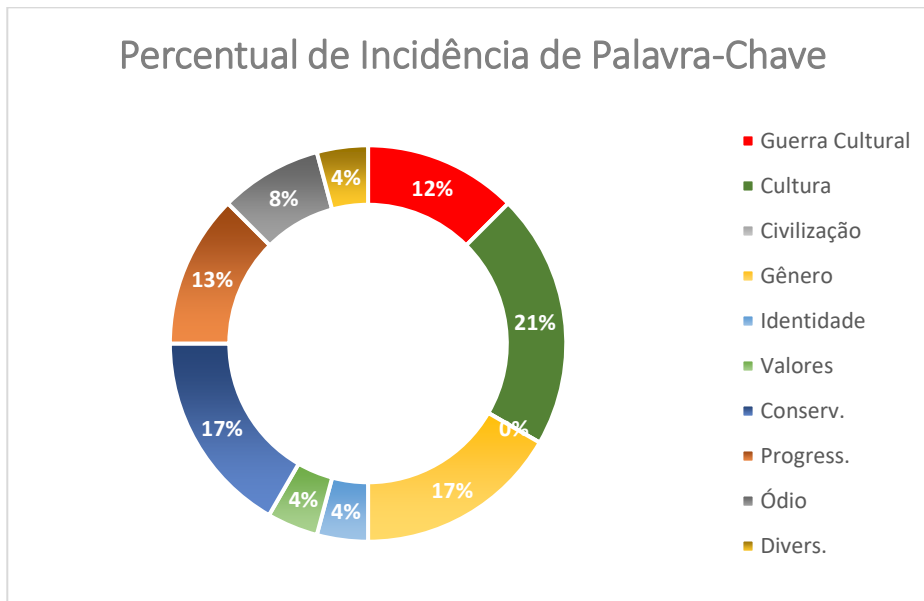
Tabela 3 - Ocorrência de palavra-chave por autor selecionado

AUTOR	<i>Guerra Cultural</i>	<i>Cultura</i>	<i>Civilização</i>	<i>Gênero</i>	<i>Identidade</i>	<i>Valores</i>	<i>Conserv.</i>	<i>Progress.</i>	<i>Ódio</i>	<i>Divers.</i>
Contardo Galligaris	0	2	0	4	0	1	0	0	1	0
Pablo Ortellado	3	3	0	0	1	0	1	1	1	0
Paul Krugmann	0	0	0	0	0	0	3	2	0	0
Thiago Amparo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

FONTE: Do autor

Percentualmente, as cinco palavras-chave *Cultura*, *Gênero*, *Conservadorismo*, *Progressismo* e *Guerra Cultural* representam 56% do total de ocorrências no processo de obtenção do *corpus* da pesquisa. *Identidade*, *Valores* e *Diversidade* aparecem com os menores índices com registro positivo, representando, cada uma, 4% do total de 24 palavras-chave retornadas na pesquisa inicial. *Civilização*, com zero ocorrências, não é registrada no gráfico percentual (Figura 2)

Figura 2 - Percentual de incidência de palavra-chave



FONTE: Do autor

Em relação à distribuição de palavra-chave por autor nota-se uma tendência à concentração de temas presentes nos títulos e subtítulos das publicações. Dentre as 10 palavras-chave possíveis, a maior distribuição de temas pode ser encontrada em Pablo Ortellado, com a ocorrência de 6 filtros textuais diferentes, dois deles (*Guerra Cultural* e *Cultura*) concentrando 6 aparições, enquanto os outros quatro temas que figuram nos títulos e subtítulos de Ortellado (*Identidade*, *Conservadorismo* e *Progressismo*) aparecem uma única vez por palavra.

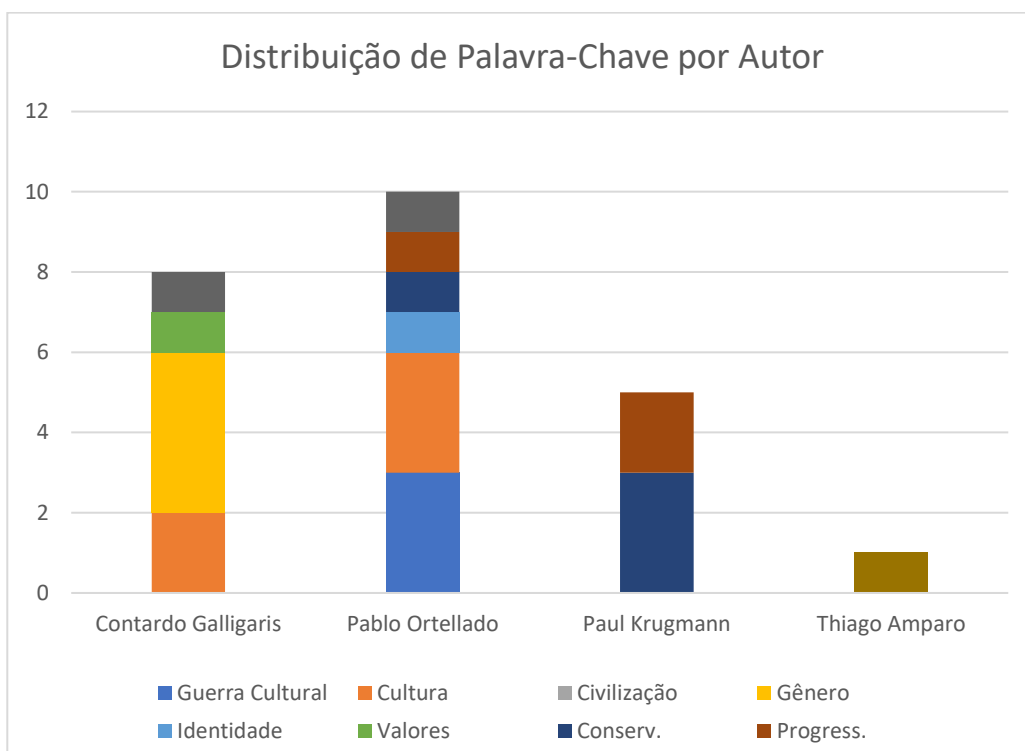
Paul Krugmann e Thiago Amparo, em primeiro momento, possuem a maior concentração de temas. Apesar disso, é necessário ressaltar que, apesar de 100% dos textos filtrados de Amparo retornarem uma única palavra-chave (*Diversidade*), a validade estatística desse percentual é questionável, uma vez que, no período analisado, o colunista havia publicado apenas 6 colunas, das quais apenas uma foi filtrada. Esta única coluna filtrada é justamente aquela que concentra sua dispersão temática apenas no filtro *Diversidade*.

Krugmann, entretanto, teve cinco publicações analisadas. Destas, suas palavras-chave são, unicamente, *Conservadorismo* (três ocorrências) e *Progressismo* (duas ocorrências). Ademais, há que se considerar que, mesmo no processo de elaboração das

palavras-chave enquanto critérios iniciais desta pesquisa, já ocorre uma concentração temática prévia, ou seja: *Cultura e Civilização* são definidas a partir de um referencial teórico próximo entre si. Da mesma maneira, *Gênero, Identidade e Valores* foram um grupamento particular, assim como, justamente, as palavras-chave *Conservadorismo e Progressismo*. Sob essa ótica, as publicações de Krugmann parecem encontrar-se ainda mais concentrada em um único espectro temático.

Ainda valendo-se destes dados, nota-se a presença do termo *Gênero* como o de maior concentração na amostra de um único autor. Contardo Calligaris tem quatro ocorrências desta palavra-chave, representando, apenas ela, 50% de todos os termos filtrados na produção deste autor. Apenas Krugmann, com 60% de suas publicações filtradas por uma única palavra-chave (*Conservadorismo*) supera essa marca.¹⁹ (Figura 3)

Figura 3 – Volume de distribuição de palavra-chave por autor



FONTE: Do autor

¹⁹ Novamente, esses índices excluem a publicação única de Thiago Amparo com 100% das ocorrências da palavra-chave *Diversidade*.

4.2. CATEGORIA MENSAGEM

Dada a possibilidade de uma única unidade de análise (artigo) agregar mais de um, e até mesmo, todos os critérios de conteúdo de mensagens, foram obtidas 36 ocorrências de temáticas centrais, distribuídas entre os 21 textos analisados. Destes, 20 apresentam a ocorrência de pelo menos um critério de conteúdo de mensagens. A Análise qualitativa do material apontou para apenas um texto, *Salário baixo não é culpa dos robôs*, de Paul Krugmann, cujo conteúdo textual não se qualificava em nenhum dos critérios pré-estabelecidos (tabela 4)

Tabela 4 - Ocorrência de tema de mensagem por autor selecionado

AUTOR	<i>Conflitos Dicotômicos</i>	<i>Gênero e Sexualidade</i>	<i>Costumes e Moral</i>	<i>Secularidade e Religiosidade</i>
Contardo Galligaris	4	5	4	4
Pablo Ortellado	6	3	3	1
Paul Krugmann	4	0	1	0
Thiago Amparo	0	1	0	0

FONTE: Do autor

Percentualmente, o tema de *Conflitos Dicotômicos* agrega a maior quantidade de ocorrências, com 39% das 36 incidências em 21 unidades de análise. O mapa de calor (tabela 5), organiza as concentrações de cada tema por autor, tendendo do verde (menor concentração) ao vermelho (maior concentração), apontando para Pablo Ortellado como o autor responsável por agregar a maioria de ocorrências dessa temática.

Tabela 5 - Mapa de calor de incidência de temas por autor

AUTOR	<i>Conflitos Dicotômicos</i>	<i>Gênero e Sexualidade</i>	<i>Costumes e Moral</i>	<i>Secularidade e Religiosidade</i>
Contardo Calligaris	11%	14%	11%	11%
Pablo Ortellado	17%	8%	8%	3%
Paul Krugmann	11%	0%	3%	0%
Thiago Amparo	0%	3%	0%	0%
% Incidência	39%	25%	22%	14%

FONTE: Do autor

Krugmann e Calligaris representam em seus textos, cada um, 11% do total de ocorrências de *Conflitos Dicotômicos*.

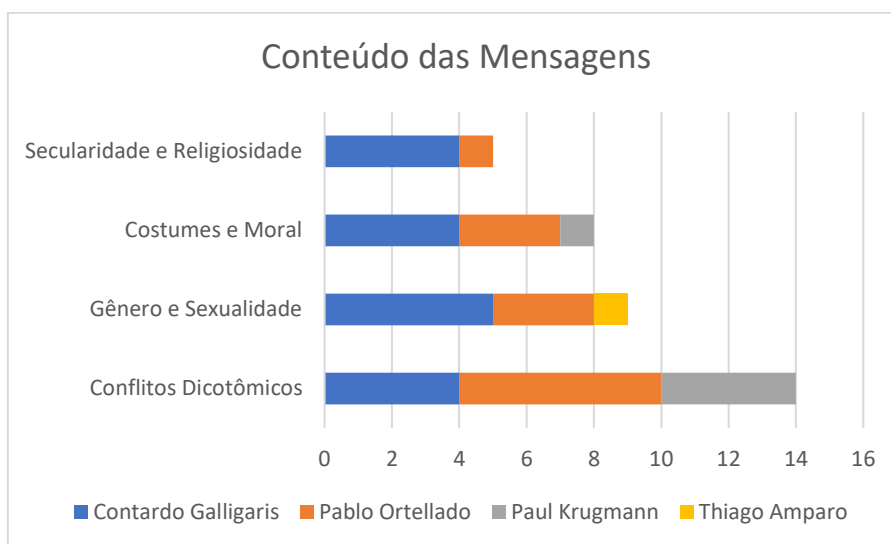
À despeito de afirmar uma relação de causalidade, há uma correlação entre Ortellado e Krugmann na relação entre as palavras-chave que qualificaram seus textos para análise e os temas de suas produções analisados posteriormente: ao passo que Ortellado se destaca como o dono do maior índice de ocorrências da palavra-chave *Guerra Cultural* (6 ocorrências), também Krugmann desponta ao acumular o maior índice das palavras *Conservadorismo* e *Progressismo* (somando 5 ocorrências). Retornando à referência de Hunter (1991) sobre Guerras Culturais, e sua proposta de dicotomia político-cultural entre conservadores e progressistas, é justamente na produção dos articulistas que, de algum modo, tangenciam as temáticas de Hunter (1991), que se observa a maior preocupação com os *Conflitos Dicotômicos* no debate público.

Calligaris, registra o mesmo índice de incidência de *Conflitos Dicotômicos* que Krugmann (11%), porém, Calligaris tem sua produção distribuídas entre todas as outras temáticas em quantidade igual ou superior à essa. Apenas Krugmann e Ortellado concentram tanto a temática de *Conflitos Dicotômicos* na sua produção, sendo que em Krugmann a diferença entre o segundo tema mais abordado (*Costumes e Moral*) é de 8 pontos percentuais. Em Ortellado, a diferença é de 9 pontos percentuais para os temas *Gênero e Sexualidade* e *Costumes e Moral*.

Uma observação ampla da distribuição dos critérios de conteúdo de mensagem entre os quatro articulistas (figura 4) nos aponta, ainda para uma relação entre *Costumes e Moral* e *Gênero e Sexualidade*. Ambos tópicos de debate são abordados com um volume

próximo entre si. *Costumes e Moral* registra 8 ocorrências enquanto *Gênero e Sexualidade* registra nove aparições, diferença de apenas uma ocorrência. Como efeito de comparação, a segunda menor diferença de volume encontra-se entre os temas *Secularidade e Religiosidade* e *Costumes e Moral* com um gap de 3 ocorrências entre eles.

Figura 4 - Comparação de conteúdo de mensagens por autor

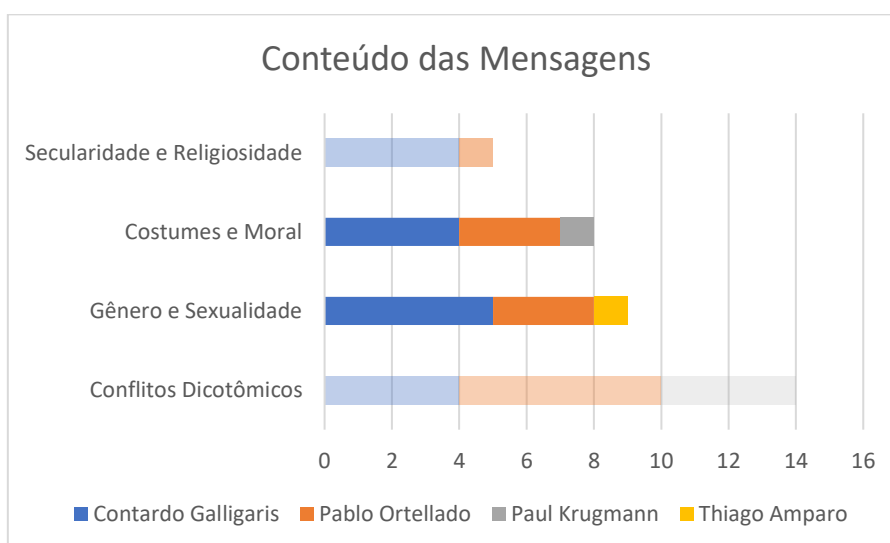


FONTE: Do autor

Também na distribuição entre autores há variação pequena na quantidade de ocorrências de *Costumes e Moral* e *Gênero e Sexualidade*. Para cada 4 aparições de *Costumes e Moral* em Contardo Calligaris, são registradas 5 ocorrências de *Gênero e Sexualidade*. Em Pablo Ortellado, ambos os critérios registram as mesmas três ocorrências.

Novamente, em análise comparativa, apesar de Calligaris apresentar constância nas temáticas, registrando as mesmas 4 ocorrências nos temas *Secularidade e Religiosidade* e *Conflitos Dicotômicos*, entre os outros autores há pouca consistência nas temáticas: Ortellado trata de *Secularidade e Religiosidade* apenas uma vez, por outro lado, este mesmo autor aborda *Conflitos Dicotômicos* seis vezes.

Figura 5 - Destaque da comparação de temas de mensagens por autor



FONTE: Do autor

4.3. CATEGORIA FLUXO

A partir da quantificação dos tipos de fluxo observados no corpo de dados já é possível notar uma discrepância quantitativa. Considerando a possibilidade de um único texto agregar até três tipos de fluxo torna-se plausível a identificação de um total de 63 fluxos possíveis. Desses, foram observados 25 fluxos diferentes, uma média de 1,19 fluxos por texto analisado. Entretanto, desses 63 possíveis e 25 observados, apenas uma ocorrência do critério *Ressignificação* foi registrada (tabela 6).

Tabela 6 - Volume de tipos de fluxo por autor

AUTOR	<i>Expansão</i>	<i>Ressignificação</i>	<i>Refutação</i>
Contardo Galligaris	6	1	1
Pablo Ortellado	6	0	4
Paul Krugmann	3	0	3
Thiago Amparo	0	0	1

FONTE: Do Autor

Duas possibilidades dão conta de explicar o fenômeno, uma delas dá conta do ecossistema de tensionamentos da cultura, e a outra observa o próprio processo de coleta de dados.

Por um lado, pode-se inferir que, dentro do universo analisado os temas tendem a serem tratados de maneira dicotômica, seja como algo validado e analisado em maior profundidade pelo colunista, ou seja como algo criticado, invalidado e refutado pelos autores. Assim, as questões da cultura pareceriam menos passíveis de fomentarem debates ligados umas as outras, e mais sujeitas a uma análise autocontida, seja de aprofundamento, seja de refutação.

Por outro lado, há que se considerar a possibilidade do critério *Ressignificação* não possuir relevância estatística para que se configure enquanto parte da categoria Fluxo, sendo, no caso em que aparece, passível de encaixe em outro critério, como, por exemplo, a expansão.

Voltando a análise, então, para os critérios *Expansão* e *Refutação*, nota-se que o primeiro contabiliza o maior número de ocorrências (15 casos observados), e o último aparece com 9 ocorrências. Excluindo, novamente, o autor Thiago Amparo, devido à quantidade limitada de textos analisados, podemos notar uma tendência também dicotômica de Krugmann no tratamento de seus temas, dividindo 50% da sua abordagem para expandir discussões que integram o debate público e 50% para refutá-las.

Calligaris é o autor que se coloca de maneira menos oposta aos textos que influenciam sua produção, tendo apenas uma ocorrência de refutação, contra seis instâncias de análise e aprofundamento e uma instância de ressignificação.

Vale destacar que o critério de *Expansão* não pressupõe concordância com os temas debatidos, em vez disso os autores buscam analisar os fenômenos reportados, propondo interpretações e reflexões, evitando, apenas, apresentar dados ou argumentos contrários que os encaixe no critério de *Refutação*.

4.4. EPISÓDIOS-GATILHO: O POLÍTICO-CULTURAL

Apesar de não possuir a homogeneidade necessária para o estabelecimento de uma categoria de episódios-gatilho, ou seja, fatos ou discussões reportadas pelos autores como inspiração para o texto do artigo, uma análise qualitativa individual de cada gatilho observado desvela, também, algumas tendências.

A principal tendência vai de acordo com a literatura analisada até aqui na pesquisa. O componente indissociável das questões culturais em relação às políticas aparece refletido nos eventos que influenciam a produção dos textos. Propõe-se essa afirmação à partir da seguinte constatação: tanto na elaboração de índices textuais (palavras-chave) para a coleta de material, quanto na categorização temática, evita-se a delimitação de indicadores estritamente relacionados ao político. Não utiliza-se nenhum termo que faça referência direta à indicadores de direita ou esquerda, à siglas partidárias, a cargos políticos, ou a quaisquer tópicos de discussão que, a primeira vista, seriam estritamente do debate político, em vez disso utilizam-se critérios do seio cultural e dos costumes, com termos como *Cultura*, *Gênero*, *Identidade* nas palavras chaves, ou critérios como *Gênero e Sexualidade*, *Conflitos Dicotômicos* e *Secularidade e Religiosidade*.

Em detrimento disso, dos 21 textos analisados, 11 episódios-gatilho envolvem, de modo amplo, o governo Bolsonaro, seja por declarações do próprio presidente, de seu corpo ministerial ou de seus opositores políticos. Agrega-se a isso mais quatro episódios-gatilho, todos presentes nos textos de Paul Krugmann, que dão conta do cenário político norte-americano, mencionando o presidente Donald Trump, as eleições legislativas no país, ou a declaração de políticos da região. Assim, 71% dos textos filtrados a partir de palavras-chave do campo cultural têm como principal motivador algum tipo de acontecimento do âmbito político.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, a pesquisa relatada se orientava pelo objetivo de entender como as questões da cultura são tensionadas no debate público, por meio do jornalismo de opinião. A decomposição desse objetivo se faz útil enquanto ponto de partida para a consolidação de conclusões ou considerações finais a serem tecidas sobre o material estudado. Para tanto, observemos a questão central: o entendimento.

Entender como as questões da cultura são tensionadas pressupõe a análise de um momento em um processo, ou seja, a maneira como a cultura figura no debate público em observação nesta pesquisa não supõe, de maneira alguma, o esgotamento do campo. Observar as questões de *Conflitos Dicotômicos*, *Gênero e Sexualidade*, *Costumes e Moral e Secularidade e Religiosidade*, como pilares temáticos do debate cultural não significa afirmar tratem-se, estes, dos únicos pilares, porém parecem prover um ferramental interessante para o entendimento dessa cultura versada no debate público contemporâneo.

A prevalência de debates conflituosos, marcados pela categorização majoritária de mensagens no índice de *Conflitos Dicotômicos* parece reproduzir a tônica do debate político, e como apontado nessa pesquisa essencialmente cultural, de um cenário polarizado. As disputas do campo cultural, já marcados por uma cisão entre unidade e pluralidade são reproduzidas no debate público e parecem, se não justificar, pelo menos explicitar uma divisão entre os interlocutores da opinião pública analisados.

A volumetria do *corpus* não parece ser suficiente para determinar se há, no imaginário nacional, um entendimento de cultura como um fator de unificação social ou de pluralização, porém a presença recorrente de tópicos dicotômicos parece apontar para a disputa entre culturas que unificam, cada uma a sua maneira, haja visto que um ideia de uma cultura plural, sem claras divisões de certo e errado, esquerda e direita, conservador e progressista, deveria afastar a tônica bipolar do debate, questão não constatada neste levantamento.

Por outro lado, quantitativamente, as questões de *Secularidade e Religiosidade* aparecem, proporcionalmente, com o menor registro de ocorrências. Em se falando de *Guerra Cultural*, essa dado já aponta para uma particularidade interessante do debate público brasileiro contemporâneo. Enquanto Hunter (1991) vai se valer justamente de

uma cisão nas denominações protestantes nos Estados Unidos da década de 1990 para basear seus estudos das *Culture Wars*, aqui, esse tópico parece de menor relevância, ou pelo menos de relevância secundária. Ou seja, ainda que a discussão de núcleos religiosos no poder nacional apareça por vez ou outra no *corpus* analisado, parecem mais relevantes ao debate as consequências do fortalecimento de certas doutrinas religiosas, lidando diretamente com a influência dessas doutrinas no estilo de vida de comunidades LGBTQ – na forma da categoria *Gênero e Sexualidade* – e a influência nas atitudes diárias em tópicos como feminismo e misoginia – figurando no índice *Costumes e Moral* – ambos com maior adesão temática por parte dos autores analisados.

Outra pista de análise dá conta da sobreposição quantitativa de *Gênero e Sexualidade* e *Costumes e Moral*. Ambas categorias cujas ocorrências parecem ser relacionadas entre si, apontando para um cenário no qual debates sobre gênero, orientação sexual ou a relação do indivíduo com a questão do sexo ainda é indissociável de uma discussão que versará sobre a questão da moral.

Retomando o objetivo desta pesquisa, ao menos no horizonte que o *corpus* analisado nos permite enxergar, quando falamos em entender as questões da cultura, estamos falando de entender um debate dicotômico, guiado pela sexualidade e pelo gênero, mas estes como subprodutos de uma discussão sobre moralidade. Nos resta observar, como são tensionados esses debates.

Observar os tensionamentos da cultura no debate público significa, justamente, observar seus movimentos em tempos de refusão. Entendendo que nem mesmo o conceito de cultura é inerte através dos tempos, adicionando-se a isso, a percepção de que a comunicação se estrutura cada vez mais como um circuito multiparticipativo, entender o trânsito de uma (a cultura) em outra (a comunicação) significa entender momentos de uma linha do tempo sem início nem fim, nos possibilitando a compreensão de tendências da Guerra Cultural, do conflito de interpretações e operacionalizações de mensagens a partir do recorte aqui proposto.

Assim notou-se que a tendência das questões da cultura, no debate do foro público se estrutura principalmente, em dois formatos, o de expansão e de refutação. Analisemos as consequências do primeiros:

Afirmar que o debate da cultura está sujeito, em grande parte dos casos, à expansão, parece apontar para um cenário no qual o cultural múltiplo e plural é aceito,

carente por vez ou outra apenas de aprofundamento e interpretação. Ou seja, em uma exemplificação, quando é discutido um tópico de *Gênero e Sexualidade* na imprensa opinativa, esta temática aparece, na maioria das vezes, sujeita a ser explicada por um segundo interlocutor, e aprofundada por um terceiro.

Essa constatação da proeminência de fluxos de expansão pareceria nos apontar para um cenário de uma cultura com ideais de pluralidade, ao menos no debate público fomentado pela imprensa. Porém, quantitativamente, logo atrás, são constatados os fluxos de refutação, que novamente parecem solidificar a Guerra Cultural nacional como marcada por dicotomias e pelo conflito entre culturas que buscam se afirmar como *a* cultura.

O índice que recorre em menor volume é aquela de ressignificação, ou seja, temas da cultura, ao circularem no fluxo informacional em refusão, pouco parecem ter a capacidade de fomentar discussões diferentes, ou que agreguem novos temas e tópicos de debate. Isso parece explicar como o debate sobre os mesmos conflitos, de gênero, sexualidade, moralidade, figuram insistentemente no debate público. Esses são os temas que se encontram em refusão, sendo reaproveitados, deglutidos e regurgitados à exaustão na discussão pública por meio da imprensa opinativa.

Assim, a realização da pesquisa decomposta nas páginas anteriores nos permite um entendimento momentâneo – como deve ser a praxe para um fluxo informacional em franca e imparável refusão – de uma Guerra Cultural dicotômica, baseada em questões de sexualidade e moralidade, cujos debates circulam no fluxo informacional porém parecem pouco capazes de engajar novas discussões, reforçando óticas do contemporâneo que afirmam tratar-se de um tempo polarizado, em que tudo, seja político, seja cultural, ou seja mais provavelmente, político-cultural, está sujeito à uma disputa.

Finalmente, encerra-se este texto com uma constatação que foge àquela proposta nos objetivos desta pesquisa, mas que ao mesmo tempo reforça sua base teórica: Notar a prevalência de episódios-gatilho políticos-eleitorais na obtenção de um *corpus* feita através apenas de índices da cultura, aponta para o componente indissociável entre política e cultura, e como alertam pensadores da cultura, faz-se importante tirar como conclusão o fato de que qualquer conflito ou qualquer guerra cultural é, de maneira inseparável, uma guerra política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDÉ, A. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais'. **ALCEU**, v. 3, n. 6, p. 93–121, 2003.
- APPADURAI, A. Soberania sem territorialidade **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n. 49, p. 33-46, 1997.
- BALLOUSSIER, A. V. Foi ato político, diz dupla do “golden shower” criticado por Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, 7 mar. 2019.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CANCLINI, N. G. **Hybrid Cultures**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- CASTELLS, M. Communication, Power and Counter-power in the Network Society. **International Journal of Communication**, v. 1, p. 238–266, 2007.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- CERIONI, C. É falsa informação que livro de Haddad incentiva o incesto. **EXAME**, 17 out. 2018.
- COELHO, L. Dinheiro e seu rastro são tema de série da Amazon que dá cara pop à economia. **Folha de S. Paulo**, 29 mar. 2019.
- COELHO, T. **Guerras Culturais**. São Paulo: Iluminuras, 2000.
- COELHO, T. **A Cultura e Seu Contrário**. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- COLLETA, R. DELLA. Olavo de Carvalho, o Brasil só fala dele. **El País**, 2 dez. 2018.
- DI FELICE, M. Redes Sociais Digitais, Epistemologias Reticulares E a Crise Do Antropomorfismo Social. **Revista USP**, n. 92, 2012.
- DI FELICE, M. Ser redes: O formismo digital dos movimentos net-ativistas. **MATRIZES**, v. 7, n. 2, p. 49–71, 2013.
- DI FELICE, M. et al. Manifesto pela Cidadania Digital. **Lumina**, v. 12, n. 3, p. 3–7, 2018.
- DIMOCK, M. et al. Political Polarization in the American Public **Pew Research Center**, 2014. Disponível em: <www.pewresearch.org>. Acesso em: 23 maio. 2019.
- DOLCI, M. I. Não leve o celular para o bloco. **Folha de S. Paulo**, 27 fev. 2019.
- EAGLETON, T. **A Ideia de Cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- EISENBERG, J. Internet, Democracia e República. **Dados**, v. 46, n. 3, p. 491–511, 2003.
- FERNANDES, T. “O que é golden shower”, pergunta Bolsonaro após publicar vídeo polêmico. **Folha de S. Paulo**, 6 mar. 2019.
- FIORINA, M. P.; ABRAMS, S. J. Political Polarization in the American Public.

- Annual Review of Political Science**, v. 11, n. 1, p. 563–588, 2008.
- FLORESTI, F. Manifestações de “Junho de 2013” completam cinco anos: o que mudou? **Galileu**, jun. 2018.
- FONSECA JUNIOR, W. C. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Eds.). . **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.
- FREIRE, V. T. Mistérios e conflitos da reforma. **Folha de S. Paulo**, 27 fev. 2019.
- GALLEGO, E. S.; ORTELLADO, P.; MORETTO, M. Guerras Culturais E Populismo Apoio À Operação Lava Jato E Contra a Reforma De Previdência. **Opinião**, p. 35–45, 2017.
- GAMA, M. Agrotóxicos matam abelhas e ameaçam cultura da uva no Sul. **Folha de S. Paulo**, 25 jan. 2019.
- GITLIN, T.; ROSEN, R. Give the 60’s Generation a Break. **The New York Times**, 1987.
- GRÜN, R. Apagão cognitivo: a crise energética e sua sociologia. **Dados**, v. 48, n. 4, p. 891–928, dez. 2005.
- GRÜN, R. A vingança do baixo clero: o desafio ao “PiG” e o estado do conflito cultural no tratamento da crise financeira. **Mana**, v. 19, n. 2, p. 303–340, 2013.
- GRÜN, R. Entre o pig e o mensalão mitologia política e realidade contemporânea. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 86, p. 57–78, 2015.
- GRÜN, R. A crise financeira, a guerra cultural e as transformações do espaço econômico Brasileiro em 2009. **Dados**, v. 53, n. 2, p. 255–297, 2017.
- GRÜN, R. **Da pizza ao impeachment: Uma sociologia dos escândalos no Brasil contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018.
- HABERMAS, J. **A Mudança Estrutural da Esfera Pública**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- HARTMAN, A. **A War for the Soul of America**. Chicago: Te University of Chicago Press, 2015.
- HIMMELFARB, G. The Other Culture War. In: DIONNE JR., E. J.; CROMARTIE, M. (Eds.). . **Is There a Culture War? A Dialogue on Values and American Public Life**. Chicago: Brookings Institution Press, 2006.
- HUNTER, J. D. **Culture Wars: The Struggle to Define America**. Nova York: Basic Books, 1991.
- HUNTER, J. D. The Enduring Culture War. In: DIONNE JR., E. J.; CROMARTIE, M. (Eds.). . **Is There a Culture War? A Dialogue on Values and American Public Life**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2006a.
- HUNTER, J. D. A Response From James Davidson Hunter. In: DIONNE JR., E. J.; CROMARTIE, M. (Eds.). . **Is There a Culture War? A Dialogue on Values and American Public Life**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2006b.
- HUNTER, J. D.; WOLFE, A. **Is There a Culture War? A Dialogue on Values and American Public Life**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2006.

- Jornalismo da Globo lança novos podcasts. **G1**, 25 ago. 2019.
- KRIPPENDORFF, K. **Content analysis: An introduction to its methodology**. [s.l.] SAGE Publications, 2013.
- KRUGMAN, P. O jogo monstruoso dos conservadores. **Folha de S. Paulo**, 20 dez. 2018.
- LEE, N.-C. **Reflow Soldering Processes and Troubleshooting**. Boston: BH Newness, 2002.
- LEMOS, A. Nova esfera conversacional. In: **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009. p. 9–30.
- LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LEVY, P. **A inteligência coletiva**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- MALINI, F. A opinião pública distribuída : blogs e jornalismo nas Eleições Brasileiras de 2006. **E-Compós**, p. 1–21, 2007.
- MANDELBAUM, B. Famílias incestuais. v. 24, n. 11, p. 55–66, 2012.
- MAY, C.; CHADWICK, A. Interaction between states and citizens in the age of the Internet : “ e-government ” in the United States , Britain and the European Union. **Governance**, v. 16, n. 2, p. 271–300, 2003.
- MAZUI, G. Jair Bolsonaro é eleito presidente e interrompe série de vitórias do PT | Eleições 2018 | G1. **G1**, 28 out. 2018.
- MELO, J. M. DE. **Jornalismo Opinativo**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MELO, J. M. DE; ASSIS, F. DE. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 39, n. 1, p. 39–56, 2016.
- MENINO veste azul e menina veste rosa”, diz Damares Alves. **Folha de S. Paulo**, 3 jan. 2019.
- ORTELLADO, P. Não é a economia, estúpido. **Folha de S. Paulo**, 23 maio 2019.
- PESSÔA, S. Vários anos sem alta real do mínimo. **Folha de S. Paulo**, 28 abr. 2019.
- POLICARPO, C.; SANTAELLA, L. A estética do conhecimento nas redes digitais. **Dialogia**, n. 28, p. 29–45, 2018.
- QUADROS, M. P. dos R. **Conservadorismo à brasileira: Sociedade e elites políticas na contemporaneidade**. 2015. 273 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais, Ppgcs, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- RECUERO, R. “Deu no Twitter, alguém confirma?” Funções do Jornalismo na Era das Redes Sociais. **9º. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 2011.
- RECUERO, R. O twitter como esfera pública: como foram descritos os candidatos durante os debates presidenciais do 2º turno de 2014? **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 16, n. 1, p. 157–180, 2016.
- SACCHITIELLO, B. Circulação digital dos grandes jornais cresce no Brasil. **Meio &**

Mensagem, 30 jan. 2019.

SADER, E. Luta de classes e perspectivas sociais, políticas e econômicas para a sociedade brasileira. **Trabalho Necessário**, v. 17, n. 32, p. 16–32, 2019.

SANTAELLA, L. O paradigma do sensível na comunicação. **Revista Comunicação Midiática**, v. 11, n. 1, p. 17–28, 2016.

SANTAELLA, L.; CARDOSO, T. Para entender a complexidade das redes. **Revista FAMECOS**, 2014.

STYCER, M. “Aqui se faz, no futuro se paga”, ensina trama espírita da Globo. **Folha de S. Paulo**, 30 mar. 2019a.

STYCER, M. Programas sobre crimes antigos tomaram um “banho de loja” e inundam a TV. **Folha de S. Paulo**, 27 abr. 2019b.

WERLE, D. L. Apresentação à edição Brasileira. In: **A mudança Estrutural da Esfera Pública**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

WILLIAMS, D. **Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930-1945**. Durham: Duke University Press, 2001. v. 80

WILLIAMS, R. **Cultura e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

WITTEL, A. Digital Marx: Toward a Political Economy of Distributed Media. **tripleC: Communication, Capitalism & Critique. Open Access Journal for a Global Sustainable Information Society**, v. 10, n. 2, p. 313–333, 25 maio 2012.

WOLFE, A. **One nation, after all : what middle-class Americans really think about : God, country, family, racism, welfare, immigration, homosexuality, work, the right, the left, and each other**. Nova York: Viking, 1998.

ZAMIN, A. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **FAMECOS**, v. 21, n. 3, p. 918–942, 2014.

ZOGBY, J. Beyond Identity Politics: A New Way of Healing the Divide. **Forbes**, mar. 2017.

APÊNDICE A – Fichas Catalográficas

<p>Autor: Contardo Calligaris</p> <p>Título: <i>Qual ideologia de gênero?</i></p> <p>Subtítulo: <i>Opiniões ou crenças são diferentes do conhecimento que vamos acumulando.</i></p> <p>Data: 15 de novembro de 2018</p> <p>Filtro: GÊNERO</p>			
<p>Conteúdo: O autor aponta, dois possíveis entendimentos para a questão do gênero, no sentido da representação tipicamente associada à dicotomia homem e mulher. A primeira de caráter científico e social e a segunda, de caráter ideológico.</p>		<p>Episódio-Gatilho: O gatilho temático da publicação é a constatação de pesquisadores da área da saúde acerca de um possível retorno da epidemia de HIV/AIDS.</p>	
TIPO DE FLUXO			
<p>EXPANSÃO ()</p> <p>RESSIGNIFICAÇÃO (X)</p> <p>A partir de coluna publicada em <i>Folha de S.Paulo</i> em 2 de setembro de 2018, por Dráuzio Varella, Calligaris desloca o debate sobre conflito entre o conhecimento científico e o conjunto de saberes ideológicos, do viés médico para o viés de gênero e da sexualidades, em particular, a disputa entre seu entendimento científico e seu entendimento ideológico.</p> <p>REFUTAÇÃO ()</p>			
CONTEÚDO DA MENSAGEM			
<p>Conflitos Dicotômicos</p> <p>(X)</p>	<p>Gênero e Sexualidade</p> <p>(X)</p>	<p>Costumes e Moral</p> <p>(X)</p>	<p>Secularidade e Religiosidade</p> <p>(X)</p>
<p>O colunista aponta que a questão do gênero não se põe, na contemporaneidade, em contraposição do entendimento epistêmico/ideológico, mas sim um conflito interno no campo da ideologia.</p>	<p>Discute as origens e os diferentes entendimentos para a questão do gênero, identidade de gênero e <i>ideologia de gênero</i> no meio científico, bem como no debate público atual.</p>	<p>Afirma que um dos entendimentos para a questão do gênero tem lastro no tradicionalismo moral da sociedade</p>	<p>Afirma que um dos entendimentos para a questão do gênero tem lastro nos preceitos religiosos, em especial, cristãos.</p>
<p>Observações:</p>			

<p>Autor: Contardo Calligaris</p> <p>Título: <i>Os fantasistas de gênero</i></p> <p>Subtítulo: <i>Ideólogos dos só dois gêneros parecem confundir diferenças com fantasias lúbricas</i></p> <p>Data: 29 de novembro de 2018</p> <p>Filtro: Gênero</p>			
<p>Conteúdo: O autor analisa os efeitos do debate sobre <i>Ideologia de Gênero</i> na questão educacional de jovens.</p>		<p>Episódio-Gatilho: A então prevista nomeação de Ministro da Educação que o autor descreve como simpático à doutrinações ideológicas e propenso à preferência por teorias criacionistas em detrimento à teorias biológicas de origem da vida.</p>	
<p>TIPO DE FLUXO</p>			
<p>EXPANSÃO (X): Calligaris menciona e aprofunda a discussão que ele mesmo propora em 15 de novembro de 2018 sobre a formação do conceito de ideologia de gênero.</p> <p>RESSIGNIFICAÇÃO ()</p> <p>REFUTAÇÃO (X): Motivado pela iminência da nomeação de um ministro da educação afeito à ideia de gênero como unidade binária, homem e mulher. Efeito desse processo de dicotomização do gênero, seria, segundo o autor, a repreensão, por um indivíduo, contrariando as supostas convicções do então ministro.</p>			
<p>CONTEÚDO DA MENSAGEM</p>			
<p>Conflitos Dicotômicos</p> <p>(X)</p>	<p>Gênero e Sexualidade</p> <p>(X)</p>	<p>Costumes e Moral</p> <p>(X)</p>	<p>Secularidade e Religiosidade</p> <p>(X)</p>
	<p>Discute as consequências do entendimento binário de gênero: isto é, homem e mulher, no processo educacional de jovens.</p>	<p>Afirma entendimentos conservadores para a questão do gênero tem lastro no tradicionalismo moral da sociedade</p>	<p>Afirma entendimentos conservadores para a questão do gênero tem lastro na tradição cristã do país.</p>
<p>Observações:</p>			

<p>Autor: Contardo Calligaris</p> <p>Título: <i>Mais teses sobre banheiros, por favor</i></p> <p>Subtítulo: <i>Praticantes da ideologia de gênero querem novas meninas no banheiro dos meninos</i></p> <p>Data: 31 de janeiro de 2019</p> <p>Filtro: Gênero</p>			
<p>Conteúdo: O colunista critica publicação, da seção opinativa de <i>Folha de S.Paulo</i>, na qual a publicação de teses de doutoramento dedicadas à análise das práticas sexuais em banheiros públicos era detratada.</p>		<p>Episódio-Gatilho: A publicação do texto crítico de Luiz Felipe Pondé, <i>A Cura Hétero</i>, publicado em 21 de janeiro de 2019, no qual Pondé problematiza a temática de teses de doutoramento publicadas no Brasil. Em paralelo, também é mencionada a declaração da ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, na qual é dito que meninos deveriam se vestir com a cor azul e meninas com a cor rosa</p>	
TIPO DE FLUXO			
<p>EXPANSÃO ()</p> <p>RESSIGNIFICAÇÃO ()</p> <p>REFUTAÇÃO (X)</p> <p>O tema é debatido, inicialmente, por Luiz Felipe Pondé, referenciando dois textos informativos, um deles explicando a origem do termo <i>ideologia de gênero</i>, e outro reportando o aumento de banheiros unissex em universidades. Esses temas colaboram para o argumento crítico de Pondé acerca de teses de doutoramento que abordam a questão dos banheiros públicos. Essa crítica é contraposta por Calligaris, adicionando ao fluxo informacional do debate a declaração pública da ministra Damares Alves.</p>			
CONTEÚDO DA MENSAGEM			
<p>Conflitos Dicotômicos</p> <p>(X)</p>	<p>Gênero e Sexualidade</p> <p>(X)</p>	<p>Costumes e Moral</p> <p>()</p>	<p>Secularidade e Religiosidade</p> <p>(X)</p>
<p>A coluna se configura como disputa polarizada entre colunistas de <i>Folha de S.Paulo</i>. Além disso aborda a dicotomia proposta por Damares Alves ao afirmar que meninos deveriam usar azul e meninas rosa.</p>	<p>Problematiza a Utilização de banheiros públicos por pessoas de transgêneras e a produção acadêmica sobre o tema.</p>		<p>Calligaris afirma que as convicções de indivíduos cujo entendimento de gênero se limita à dicotomia homem e mulher é, majoritariamente, de base religiosa.</p>
<p>Observações:</p>			

<p>Autor: Contardo Calligaris</p> <p>Título: <i>A família e o sexo</i></p> <p>Subtítulo: <i>Quem quiser valorizar a família faria melhor se não a transformasse em repressão</i></p> <p>Data: 14 de março de 2019</p> <p>Filtro: Valor (Valorizar)</p>			
<p>Conteúdo: O colunista critica a reação escandalizada, tanto por parte do presidente Jair Bolsonaro, quanto de setores da sociedade civil, após uma performance de cunho sexual no carnaval de rua de São Paulo.</p>		<p>Episódio-Gatilho: Durante um bloco de rua do carnaval paulistano, dois homens foram gravados protagonizando uma cena de cunho erótico. Após subirem em um ponto de ônibus, um dos homens começou a estimular o próprio ânus, enquanto o outro urinava em seu cabelo. A filmagem repercutiu através das redes sociais, sendo reproduzida também pelo presidente Jair Bolsonaro. Através do <i>Twitter</i>, o líder do executivo sugeriu que a cena seria comum no carnaval brasileiro</p>	
TIPO DE FLUXO			
<p>EXPANSÃO (X): Filmagem de cena do carnaval paulistano é reproduzida na rede social <i>Twitter</i>, gerando reação negativa do Presidente Jair Bolsonaro que expressou seu descontentamento também pelo <i>Twitter</i>. Assunto é apropriado e expandido pelo colunista.</p> <p>RESSIGNIFICAÇÃO ()</p> <p>REFUTAÇÃO ()</p>			
CONTEÚDO DA MENSAGEM			
<p>Conflitos Dicotômicos</p> <p>(X)</p>	<p>Gênero e Sexualidade</p> <p>(X)</p> <p>Contexto para o debate proposto na coluna é a demonstração de uma performance sexual em local público, em especial, como constata o colunista, realizada por dois homens gays.</p>	<p>Costumes e Moral</p> <p>(X).</p> <p>O colunista rejeita a crença de que o termo família seja sinônimo para valores, atribuindo à instituição familiar o papel de reprodução de valor cultural e não moral.</p>	<p>Secularidade e Religiosidade</p> <p>(X)</p>
<p>Observações:</p>			

<p>Autor: Contardo Calligaris</p> <p>Título: <i>Qual é o ar dos tempos</i></p> <p>Subtítulo: <i>Vivemos um clima de raiva e ódio, sem desejo de debater sobre as diferenças</i></p> <p>Data: 21 de março de 2019</p> <p>Filtro: Ódio</p>			
<p>Conteúdo: O autor investiga o ar dos tempos, uma espécie de tendência moral que permeia a experiência social contemporânea. Afirma que o Ódio resume esse <i>zeitgeist</i>.</p>		<p>Episódio-Gatilho: Em janeiro de 2019 o deputado eleito Jean Wyllys anunciou que deixaria o cargo, e deixaria, também, de viver no Brasil após uma série de ameaças contra a vida do parlamentar. Parte da bancada aliada à situação na Câmara dos Deputados emitiu declarações, por meio de redes sociais, nas quais comemoravam ou ironizavam a decisão de Wyllys.</p>	
TIPO DE FLUXO			
<p>EXPANSÃO (X) Declaração do então deputado Jean Wyllys sobre o abandono do seu mandato gera onda de críticas e comemorações de opositores em redes sociais. Situação é discutida na coluna de Calligaris e tratada como evidência na postulação de um ar dos tempos contemporâneos.</p> <p>RESSIGNIFICAÇÃO ()</p> <p>REFUTAÇÃO ()</p>			
CONTEÚDO DA MENSAGEM			
<p>Conflitos Dicotômicos</p> <p style="text-align: center;">(X)</p> <p>O autor aponta a constante separação entre eu e outro como sintoma maior do ar de ódio dos tempos. Além disso, aponta como evidência dessa separação a polarização política.</p>	<p>Gênero e Sexualidade</p> <p style="text-align: center;">(X)</p>	<p>Costumes e Moral</p> <p style="text-align: center;">()</p>	<p>Secularidade e Religiosidade</p> <p style="text-align: center;">(X)</p>
<p>Observações:</p>			

<p>Autor: Contardo Calligaris</p> <p>Título: <i>'Marxismo cultural'</i></p> <p>Subtítulo: <i>Complô para tornar o marxismo dominante é a teoria conspiratória do momento</i></p> <p>Data: 28 de março de 2019</p> <p>Filtro: Cultura (Cultural)</p>			
<p>Conteúdo: Desenvolve a ideia do ódio como ar dos tempos. Afirma que o ódio é facilitada por teorias conspiratórias, e por isso, traça um panorama histórico do ideário conspiracionista desde o final da década de 60.</p>		<p>Episódio-Gatilho: Autor menciona de maneira genérica a emergência do debate sobre marxismo cultural no debate público, e retoma sua análise sobre o ar dos tempos.</p>	
TIPO DE FLUXO			
<p>EXPANSÃO (X): Debate público com emergência de teorias conspiratórias sobre um suposto Marxismo Cultural, e a própria teorização anterior do autor sobre o ar de ódio dos tempos correntes integram o debate dessa coluna.</p> <p>RESSIGNIFICAÇÃO ()</p> <p>REFUTAÇÃO ()</p>			
CONTEÚDO DA MENSAGEM			
<p>Conflitos Dicotômicos</p> <p style="text-align: center;">(X)</p> <p>Calligaris baseia a continuação de sua argumentação sobre o ódio como ar dos tempos a partir da polarização política de direita e esquerda, fomentada por teorias conspiratórias presentes no debate público.</p>	<p>Gênero e Sexualidade</p> <p style="text-align: center;">()</p>	<p>Costumes e Moral</p> <p style="text-align: center;">().</p>	<p>Secularidade e Religiosidade</p> <p style="text-align: center;">(X)</p>
<p>Observações:</p>			

<p>Autor: Contardo Calligaris</p> <p>Título: <i>A sanha missionária</i></p> <p>Subtítulo: <i>A intolerância está no âmago de nossa cultura, é um vício propriamente cristão</i></p> <p>Data: 4 de abril de 2019</p> <p>Filtro: Cultura</p>			
<p>Conteúdo: Na coluna é debatida a questão da intolerância em relação à diferença e os atos de opressão direcionados ao estranho. Essas situações concluem a ideia do autor que postula o ódio como o ar dos tempos</p>		<p>Episódio-Gatilho: O gatilho para essa publicação é a própria série de análises do autor sobre a temática do ar dos tempos.</p>	
TIPO DE FLUXO			
<p>EXPANSÃO (X): Seguimento e aprofundamento do debate proposto pelo próprio autor, iniciado na coluna de 21 de março de 2019 em <i>Folha de S.Paulo</i>.</p> <p>RESSIGNIFICAÇÃO ()</p> <p>REFUTAÇÃO ()</p>			
CONTEÚDO DA MENSAGEM			
<p>Conflitos Dicotômicos</p> <p>()</p>	<p>Gênero e Sexualidade</p> <p>()</p>	<p>Costumes e Moral</p> <p>(X).</p> <p>Associa o fenômeno de opressão à condutas diferentes daquelas do opressor à busca por um autopolicimento, lastreado por princípios de moralidade.</p>	<p>Secularidade e Religiosidade</p> <p>(X)</p> <p>O autor aponta para as raízes da atitude intolerante ocidental nas origens e preceitos do próprio cristianismo</p>
<p>Observações:</p>			

Autor: Contardo Calligaris

Título: *Para acabar com as ideologias de gênero*

Subtítulo: *Questão é complexa e séria demais para deixarmos que seja tratada por ideólogos*

Data: 9 de maio de 2019

Filtro: Gênero

Conteúdo: A coluna analisa a decisão do Comitê Arbitral do Esporte, que impede participação da velocista Caster Semanya em competições devido aos níveis naturalmente elevados de testosterona no corpo da atleta.

Episódio-Gatilho: No começo de maio de 2019 a corredora Sul-Africana Caster Semanya perdeu um recurso impetrado junto ao Comitê Arbitral do Esporte no qual buscava manter sua possibilidade de competir em provas de atletismo. A decisão foi proferida pela federação internacional de atletismo após constatar que Semanya teria, naturalmente, níveis do hormônio masculino testosterona elevados demais para que competisse em provas juntamente a outras mulheres.

TIPO DE FLUXO

EXPANSÃO (X): Seguimento e aprofundamento do debate proposto pelo próprio autor, iniciado na coluna de 21 de março de 2019 em *Folha de S.Paulo*.

RESSIGNIFICAÇÃO ()

REFUTAÇÃO ()

CONTEÚDO DA MENSAGEM

Conflitos Dicotômicos	Gênero e Sexualidade	Costumes e Moral	Secularidade e Religiosidade
()	(X) Discute a instauração de um padrão de feminilidade por um comitê desportivo, a despeito de estudos das áreas biológicas e sociais que relativizam o significado dos indicadores de mulher e homem.	().	()

Observações:

<p>Autor: Pablo Ortellado</p> <p>Título: <i>Lei Rouanet</i></p> <p>Subtítulo: <i>Para onda conservadora, políticas de promoção cultural e social são instrumentos de cooptação.</i></p> <p>Data: 20 de Novembro de 2018</p> <p>Filtro: Cultura</p>			
<p>Conteúdo: Ortellado associa a eleição de Jair Bolsonaro à presidência a emergência de uma onda conservadora no país.</p>		<p>Episódio-Gatilho: A eleição de Jair Bolsonaro em 2018, aliado à presente retórica que busca associar a Lei Rouanet a um suposta esquema de pagamentos para aliados ideológicos de governos de esquerda.</p>	
TIPO DE FLUXO			
<p>EXPANSÃO (X)</p> <p>Aprofunda a discussão de uma dita expansão conservadora no país e sua relação com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.</p> <p>RESSIGNIFICAÇÃO ()</p> <p>REFUTAÇÃO (X)</p> <p>Confirmação da eleição de Bolsonaro e a retórica associada aos aliados do presidente, nas redes sociais, que criticam leis de fomento à cultura integram o debate da coluna. Os argumentos que pregam a instrumentalização da lei Rouanet são rebatidos por Ortellado.</p>			
CONTEÚDO DA MENSAGEM			
<p>Conflitos Dicotômicos</p> <p style="text-align: center;">(X)</p> <p>Debates públicos, pautados pela divisão entre progressistas e conservadores, bem como a expansão dessa última, são tidas como causa da eleição de Bolsonaro na coluna.</p>	<p>Gênero e Sexualidade</p> <p style="text-align: center;">()</p>	<p>Costumes e Moral</p> <p style="text-align: center;">().</p>	<p>Secularidade e Religiosidade</p> <p style="text-align: center;">()</p>
<p>Observações:</p>			

<p>Autor: Pablo Ortellado</p> <p>Título: <i>A armadilha do anti-intelectualismo</i></p> <p>Subtítulo: Progressistas cultivam a sofisticação política e estética e se afastam das pessoas comuns</p> <p>Data: 27 de Novembro de 2018</p> <p>Filtro: Progressismo (Progressistas)</p>			
<p>Conteúdo: Ortellado faz associação direta entre as críticas constantes de Bolsonaro à partidos de oposição, a defesa de uma suposta família tradicional e do porte de armas e o conceito sociológico norte-americano de guerra cultural.</p>		<p>Episódio-Gatilho: Declarações da base aliada do governo, à época, que pediam pela liberação do porte de armas e defesa de uma família tradicional. Em paralelo, também menciona a mobilização de eleitores contrários à Bolsonaro, que, no dia da eleição foram às urnas levando livros em crítica aberta a um suposto anti-intelectualismo do agora presidente.</p>	
TIPO DE FLUXO			
<p>EXPANSÃO (X) O autor aprofunda a análise da base de eleitores e apoiadores de Jair Bolsonaro ao analisar a repercussão positiva, entre eleitores do Presidente, às declarações que prometiam facilitação ao acesso e ao porte de armas.</p> <p>RESSIGNIFICAÇÃO ()</p> <p>REFUTAÇÃO (X) Ortellado tece críticas ao que chamou de setor progressista, a partir de campanha veiculada em redes sociais que pediram para que eleitores contrários a Bolsonaro votassem com livros no dia do pleito. Segundo o colunista, a atitude garantiria a pecha de arrogante aos grupos contrários ao presidente eleito.</p>			
CONTEÚDO DA MENSAGEM			
<p>Conflitos Dicotômicos (X)</p> <p>O autor associa o conservadorismo ao que chama de organização da ignorância. Atribui aos progressistas um gosto por sofisticação nos campos político e estético, porém sob a consequência de alienação do restante da sociedade.</p>	<p>Gênero e Sexualidade ()</p>	<p>Costumes e Moral (X).</p> <p>O autor aponta uma ligação da base aliada do presidente Jair Bolsonaro a ideais familiares e de moralidade dita tradicional.</p>	<p>Secularidade e Religiosidade ()</p>
Observações:			

<p>Autor: Pablo Ortellado</p> <p>Título: <i>Bolsonaro e ministros recorrem às guerras culturais</i></p> <p>Subtítulo: <i>Estratégia promove divisão para mobilizar a sociedade</i></p> <p>Data: 11 de dezembro de 2018</p> <p>Filtro: Guerra Cultural (Guerras Culturais)</p>			
<p>Conteúdo: Utilizando o que identifica como polarização na eleição de 2018, argumenta que as Guerras Culturais operacionalizam não apenas eleitores, mas também sentimentos de revolta e indignação.</p>		<p>Episódio-Gatilho: Declarações oficiais do corpo ministerial da situação, entre elas, as falas anti globalizatórias do ministro das relações exteriores Ernesto Araújo e a declaração de Damares Alves sobre roupas adequadas para meninos e meninas.</p>	
TIPO DE FLUXO			
<p>EXPANSÃO (X) O autor aprofunda a análise da base de eleitores e apoiadores de Jair Bolsonaro ao analisar a resposta do público, em meio digital, às falas do corpo ministerial recém apontado pelo presidente.</p> <p>RESSIGNIFICAÇÃO ()</p> <p>REFUTAÇÃO (X) Ortellado aponta questionamentos ao conteúdo das falas dos membros do proposto corpo ministerial, negando teorias de um pressuposto globalismo e se afastando de uma dicotomia de gênero presente nas falas de Damares Alves</p>			
CONTEÚDO DA MENSAGEM			
<p>Conflitos Dicotômicos</p> <p>(X)</p>	<p>Gênero e Sexualidade</p> <p>(X)</p>	<p>Costumes e Moral</p> <p>(X).</p>	<p>Secularidade e Religiosidade</p> <p>(X)</p>
<p>Ortellado argumenta pela existência de um cenário de divisão, cuja polarização entre progressistas e conservadores é típica da Guerra Cultural e fomentam sentimentos de revolta.</p>	<p>Relembra o combate de grupos LGBT conta as falas e promessas do então candidato Bolsonaro, a posição do mesmo Bolsonaro contra um suposto Kit Gay a ser distribuído em escolas</p>	<p>Menciona as falas que buscariam uma pretensa defesa de valores familiares tradicionais proferidas pelo então, recém-assumido, ministro das relações exteriores Ernesto Araújo.</p>	<p>Menciona as falas que buscariam uma pretensa defesa de valores religiosos cristãos proferidas pelo então, recém-assumido, ministro das relações exteriores Ernesto Araújo.</p>
<p>Observações:</p>			

<p>Autor: Pablo Ortellado</p> <p>Título: <i>A divisão consolidada</i></p> <p>Subtítulo: <i>Grupos políticos organizados fomentam antagonismo de identidades que corrói o convívio democrático</i></p> <p>Data: 1º de Janeiro de 2019</p> <p>Filtro: Identidade (Identidades)</p>			
<p>Conteúdo: O autor analisa a conjuntura social que culminou na eleição de Jair Bolsonaro, desde as manifestações de 2013 até seu primeiro dia de governo. Também afirma crer que há concordância da população na questão social.</p>		<p>Episódio-Gatilho: O primeiro dia de governo de Jair Bolsonaro após os governos Lula e Dilma.</p>	
TIPO DE FLUXO			
<p>EXPANSÃO (X) Declarações e debate público no período que precedeu a eleição culmina na análise realizada na coluna publicada no dia que inaugura a presidência de Jair Bolsonaro.</p> <p>RESSIGNIFICAÇÃO ()</p> <p>REFUTAÇÃO ()</p>			
CONTEÚDO DA MENSAGEM			
<p>Conflitos Dicotômicos (X)</p> <p>O colunista aponta divisões na ideologia da sociedade brasileira como causa raiz dos fatos que levaram à eleição de Bolsonaro.</p>	<p>Gênero e Sexualidade ()</p>	<p>Costumes e Moral ().</p>	<p>Secularidade e Religiosidade ()</p>
<p>Observações:</p>			

<p>Autor: Pablo Ortellado</p> <p>Título: <i>Miragem conservadora produz 'gramscismo de direita'</i></p> <p>Subtítulo: <i>Fantasma do 'marxismo cultural' autoriza aparelhamento, perseguições e doutrinação de direita.</i></p> <p>Data: 12 de Março de 2019</p> <p>Filtro: Cultura (Cultural), Conservadorismo (Conservadora)</p>			
<p>Conteúdo: O artigo inicia faz referência a declarações do presidente Jair Bolsonaro em tônica que o autor chama de agitadora. Os episódios comentados são os das críticas às práticas ditas excessivas no carnaval de 2019, e o que chamou de proselitismo político nas universidades.</p>		<p>Episódio-Gatilho: Durante um bloco de rua do carnaval paulistano, dois homens foram gravados protagonizando uma cena de cunho erótico. Após subirem em um ponto de ônibus, um dos homens começou a estimular o próprio ânus, enquanto o outro urinava em seu cabelo. A filmagem repercutiu através das redes sociais, sendo reproduzida também pelo presidente Jair Bolsonaro. Através do <i>Twitter</i>, o líder do executivo sugeriu que a cena seria comum no carnaval brasileiro. Em paralelo também serve como gatilho a declaração de Bolsonaro mencionando a presença de proselitismo nas universidades.</p>	
TIPO DE FLUXO			
<p>EXPANSÃO (X) Filmagem de cena do carnaval paulistano é reproduzida na rede social <i>Twitter</i>, gerando reação negativa do Presidente Jair Bolsonaro que expressou seu descontentamento também pelo <i>Twitter</i>. Em paralelo, também integram a discussão declarações oficiais de Bolsonaro sobre supostas práticas ideológicas nas universidades brasileiras. Essas mensagens servem como base para a construção do argumento de que o presidente teria tônica agitadora.</p> <p>RESSIGNIFICAÇÃO ()</p> <p>REFUTAÇÃO ()</p>			
CONTEÚDO DA MENSAGEM			
<p>Conflitos Dicotômicos</p> <p style="text-align: center;">(X)</p> <p>Menciona a busca por um recrudescimento das divisões sociais e políticas através de uma retórica agitadora.</p>	<p>Gênero e Sexualidade</p> <p style="text-align: center;">(X)</p> <p>Dentre os tópicos que integram a dita divisão social estão o foro da sexualidade, manifesta no caso da cena sexual do carnaval de 2019.</p>	<p>Costumes e Moral</p> <p style="text-align: center;">().</p>	<p>Secularidade e Religiosidade</p> <p style="text-align: center;">()</p>
<p>Observações:</p>			

<p>Autor: Pablo Ortellado</p> <p>Título: Canais de imageboard se tornaram incubadoras de ódio</p> <p>Subtítulo: <i>Cultura de ódio dos 'chans' parece ter influenciado autores do massacre de Suzano</i></p> <p>Data: 19 de Março de 2019</p> <p>Filtro: Ódio</p>			
<p>Conteúdo: O autor discute o papel dos espécie de fóruns de debate virtuais anônimos na concretização de um tiroteio em uma escola de Suzano, em São Paulo.</p>		<p>Episódio-Gatilho: Ataque a tiros em uma escola de Suzano, SP, perpetrado por dois jovens, deixando oito mortos e 11 feridos. Investigações posteriores apontaram para a participação dos jovens em fóruns <i>imageboards</i>, nos quais seriam publicadas mensagens de ódio, machismo e racismo.</p>	
TIPO DE FLUXO			
<p>EXPANSÃO (X) Debate se inicia a partir da reportagem de atentado comentado em escola da grande São Paulo, bem como de sua investigação, constando a participação dos autores do atentado em um fórum de discussões online, aprofundando uma análise da causa dos ataques.</p> <p>RESSIGNIFICAÇÃO ()</p> <p>REFUTAÇÃO ()</p>			
CONTEÚDO DA MENSAGEM			
<p>Conflitos Dicotômicos</p> <p>()</p>	<p>Gênero e Sexualidade</p> <p>(X)</p> <p>.Dentre as vítimas de ataques planejados nos fóruns virtuais são citados políticos homossexuais e militantes pela causa feminista.</p>	<p>Costumes e Moral</p> <p>(X).</p> <p>O filósofo menciona que essa modalidade de fórum, na atualidade, teria se tornado uma incubadora de ódio em nome de uma moral dita tradicional</p>	<p>Secularidade e Religiosidade</p> <p>()</p>
<p>Observações:</p>			

<p>Autor: Pablo Ortellado</p> <p>Título: <i>Não é a economia, estúpido</i></p> <p>Subtítulo: <i>Governo Bolsonaro dá centralidade política para as guerras culturais.</i></p> <p>Data: 30 de Abril de 2019</p> <p>Filtro: Guerra Cultural (Guerras Culturais)</p>			
<p>Conteúdo: O colunista classifica a política de Bolsonaro como uma de Guerras Culturais, porém, resgatando também o argumento de que a prática serviria como estratégia de cortina de fumaça para obscurecer discussões sobre temas como a reforma previdenciária.</p>		<p>Episódio-Gatilho: Discussões, à época, sobre a reforma da previdência que se iniciavam nos primeiros meses do governo Bolsonaro.</p>	
TIPO DE FLUXO			
<p>EXPANSÃO ()</p> <p>RESSIGNIFICAÇÃO ()</p> <p>REFUTAÇÃO (X) O autor se apropria de declarações do corpo ministerial da pasta da economia, nas quais a economia seria colocada como tópico principal, a despeito das questões sociais, para refutar seus argumentos, dizendo tratar-se, na verdade, de questão social.</p>			
CONTEÚDO DA MENSAGEM			
<p>Conflitos Dicotômicos</p> <p>(X)</p> <p>O autor menciona uma divisão de ordem cultural, entre progressistas e conservadores utilizada como meio de deslocar o debate da divisão classista existente no meio econômico.</p>	<p>Gênero e Sexualidade</p> <p>()</p>	<p>Costumes e Moral</p> <p>().</p>	<p>Secularidade e Religiosidade</p> <p>()</p>
<p>Observações:</p>			

<p>Autor: Paul Krugmann</p> <p>Título: <i>O jogo monstruoso dos conservadores</i></p> <p>Subtítulo: <i>Juiz republicano declarou que toda a Lei de Acesso à Saúde é inconstitucional</i></p> <p>Data: 20 de dezembro de 2018</p> <p>Filtro: Conservadorismo (Conservadores)</p>			
<p>Conteúdo: O autor argumenta pela importância das eleições legislativas dos Estados Unidos na área da saúde, avaliando que o resultado aponta por um desejo da população norte-americana na manutenção do sistema de saúde público <i>Obamacare</i>. Critica a parcialidade de um juiz republicano que tentou tornar a lei da saúde inconstitucional, dizendo se tratar de tentativa de reversão do processo democrático.</p>		<p>Episódio-Gatilho: Resultado das eleições Legislativas norte-americanas, com a maioria de votos para juízes favoráveis ao serviço de saúde universal. Em paralelo, é gatilho a decisão de juiz conservador que tentou legislar o serviço como inconstitucional.</p>	
TIPO DE FLUXO			
<p>EXPANSÃO (X) Se valendo de dados públicos do resultado das eleições legislativas, o autor argumenta sobre os desejos dos eleitores norte-americanos, analisando o eleitorado como favorável à expansão dos programas de saúde pública.</p> <p>RESSIGNIFICAÇÃO ()</p> <p>REFUTAÇÃO (X) Utilizando análise do arcabouço legal, refuta a tese de juiz conservador, também originária de documento público, sobre a inconstitucionalidade do <i>Obamacare</i>.</p>			
CONTEÚDO DA MENSAGEM			
<p>Conflitos Dicotômicos</p> <p style="text-align: center;">(X)</p> <p>Divisão eleitoral entre conservadores e progressistas existente, apesar da aparente concordância no desejo pela expansão da saúde pública nos Estados Unidos.</p>	<p>Gênero e Sexualidade</p> <p style="text-align: center;">()</p>	<p>Costumes e Moral</p> <p style="text-align: center;">().</p>	<p>Secularidade e Religiosidade</p> <p style="text-align: center;">()</p>
<p>Observações:</p>			

<p>Autor: Paul Krugmann</p> <p>Título: <i>A calúnia da Venezuela</i></p> <p>Subtítulo: <i>Invocar a crise no país para desconsiderar propostas políticas progressistas é desonesto</i></p> <p>Data: 31 de janeiro de 2019</p> <p>Filtro: Progressismo (Progressistas)</p>			
<p>Conteúdo: O autor critica declaração de que uma eventual taxaço de riquezas nos Estados Unidos deixariam a situação do país análoga à da Venezuela. Acredita que Michael Bloomberg, autor da fala não está disposto a se envolver em discussão séria, preferindo se utilizar de fantasmagorias ideológicas.</p>		<p>Episódio-Gatilho: Declaração pública do ex-prefeito de Nova York no qual diria que um imposto sobre a riqueza tornaria os Estados Unidos em uma Venezuela.</p>	
TIPO DE FLUXO			
<p>EXPANSÃO ()</p> <p>RESSIGNIFICAÇÃO ()</p> <p>REFUTAÇÃO (X) A declaração pública de Michael Bloomberg, sobre taxaço de riquezas, em resposta à senadora estadunidense Elizabeth Warren origina o debate da coluna de Krugmann. O colunista refuta a comparação do país à Venezuela, ao criar um comparativo entre a conjuntura político-econômica de ambas nações.</p>			
CONTEÚDO DA MENSAGEM			
<p>Conflitos Dicotômicos (X)</p> <p>Autor menciona a utilização de recursos ideológicos que buscam aprofundar uma divisão entre conservadores e progressistas no país.</p>	<p>Gênero e Sexualidade ()</p>	<p>Costumes e Moral ().</p>	<p>Secularidade e Religiosidade ()</p>
<p>Observações:</p>			

<p>Autor: Paul Krugmann</p> <p>Título: <i>Os vazios na política dos Estados Unidos</i></p> <p>Subtítulo: <i>Ser conservador nos EUA significa advogar políticas cujos méritos só atraem uma pequena elite</i></p> <p>Data: 6 de Fevereiro de 2019</p> <p>Filtro: Conservadorismo (Conservador)</p>			
<p>Conteúdo: Argumenta que a crise de confiança que assola políticos de todos os pontos do espectro nos Estados Unidos está associada à ausência de eleitores de costumes liberais e conservadorismo econômico, bem como a ausência de eleitores conservadores em costumes e liberais no campo econômico.</p>		<p>Episódio-Gatilho: Crises nos índices de aprovação do candidato presidencial “centrista” Howard Schultz, do governador democrata Ralph Northam e do presidente Republicano Donald Trump.</p>	
TIPO DE FLUXO			
<p>EXPANSÃO (X) O autor se vale de dados de pesquisas de popularidade e reportagens sobre protestos que circulam na imprensa informativa para propor sua argumentação.</p> <p>RESSIGNIFICAÇÃO ()</p> <p>REFUTAÇÃO ()</p>			
CONTEÚDO DA MENSAGEM			
<p>Conflitos Dicotômicos</p> <p style="text-align: center;">(X)</p> <p>É tema central da publicação a divisão extrema entre conservadores e progressistas, ou liberais, tanto no campo dos costumes, quanto no campo econômico.</p>	<p>Gênero e Sexualidade</p> <p style="text-align: center;">()</p>	<p>Costumes e Moral</p> <p style="text-align: center;">(X).</p> <p>É tema central da publicação a divisão extrema entre conservadores e progressistas, ou liberais, tanto no campo dos costumes, quanto no campo econômico.</p>	<p>Secularidade e Religiosidade</p> <p style="text-align: center;">()</p>
<p>Observações:</p>			

<p>Autor: Paul Krugmann</p> <p>Título: <i>Trump contra a ameaça socialista</i></p> <p>Subtítulo: <i>O que os conservadores querem dizer com o termo 'socialismo'?</i></p> <p>Data: 12 de Fevereiro de 2019</p> <p>Filtro: Conservadorismo (Conservadores)</p>			
<p>Conteúdo: O autor analisa, a partir das falas de Trump e de seu secretário do Tesouro, Steve Mnuchin, o conceito de “socialismo” para os membros do executivo norte-americano. Segundo Krugmann o governo utiliza o que chama de truque ao variar o entendimento do termo, ora como sinônimo de estatização econômica, ora como sinônimo de política progressista.</p>		<p>Episódio-Gatilho: O discurso do Estado da União de Donald Trump, e seu secretário do Tesouro, no qual ressoa o alerta para uma suposta ameaça socialista no país.</p>	
TIPO DE FLUXO			
<p>EXPANSÃO ()</p> <p>RESSIGNIFICAÇÃO ()</p> <p>REFUTAÇÃO (X) Declarações públicas puxam o debate proposto por Krugmann que também se vale de fontes históricas e sociológicas para embasar outros entendimentos do termo socialismo, contrariando as versões apresentadas por Trump e Mnuchin.</p>			
CONTEÚDO DA MENSAGEM			
<p>Conflitos Dicotômicos</p> <p>(X)</p> <p>O autor refuta a divisão relatada pelo presidente estadunidense e seu secretário do Tesouro no âmbito político, entre a esquerda e a direita do espectro</p>	<p>Gênero e Sexualidade</p> <p>()</p>	<p>Costumes e Moral</p> <p>().</p>	<p>Secularidade e Religiosidade</p> <p>()</p>
<p>Observações:</p>			

<p>Autor: Paul Krugmann</p> <p>Título: <i>Salário baixo não é culpa dos robôs</i></p> <p>Subtítulo: <i>Progressistas não deveriam ceder ao fatalismo tecnológico fácil</i></p> <p>Data: 19 de março de 2019</p> <p>Filtro: Progressismo (Progressistas)</p>			
<p>Conteúdo: O autor critica a ideia de que baixos salários estariam ligados ao processo corrente de automatização, acreditando, pelo contrário que o discurso progressista se vê incorreto, uma vez que a tal defasagem salarial estaria mais ligada ao declínio dos sindicatos no país.</p>		<p>Episódio-Gatilho: O autor menciona, de maneira genérica, discussões pessoais das quais teriam servido de gatilho para o debate sobre o papel da automatização na defasagem salarial dos Estados Unidos.</p>	
TIPO DE FLUXO			
<p>EXPANSÃO (X) Autor se vale de discussão em âmbito pessoal que passa a integrar o fluxo da comunicação ao ser alçada a tema principal de sua coluna.</p> <p>RESSIGNIFICAÇÃO ()</p> <p>REFUTAÇÃO ()</p>			
CONTEÚDO DA MENSAGEM			
<p>Conflitos Dicotômicos</p> <p>()</p>	<p>Gênero e Sexualidade</p> <p>()</p>	<p>Costumes e Moral</p> <p>().</p>	<p>Secularidade e Religiosidade</p> <p>()</p>
<p>Observações: Apesar de mencionar o indicador de progressistas, o autor não analisa o grupo ou suas convicções em relação a um grupo contrário. Desta maneira, a utilização do termo não classifica a mensagem como conteúdo de <i>Conflitos Dicotômicos</i>.</p>			

<p>Autor: Thiago Amparo</p> <p>Título: <i>Ao censurar comercial do BB, Bolsonaro mostra ter medo da diversidade; decisão vai na contramão do mercado</i></p> <p>Subtítulo: <i>Homogeneizar campanhas publicitárias é incitar preconceito contra grupos que têm sido historicamente colocados em condição de invisíveis</i></p> <p>Data: 26 de abril de 2019</p> <p>Filtro: Diversidade</p>			
<p>Conteúdo: O autor argumenta que a censura do governo Bolsonaro à propaganda do Banco do Brasil vai na contramão do mercado. O autor argumenta que as iniciativas de censura devem perder relevância em nível mercadológico, enquanto ações pró-diversidade tendem a apenas movimentar ainda mais um nicho de compradores.</p>		<p>Episódio-Gatilho: Censura, por parte do presidente Jair Bolsonaro, à propaganda do Banco do Brasil, veiculada em abril de 2019, na qual eram exibidas pessoas negras, LGBTQ, e de diferentes classes sociais.</p>	
TIPO DE FLUXO			
<p>EXPANSÃO ()</p> <p>RESSIGNIFICAÇÃO ()</p> <p>REFUTAÇÃO (X) A partir da declaração oficial da censura, por parte de Bolsonaro, o autor agrega ao debate dados estatísticos de fundações ligadas ao comércio, bancos e movimentos sociais, refutando, em nível financeiro, a legitimidade da atitude da presidência.</p>			
CONTEÚDO DA MENSAGEM			
<p>Conflitos Dicotômicos</p> <p>()</p>	<p>Gênero e Sexualidade</p> <p>(X)</p> <p>O colunista cita a presença de pessoas LGBTQ em propaganda do Banco do Brasil como causa raiz de sua posterior censura.</p>	<p>Costumes e Moral</p> <p>().</p>	<p>Secularidade e Religiosidade</p> <p>()</p>
<p>Observações:</p>			